


PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS (AS) ESTUDANTES DA UFAL



Universidade Federal de Alagoas
Editora da Universidade Federal de Alagoas
Pró-Reitoria Estudantil



PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS (AS) ESTUDANTES DA UFAL

Coleção Ufal e Políticas Públicas de Gestão na
Educação Superior



Universidade Federal de Alagoas

Josealdo Tonholo

Reitor

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Vice-reitora

Ubirajara Oliveira

Chefe de Gabinete

Bruno Moraes Silva

Diretor-Geral (DAP)

Alexandre Lima Marques da Silva

Pró-reitor Estudantil (Proest)

Amauri da Silva Barros

Pró-reitor de Graduação (Prograd)

Iraildes Pereira Assunção

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação (Propep)

Clayton Antônio Santos da Silva

Pró-reitor de Extensão (Proex)

Renato Luís Pinto Miranda

Pró-reitor de Gestão Institucional (Proginst)

Wellington da Silva Pereira

Pró-reitor de Gestão de Pessoas e do Trabalho (Progep)

Dilson Batista Ferreira

Superintendente de Infraestrutura (Sinfra)

Célio Fernando de Sousa Rodrigues

Superintendente do HUPAA-Ufal/Ebserh

**Universidade Federal de Alagoas
Pró-Reitoria Estudantil
Editora da Universidade Federal de Alagoas**

PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS (AS) ESTUDANTES DA UFAL

**Coleção Ufal e Políticas Públicas de Gestão na
Educação Superior**

**Edufal**
Maceió/AL
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Elder Patrick Maia Alves

Conselho Editorial Edufal

Elder Patrick Maia Alves Presidente

Fernanda Lins de Lima Secretária

Adriana Nunes de Souza

Bruno Cesar Cavalcanti

Cicero Péricles de Oliveira Carvalho

Elaine Cristina Pimentel Costa

Gauss Silvestre Andrade Lima

Maria Helena Mendes Lessa

João Xavier de Araújo Junior

Jorge Eduardo de Oliveira

Maria Alice Araújo Oliveira

Maria Amélia Jundurian Corá

Michelle Reis de Macedo

Rachel Rocha de Almeida Barros

Thiago Trindade Matias

Walter Matias Lima

Comissão editorial da Coleção Ufal e Políticas Públicas de Gestão na Educação Superior

Elaine Cristina Pimentel Costa

Renato Luís Pinto Miranda

Cicero Péricles de Carvalho

Fábio Guedes Gomes

Cesar Nonato Bezerra Candeias

Fonte dos dados

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes - V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Ifes - 2018

Texto, organização, análise e interpretação dos dados

Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves

Tabulação dos dados

Alex Renner - Gerente de Assistência Estudantil - Proest

Thayse Fonseca Assistente social - Proest

Revisão de Língua Portuguesa e Normalização

Mauricélia Ramos

Projeto de editoração eletrônica

Mariana Lessa

Projeto de capa

Anelizzy Souto

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto - CRB-4 - 1767

P438 Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL [recurso eletrônico] : coleção UFAL e políticas públicas de gestão na educação superior / Maceió : EDUFAL : Proest, 2020.
179 f. : il.

Material em PDF.
Bibliografia: f. 177-179.

1. Economia - Aspectos sociológicos. 2. Estudantes. 3. Política pública. 4. Ensino superior. I. Título.

CDU: 378.014

ISBN: 978-65-5624-001-5

Direitos desta edição reservados à

Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões

CIC - Centro de Interesse Comunitário

Cidade Universitária, Maceió/AL Cep.: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br | contato@edufal.com.br | (82) 3214-1111/1113

Editora afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Equipe Edufal

Elder Patrick Maia Alves
Fernanda Lins de Lima
Mariana Lessa de Santana
Diva Souza Lessa
Mauricélia Batista Ramos de Farias
Adelânia Ferreira de Melo
Marta de Carvalho Silva
Anelizzy Marianna Souto Santos

Equipe Proest

Alexandre Lima Marques da Silva
Alex Renner Silva Santos
Andreza Ferreira da Silva
Antonyone Vilela Borges
Carlos Henrique Calixto dos Santos
Danielle Marinho Barros da Silva
Edvan Claudino Soares da Silva
Elisângela Ferreira da Silva
Erivaldo Farias Gomes
Everton Fabrício Calado
Fabiana Ferreira Marques
Gilmar Sarmento da Silva Júnior
Jean Bernardo da Silva Vieira
José Cícero Pinto dos Santos
José Marcos Gomes
Jose Ulisses Filho
Lanni Sarmento da Rocha
Lilian Nobre Pinheiro da Silva
Lucélia Maria Lima da Silva
Maria do Carmo Leite Azevedo
Maria Tereza Albuquerque e Silva
Milena de Castro Fernandes
Rafael Carvalho Cunha
Tatiana Durão D'Ávila Luz
Thayse dos Santos Fonseca Pinheiro
Vanessa Andreza Carmo Valença
Thanyara de Medeiros Lima Rolim

Equipe Proest Campus Arapiraca

Ana Valéria Santos da Silva
Camila Mayara Barbosa Santos
Charles Carili Costa Silva
José Valdir de Souza Lima
Maria de Lourdes R. da Silva
Maria Luanna da Silva Leite
Maria Madalena Lima dos Santos
Marla de Cerqueira Alves
Mônica Vanderlei dos Santos Bezerra
Vanessa Costa Santos
Lays Caiçara de Medeiros

Equipe Proest Unidade de Ensino Penedo

Joelma Trajano dos Santos
Janegeyce da Costa Petuba

Equipe Proest Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios

Tathiana Lúcia Braga Netto
Laura Priscila de Almeida Santos

Equipe Proest Unidade de Ensino de Viçosa

Viviane Maria de Almeida Reis da Silva

Equipe Proest Campus do Sertão Delmiro Gouveia

Aluísio Norberto dos Santos
Ana Carolina Santana Costa
Maria Edilma de Jesus Santos
Maria Katia Silva de Melo

Santana do Ipanema

Geizyelle Magna Alves dos Santos
Vieira

SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
1 DESENHO METODOLÓGICO	18
2 POPULAÇÃO ESTUDANTIL.....	28
3 ESCOLARIDADE DA MÃE E DO PAI	40
4 RENDA FAMILIAR	48
5 RAÇA	72
6 MORADIA	87
7 DEFICIÊNCIA.....	101
8 SEXO, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	104
9 FAIXA ETÁRIA	116
10 SITUAÇÃO CONJUGAL	119
11 TRABALHO E RENDA	124
12 TRAJETÓRIA ESCOLAR	135
13 VIDA ACADÊMICA.....	139
14 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	157
15 CULTURA.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS	177

PREFÁCIO

Os dados, indicadores, informações e interpretações que se seguem fazem parte da coleção Ufal e Políticas Públicas de Gestão na Educação Superior, editada pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal). Tal coleção não poderia ser inaugurada de forma mais fecunda e relevante. O domínio e o uso sistemático dos dados e indicadores socioeconômicos e culturais da comunidade estudantil da Ufal representam uma conquista valiosa.

Este material poderá e deverá ser utilizado como um guia norteador para a tomada de decisão por parte da gestão superior da universidade, assim como coordenadores de cursos, diretores de unidades acadêmicas, diretores dos *campi* fora de sede, técnicos-administrativos, professores, pesquisadores, estudantes e todo o conjunto de cidadãos e cidadãs interessados pela vida estudantil e acadêmica da Ufal. Poderá também se tornar uma fonte imprescindível de novas pesquisas e análises acerca da comunidade estudantil da Ufal, especialmente por parte dos pesquisadores das áreas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas,

que, por meio deste material, poderão produzir novos e valiosos conhecimentos.

Não se faz política pública sem dados e indicadores claros e precisos. O processo de tomada de decisão depende, para a sua eficácia, da qualidade das informações, dos dados e dos indicadores disponíveis. No caso das políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas à assistência estudantil, esse aspecto é ainda mais verdadeiro. Felizmente, em razão das pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), entidade vinculada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), dispomos no Brasil de séries históricas bastante valiosas. No entanto, mesmo de posse desse notável repertório, temos feito pouco uso institucional, técnico e científico desse conjunto de dados.

O conteúdo deste trabalho representa um avanço institucional significativo. Trata-se de um instrumento imprescindível para o processo de gestão das políticas educacionais no âmbito da Universidade Federal de Alagoas. Esta é uma publicação inédita, capaz de alterar a tradição de formulação, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais existentes na Ufal. Este é um passo decisivo para se dar forma definitiva à cultura organizacional do uso de dados, indicadores e interpretações claras e rigorosas acerca dos aspectos socioeconômicos e culturais dos (as) estudantes da Ufal.

Desse modo, além de divulgar o resultado dessas pesquisas junto às diversas instituições locais,

estaduais, regionais, nacionais e internacionais (governos, movimentos sociais, empresas, órgãos de fomento, organizações não-governamentais, entre outros), é imperioso que os diversos setores e unidades internas da Universidade Federal de Alagoas utilizem tais dados e interpretações como fonte permanente de consulta para planejamento, ação e tomada de decisão.

Por fim, é importante assinalar que os dados e análises apresentados por este livro tornam-se ainda mais relevantes em contextos de pandemias, crises, calamidades e emergências como as ameaças representadas pela Covid-19. Uma das principais variáveis presentes no livro diz respeito a variável saúde e qualidade de vida dos(as) estudantes da Ufal.

Josealdo Tonholo

Reitor da Universidade Federal de Alagoas

APRESENTAÇÃO

O livro que apresenta uma profunda análise dos dados sobre o perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da Universidade Federal de Alagoas é um importante guia para promover as diversas ações e acesso à saúde por parte da comunidade estudantil. Tais informações permitem o planejamento com mais eficácia de todo um conjunto de ações para a promoção da saúde estudantil, sobretudo visando enfrentar pandemias e calamidades como a do Covid-19.

Neste importante trabalho, elaborado pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal), é possível ter acesso a um detalhado e rico diagnóstico dos(as) estudantes da Ufal, que foi baseado na última pesquisa realizada pelo Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), realizada no ano de 2018. Este diagnóstico estimula e propicia aos gestores formularem diretrizes e políticas públicas de atendimento aos(as) estudantes universitários(as), buscando a constante defesa da educação pública, gratuita e com qualidade.

Este trabalho ganha ainda maior importância em decorrência da ampliação das políticas de inclusão de acesso às universidades públicas, para os(as) estudantes em perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Particularmente, dentro do contexto da Ufal, a Pró-Reitoria Estudantil tem procurado oferecer possibilidades diversas de manutenção dos estudantes, através dos editais de seleção de novos bolsistas em perfil de vulnerabilidade, bem como promover outras ações que busquem estimular o sentimento de pertencimento e acolhimento institucional, a partir de ações voltadas para as práticas esportivas e desenvolvimento de ações culturais.

Alexandre Lima Marques da Silva

Pró-reitor Estudantil

INTRODUÇÃO

As ações de combate à pobreza e à desigualdade social tornaram-se uma das características das sociedades democráticas e modernas. No Brasil, nestas últimas décadas, foram criados vários mecanismos, as políticas públicas, que levaram à melhoria de vida, ao bem-estar social e à conquista da cidadania por um amplo contingente da população. Entre as categorias beneficiadas estão mulheres e assalariados, e grupos mais específicos, como afrodescendentes, indígenas, assentados da reforma agrária, moradores dos aglomerados subnormais, pessoas com deficiência, entre outros. As políticas públicas transformaram-se em grandes instrumentos para o reconhecimento de direitos e a superação de déficits, permitindo, assim, a redução da pobreza e da desigualdade.

Num país de dimensões continentais como o nosso, essas intervenções apresentam diferenças regionais significativas, gerando uma variação de impactos em função das características de cada uma delas. Nos estados nordestinos, duas grandes e conectadas políticas públicas atuam com destaque

na vida social e econômica regional: o Sistema Único de Saúde (SUS) e a educação pública, nos seus três níveis governamentais (municipal, estadual e federal). Em cada um dos estados, esse sistema público apresenta números expressivos. Em Alagoas, o SUS, com seus postos de saúde, hospitais e, principalmente, o Programa de Saúde da Família (PSF), um dos seus braços, com seu efetivo de 5.800 agentes de saúde, cobrem 2,3 milhões de alagoanos, os mais pobres. A rede de ensino estadual e municipal, com quase um milhão de alunos inscritos, responde, ainda de forma limitada, pela oferta de educação num Estado conhecido pelos históricos indicadores sociais negativos.

A esse sistema de saúde e educação pública, responsável pelas melhorias na área social, somam-se os programas de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), e a cobertura previdenciária, principalmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaram a fazer parte da vida da maioria dos alagoanos. Numa região subdesenvolvida, a mais atrasada do país, os programas de desenvolvimento econômico, como o microcrédito produtivo urbano, o crédito agrícola, as compras públicas da agricultura familiar e a universalização do acesso à energia elétrica, têm gerado impactos sociais reconhecidos por inúmeros estudos acadêmicos e pelos organismos internacionais. Sem conhecer o papel dessas políticas, seria impossível compreender a vida cotidiana de quase todos os nordestinos, especialmente dos alagoanos.

É neste quadro mais amplo que se entende o papel das universidades públicas como um dos instrumentos

de superação da pobreza e desigualdade. Nas duas últimas décadas (2000-2018), Alagoas, como todos os estados brasileiros, conheceu uma expansão da oferta do ensino superior, passando de 22 mil para 106 mil matrículas. Esse crescimento ocorreu tanto na rede estatal, pelos investimentos públicos nas duas universidades estaduais, Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) e Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e, principalmente, pela expansão da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que triplicou a oferta de vagas, de 13 mil para 39 mil; como nas instituições privadas, que multiplicaram sete vezes o número de inscritos, passando de nove mil para 67 mil alunos. Esse fenômeno pode ser compreendido pela melhoria de renda neste período, expansão do ensino médio, entrada das escolas privadas de outros estados e pelo apoio significativo de políticas públicas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Tabela 1 – Expansão do ensino superior – Alagoas – 2000-2018

	ESTUDANTES		DOCENTES		INSTITUIÇÕES	
	2000	2018	2000	2018	2000	2018
PÚBLICAS	13.188	39.661	1.462	2.768	5	4
PRIVADAS	9.463	67.090	390	2.415	6	25
TOTAL	22.651	106.751	1.852	5.183	11	29

Fonte: Censo do Ensino Superior (Inep/Mec), 2019.

O acesso mais amplo à universidade, pela expansão da rede de ensino superior e sua consequente interiorização, configura um indicativo desse movimento de combate à pobreza e à desigualdade. Até poucas décadas passadas, frequentar um curso superior era um privilégio de poucos. Mas, se no geral, essa expansão abre as possibilidades futuras para milhares de jovens, o crescimento da rede pública e gratuita, particularmente, vai ainda mais diretamente cumprir esse papel.

Esta pesquisa demonstra justamente tal mudança de paradigma, direcionada à realidade da Ufal, hoje uma das maiores instituições de pesquisa regional e centro de excelência na formação profissional. O trabalho produzido pela Edufal em parceria com a Proest, ao apresentar o perfil dos estudantes da universidade, desenhou um retrato do conjunto de seus estudantes, numa linguagem direta e clara, combinando o manuseio responsável e rigoroso das categorias sociológicas ao uso meticuloso do instrumental estatístico. A instituição abarca um grande contingente de estudantes (o 18º maior do Brasil), identificado com os traços de diversidade da sociedade alagoana. Além disso, é constituída, atualmente por uma maioria feminina (54%), com uma composição étnico-racial de maioria parda, negra e indígena, graças ao mecanismo das cotas sociais, responsável pelo ingresso de 35% de seus alunos. De toda população acadêmica, são considerados pobres 80% de seus estudantes, e o número expressivo de 6.600 deles utilizam os serviços sociais ofertados pela instituição (bolsas, auxílios, gratuidades). Esses e muitos outros indicadores analisados neste trabalho,

traduzem a realidade de uma universidade federal que, nestas últimas décadas, encontrou nas políticas públicas sua maior base de desenvolvimento.

O conhecimento dessas mudanças colabora para uma maior compreensão sobre o papel efetivo da Ufal nas transformações da realidade alagoana, nas suas variadas dimensões – social, econômica, ambiental. A universidade, ao cumprir com seu compromisso de assegurar o acesso a um ambiente de ensino-aprendizagem democrático, diverso e de excelência acadêmica, com a garantia de condições dignas a seus estudantes, está contribuindo, desta forma, para a melhoria de vida, o bem-estar social e a conquista da cidadania para uma grande parcela da população. Portanto, para todos nós, professores, técnicos-administrativos e estudantes, a leitura desta pesquisa mostra-se como uma oportunidade de autoconhecimento em duplo sentido: colabora para entendermos os impactos das políticas públicas no meio acadêmico e na sociedade alagoana e compreendermos nosso protagonismo enquanto agentes dessa transformação. Uma excelente leitura!

Prof. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Professor da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade – Feac | Ufal.

1 DESENHO METODOLÓGICO

Os dados utilizados neste material foram coletados e divulgados pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), entidade da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Os dados utilizados referem-se à V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, realizada em 2018 e divulgada em 2019. Essa pesquisa nacional corresponde ao quinto ciclo de pesquisas acerca do perfil socioeconômico dos (as) graduandos das Ifes, realizado nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, compondo assim uma alentada e robusta série histórica de 22 anos.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018 foi aplicada junto a 63 instituições federais de ensino superior e mais o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro. A primeira etapa da pesquisa consistiu na mobilização dos agentes pesquisados. As reitorias, pró-reitorias de assuntos

estudantis, assessorias de comunicação e órgão de tecnologia da informação das Ifes buscaram informar, estimular e esclarecer todos (as) os (as) discentes acerca da relevância da pesquisa. No caso da Ufal, a Assessoria de Comunicação (Ascom), junto à Pró-Reitoria Estudantil (Proest), concederam entrevistas para esclarecer e mobilizar a comunidade acadêmica.

A segunda fase da pesquisa referiu-se à coleta dos dados propriamente dita. Esses foram coletados entre os meses de fevereiro e junho de 2018. O instrumento de coleta foi um questionário, tipo *survey*, composto por 81 perguntas estruturadas. Cada instituição decidiu o método de coleta; já o conteúdo das perguntas foi o mesmo. Algumas instituições optaram por condicionar a realização da matrícula ao preenchimento do questionário; outras, somente permitiram ao estudante realizar a renovação de matrícula após o preenchimento do questionário; algumas optaram por hospedar o questionário no sistema acadêmico do (a) estudante, que somente teve acesso às suas funcionalidades, após preencher o questionário.

Para obter maior participação dos (as) estudantes, assim como facilitar o acesso destes aos questionários, e ainda promover maior adesão às respostas, a pesquisa desenvolveu interfaces com ilustrações e ambientes semelhantes às telas dos *smartphones*, buscando propiciar mais familiaridade e conforto, aproximando-se, assim, das práticas e das rotinas tecnológicas, criativas e estéticas dos (as) estudantes das Ifes brasileiras.

A terceira fase da pesquisa correspondeu ao desenho amostral. O universo da pesquisa foi formado pela totalidade das 63 instituições federais de ensino superior que integram a Andifes, além do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, totalizando 65 instituições. Compuseram o universo geral da amostra todos(as) os(as) estudantes presenciais de graduação com matrículas regularmente ativas em 2018, perfazendo um universo de 1.200.300 (um milhão, duzentos mil e trezentos alunos), que ingressaram entre o ano 2000 e 2018.

As 63 Ifes, mais o Cefet-MG e o Cefet-RJ, enviaram para a composição da pesquisa o cadastro de discentes, a partir do qual foi definido o plano amostral, que se refere ao tamanho mínimo e seguro da amostra. Desse modo, a população direta de interesse, que constitui o público-alvo da pesquisa, foi composta pelos (as) estudantes com matrículas ativas nas 65 Ifes. O cadastro discente foi composto por 15 itens.

Tabela 2 – Informações contidas no cadastro discente das 65 Ifes - 2018

Seq.	Item
1	Número do CPF
2	Nome completo
3	Endereço eletrônico – e-mail
4	Ano de ingresso na Ifes
5	Semestre de ingresso na Ifes
6	Código e-MEC da Ifes
7	Nome da Ifes
8	Código e-MEC do curso
9	Nome do curso
10	Área de conhecimento do curso
11	Turno do curso
12	Grau do curso
13	Campus
14	Cidade
15	Estado

Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Diante do cadastro discente e do tamanho do universo da pesquisa, adotou-se a metodologia de amostra aleatória estratificada (AAE), na qual cada estrato correspondeu a uma Ifes, resultando em uma desagregação por cada Ifes. De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, para a especificação do tamanho da amostra por meio da AAE, optou-se pelo recurso *stratasize* do pacote *samplingbook* do programa estatístico R. Como consequência, o tamanho da amostra

idealizada para a Ufal foi de 3.669 discentes, que correspondeu a 12,5% do universo total da instituição.

O período final da coleta dos dados ocorreu em junho de 2018, durante o qual foram armazenados 426.664 mil questionários respondidos integralmente, o que resultou em uma amostra de 35,3%. Esse total foi organizado em um banco de dados, cujo tratamento quantitativo foi realizado por meio do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). No final, combinando diferentes metodologias de plano amostral, obteve-se junto à Ufal uma amostra de 18.094 estudantes, o que correspondeu a 62,41% do universo. Esse percentual foi o 9º maior do total das 65 instituições, o que significou uma amostra estatística bastante significativa e uma adesão muito satisfatória dos (as) discentes da Ufal.

Tão importante quanto apresentar os dados e divulgá-los é interpretá-los. Por isso, diante da amostra coletada junto aos discentes da Ufal, e da metodologia estatística utilizada pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, optou-se, neste trabalho, por seguir as variáveis que estruturaram o conteúdo da interpretação da referida pesquisa, realizando alguns ajustes, como, por exemplo, uma adaptação do sequenciamento das variáveis, que denominaremos, a partir de agora, de variáveis sociológicas estruturais.

Nos estudos sociológicos clássicos (GOLDTHORPE, 1972; ERIKSON, 1979; FERNANDES, 1965; HASENBALG, 1988; SILVA, 1979) e contemporâneos (GUIMARÃES, 1999; RIBEIRO, 2004; SCALON, 2006; SALATA, 2011),

nacionais e internacionais, acerca da estratificação social, da mobilidade social e da desigualdade social nas sociedades de classes (FERNANDES, 2006), as variáveis **classe** e **raça** figuram como as mais relevantes para compreender a trajetória de estratificação, mobilidade social e desigualdade socioeconômica dos indivíduos.

A classe, de maneira bastante sintética, é representada pela renda e a ocupação dos indivíduos. Já a raça, corresponde aos marcadores físicos da cor da pele e os traços físicos das pessoas, que podem favorecer e/ou dificultar que os indivíduos obtenham vantagens ou experimentem desvantagens, ao longo das suas trajetórias profissionais e escolares. Dada a importância da origem familiar nas trajetórias dos indivíduos, decidimos abordar e interpretar primeiro os dados referentes as seis primeiras variáveis (escolaridade da mãe e do pai; renda familiar; raça; moradia; deficiência e gênero), atribuindo, assim, um peso causal maior a essas variáveis sociológicas estruturais.

Tabela 3 – Sequência das variáveis sociológicas estruturais

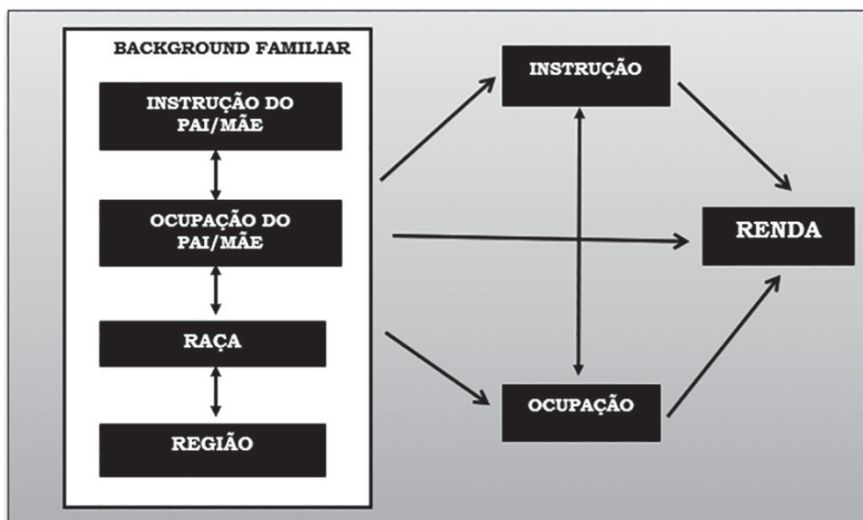
Seq.	Variável sociológica estrutural
1	Escolaridade da mãe e do pai
2	Renda familiar
3	Raça
4	Moradia
5	Deficiência
6	Sexo, gênero e orientação sexual
7	Faixa etária
8	Situação conjugal
9	Trabalho e renda
10	Trajetória escolar
11	Vida acadêmica
12	Saúde e qualidade de vida
13	Cultura

Fonte: adaptado de Fonaprace/Andifes, 2019.

Como será explicado e analisado ao longo da apresentação e análise dos dados, essa escolha metodológica não significa que as demais variáveis estruturais (vida acadêmica; trajetória escolar; saúde e qualidade de vida; e cultura, por exemplo) não sejam relevantes. Significa apenas que as seis primeiras variáveis (1 – escolaridade da mãe e do pai; 2 – renda familiar; 3 – raça; 4 – moradia; 5- deficiência; 6-gênero) compõem uma grande unidade, que exerce forte influência sobre as demais. Tal influência não corresponde a uma determinação absoluta, apenas significa que exercem um peso causal bastante forte.

O *background* familiar (instrução do pai e da mãe; ocupação do pai e da mãe; raça e região de origem familiar) exerce um grau acentuado de influência sobre os demais aspectos e/ou variáveis. Como se observa na Figura 1, adaptada dos estudos de Hasenbalg e Silva (1988), as quatro dimensões que compõem o *background* familiar decidem, em grande medida, as oportunidades de instrução (escolaridade) e ocupação (trabalho) dos indivíduos (neste caso, a população estudantil da Ufal) e, por conseguinte, a renda que irão obter ao longo das suas vidas profissionais.

Figura 1 – Modelo do processo de mobilidade socioeconômica ascendente



Fonte: adaptado de Hasenbalg e Silva, 1988.

Em síntese, significa que a escolha dessa abordagem, que atribui um peso causal maior à origem familiar (*background* familiar) na trajetória de estratificação e mobilidade socioeconômica dos indivíduos, tem mais chances de explicar a composição do perfil socioeconômico e cultural da população estudantil da Ufal. Dessa forma, essa metodologia reúne maiores possibilidades de explicar, por exemplo, fenômenos como a crescente demanda por auxílios e serviços de assistência estudantil (bolsas, Restaurante Universitário, moradia, etc.) e do número, cada vez maior, de estudantes que trabalham, ou que estão à procura de trabalho.

Por fim, para enriquecer a análise e interpretação dos dados e indicadores, o conteúdo desta publicação promove uma triangulação metodológica entre os dados e indicadores da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, os dados e indicadores desagregados sobre a Ufal, e os dados presentes na Síntese dos Indicadores Sociais 2017 e 2018, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Figura 2 – Triangulação metodológica

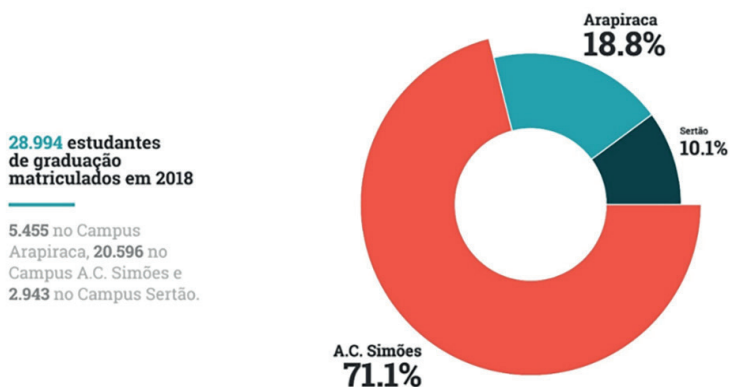


Fonte: elaboração própria

2 POPULAÇÃO ESTUDANTIL

Em 2018, havia no Brasil 63 universidades federais, que, junto ao Cefet-MG e ao Cefet-RJ, totalizavam 1,2 milhões de matriculados. Desse total, 28.994 estavam regularmente matriculados na graduação da Universidade Federal de Alagoas, o que representava 2,4% do contingente de estudantes das Ifes. Desses, 16,8% ingressaram até 2012; 65% ingressaram entre 2013 e 2016; e 18,2% em 2017. Dos 28.994 matriculados, 20.596 (71,1%) estudavam no Campus A. C. Simões, em Maceió; 5.455 (18,8%) estavam matriculados no Campus Arapiraca; e 2.943 (10,1%) eram do Campus do Sertão.

Gráfico 1 – Matriculados – Ufal – 2018 – Por campus

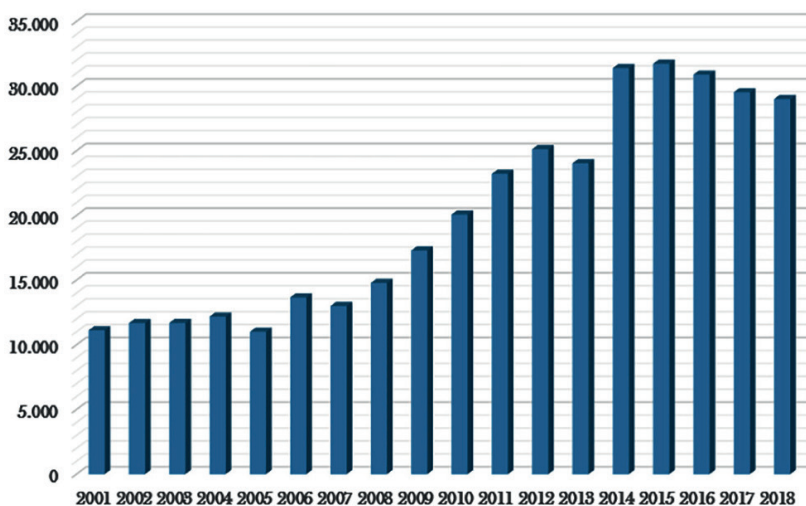


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Em 2018, a Ufal era a 18ª instituição federal de ensino superior com maior população estudantil entre todas as 65 universidades federais brasileiras. Nos últimos vinte anos, a Universidade Federal de Alagoas experimentou um crescimento sem precedentes. Nos seus quase sessenta anos, os últimos vinte representam o mais significativo momento de crescimento institucional, com destaque especial para o processo de interiorização, materializado com a criação, inauguração e funcionamento do Campus de Arapiraca, em 2006, e o Campus do Sertão, em 2010. Os indicadores educacionais (número de estudantes matriculados, quantidade de cursos criados, programas de pós-graduação, fluxo de concluintes, entre outros) demonstram, de maneira inequívoca, a pujança e a contundência desse crescimento.

Em 2001, a Universidade Federal de Alagoas dispunha de 11.116 graduandos regularmente matriculados; oito anos depois, em 2009, a instituição registrou 17.278 estudantes, número que saltou para 28.994, em 2018. No intervalo de uma série histórica de 17 anos, o crescimento percentual foi de 160%. Nesse mesmo período, o crescimento médio anual foi de 9,4%.

Gráfico 2 – Contingente de estudantes matriculados – Ufal 2001-2018



Fonte: Ufal, 2019.

Conforme demonstra a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes-2018, o contingente de matriculados na Ufal representou 2,4% do total de estudantes de graduação das 65 universidades federais brasileiras em

2018, posicionando a instituição como a 18º Ifes mais populosa do Brasil.

Tabela 4 – Graduandos (as) – Segundo Ifes (em números absolutos e em %)

Col. Freq.	Ifes %	Col. Freq.	Ifes %	Col. Freq.	Ifes %
1º 51.191	UFPA 4,3%	25º 19.852	UFMS 1,7	49º 8.048	UNIFEI 0,7
2º 50.571	UFRJ 4,2	26º 18.425	UFPEL 1,5	50º 7.712	UNIFEI 0,6
3º 7.155	UFF 3,9	27º 18.228	UFCG 1,5	51º 7.210	CEFET-RS
4º 38.678	UFBA 3,2	28º 17.838	UFJF 1,5	52º 7.152	UFRA 0,6
5º 37.354	UNB 3,1	29º 15.929	UFRRJ 1,3	53º 6.984	UNIVASF 0,6
6º 34.205	UFSC 2,8	30º 15.587	UFV 1,3	54º 6.985	UFMT 0,6
7º 33.579	UFMA 2,8	31º 15.153	UFT 1,3	55º 6.959	UFRR 0,6
8º 32.714	UFPR 2,7	32º 15.088	UFRRPE 1,3	56º 6.533	UNIFAL-MG 0,5
9º 32.204	UFPR 2,7	33º 14.790	UFABC 1,2	57º 6.397	CEFET MG
10º 31.850	UFRN 2,7	34º 14.036	UFSCAR 1,2	58º 5.503	UFOPA 0,4
11º 31.419	UFPE 2,6	35º 13.443	UNIFESP 1,1	59º 5.190	UNIFESSPA 0,4
12º 30.952	UFRGS 2,6	36º 12.865	UNIPAMPA 1,1	60º 4.375	UNILAB 0,4
13º 30.633	UFG 2,6	37º 12.102	UFOP 1,0	61º 4.339	UNILA 0,4
14º 30.348	UFMG 2,5	38º 11.376	UFAC 0,9	62º 3.396	UFSB 0,3

15° 29.616	UFPB 2,5	39° 11.011	UNIRIO 0,9	63° 3.348	UFOB 0,3
16° 29.991	UFC 2,5	40° 10.844	UFLA 0,9	64° 3.264	UFCA 0,3
17° 29.393	UFAM 2,4	41° 10.670	FURG 0,9	65° 2.713	UFCSPA 0,2
18° 28.994	UFAL 2,4	42° 10.591	UFRB 0,9	Total = 1.200,300 100	
19° 28.481	UFMT 2,4	43° 10.370	UNIR 0,9		
20° 28.457	UFS 2,4	44° 10.328	UFSJ 0,9		
21° 27.483	UFPI 2,3	45° 9.151	UNIFAP 0,8		
22° 21.334	UFMS 1,8	46° 9.703	UFERSA 0,8		
23° 26.656	UFU 2,2	47° 9.466	UFFS 0,8		
24° 25.418	UFES 2,1	48° 8.949	UFVJM 0,7		

Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Para aferir a relevância da população estudantil da Ufal na composição da população total do estado de Alagoas, podemos fazer uso de um indicador utilizado pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018. O indicador refere-se à taxa de estudantes no ensino superior federal a cada mil habitantes. O cálculo é feito a partir da divisão entre o número de matriculados e a população de cada unidade federativa, multiplicado por 1.000.

A Ufal tem uma taxa bastante elevada, figurando na 11^o colocação nesse indicador entre as 27 unidades federativas brasileiras. Significa que o quantitativo da população estudantil da Ufal é bastante expressivo, se comparado à composição quantitativa geral da população do estado de Alagoas. Digno de nota é a última posição ocupada por São Paulo. Tal aspecto se deve ao fato de que as universidades estaduais paulistas recrutaram, ao longo da formação da sociedade local, muito mais estudantes do que as universidades federais, algumas criadas recentemente. Ademais, a população do estado de São Paulo é, de longe, a maior do país, correspondendo a 22% do total da população brasileira.

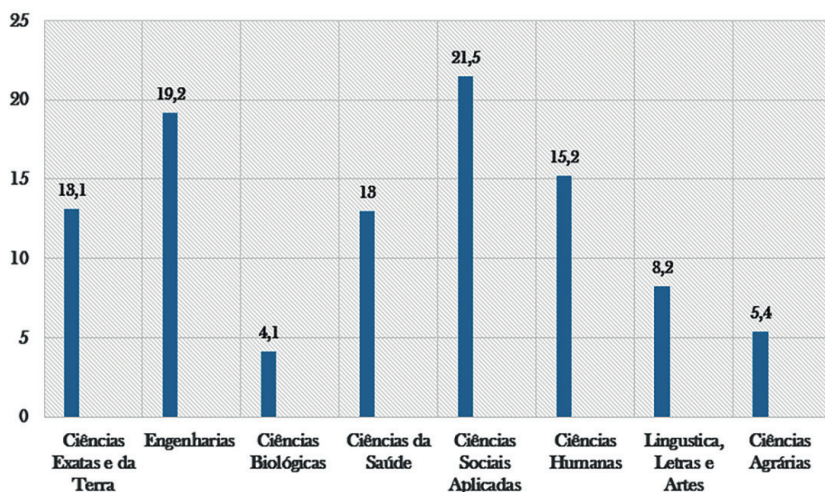
Tabela 5 – Graduandos (as) e taxa de cobertura por Unidade da Federação - 2018

UF	Número	População	Taxa de estudantes no ensino superior federal a cada 1.000 habitantes
AC	11.376	869.265	13,09
DF	37.354	2.974.703	12,56
SE	28.457	2.278.308	12,49
RR	6.959	576.568	12,07
PB	47.845	3.996.496	11,97
RN	41.553	3.479.010	11,94
AP	9.151	829.494	11,03
MS	27.564	2.748.023	10,03
TO	15.156	1.555.229	9,75
RS	100.539	11.329.605	8,87
AL	28.994	3.322.820	8,73
PI	27.782	3.264.531	8,51
MT	28.481	3.441.998	8,27
PA	68.842	8.513.497	8,09
RJ	131.872	17.159.960	7,68
MG	160.601	21.040.662	7,63
AM	29.393	4.080.611	7,20
ES	25.418	3.972.388	6,40
PR	71.642	11.348.937	6,31
RO	10.305	1.757.589	5,86
BRASIL	1.200.300	208.494.900	5,76
SC	37.705	7.075.494	5,33
PE	50.229	9.496.294	5,29
MA	33.579	7.035.055	4,77
GO	30.633	6.921.161	4,43
CE	36.987	9.075.649	4,08
BA	59.616	14.812.617	4,02
SP	42.269	45.538.936	0,93

Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, o total de estudantes matriculados nas Ifes brasileiras estavam assim distribuído, por grande área de conhecimento, seguindo a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Gráfico 3 - Distribuição dos estudantes das Ifes por grande área do conhecimento do CNPq – Brasil – 2018.

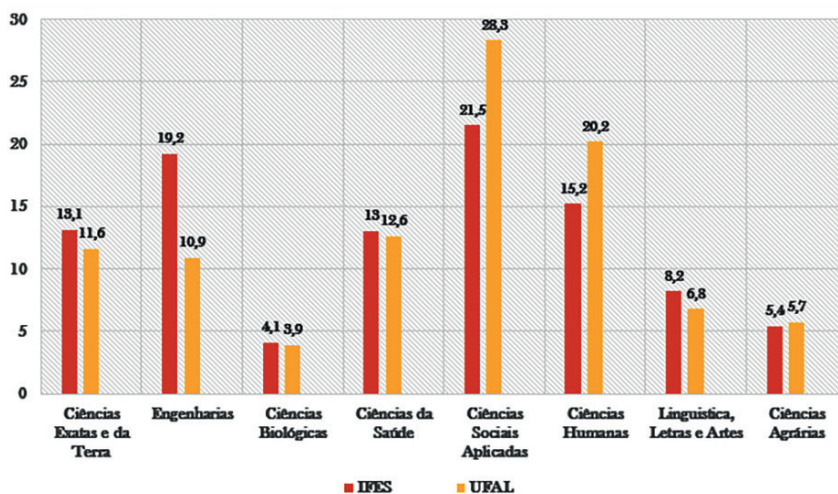


Fonte: Andifes/Fonaprace, 2019.

No conteúdo original da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, há ainda uma nona grande área do conhecimento, a multidisciplinar, com 1,7% do total de estudantes matriculados. Como oficialmente essa área

não consta na classificação das oito grandes áreas do conhecimento tipificadas pelo CNPq, e sim a denominação “outros”, decidimos, para fins comparativos e por semelhança temática, somar a área multidisciplinar com a área de ciências sociais aplicadas. Desse modo, se a distribuição em âmbito nacional, por grande área do conhecimento segundo o CNPq, for comparada com a distribuição da Ufal, temos o seguinte quadro.

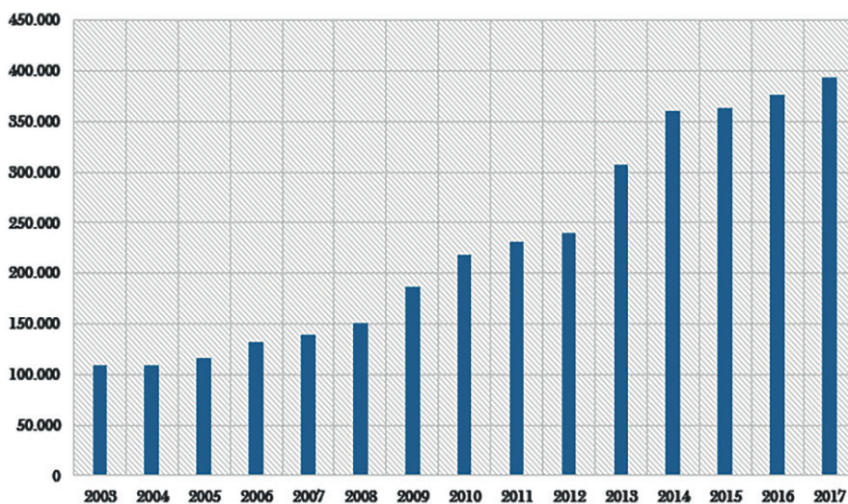
Gráfico 4 – Comparativo entre os percentuais de estudantes matriculados por área de conhecimento, segundo o CNPq – Ifes Brasil e Ufal – 2018



Fonte: adaptado a partir da fonte Andifes/Fonaprace, 2019.

O crescimento da população estudantil da Ufal, registrado na série histórica de 2001 a 2018, deixou a instituição entre as vinte com maior população estudantil entre as Ifes. Esse crescimento também foi observado no conjunto das 63 instituições federais de ensino superior brasileiras. É digno de nota, como observa a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, que entre 2003 e 2017 constatou-se um crescimento de 260% no total de vagas ofertadas pelas Ifes. Essa expansão representou um crescimento médio anual de 17,3%.

Gráfico 5 - Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2017



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

O acentuado número de vagas observado no período decorreu da criação, instalação e funcionamento de novas universidades federais entre os anos de 2005 e 2017, especialmente na região Nordeste. O percentual de crescimento durante o referido período foi de 40%. Já os *campi* aumentaram em 176%, saindo de 148, em 2002, para 408, em 2017.

O intenso e promissor crescimento da população estudantil-acadêmica matriculada junto às instituições federais de ensino superior foi seguido de uma maior diversificação e diferenciação do perfil geral dos estudantes, acompanhando a estrutura sociológica da sociedade brasileira. Aumentou-se, consideravelmente, o número de pobres e em vulnerabilidade socioeconômica; o número de estudantes pretos e pardos; a quantidade de homossexuais; o percentual de alunos egressos de escolas públicas; a quantidade de estudantes com alguma deficiência; o total dos que trabalham; e o números dos (as) que são pais e mães.

No âmbito da Ufal não foi diferente. O crescimento da sua população estudantil veio acompanhado de uma mudança educacional, social e cultural bastante relevante, pois incorporou à população estudantil da universidade um novo e significativo contingente de estudantes de origem familiar pobre e economicamente vulneráveis; de um quantitativo expressivo de pretos e pardos; de um contingente relevante de estudantes homossexuais e com novas orientações sexuais. Essa profunda mudança na composição da população estudantil da Ufal reclama a formulação e implementação de novas políticas educacionais, que assegurem a permanência

estudantil, o respeito aos direitos humanos e ao bem-estar coletivo e individual; que permita a afirmação das identidades étnico-culturais e o exercício da diversidade artístico-cultural.

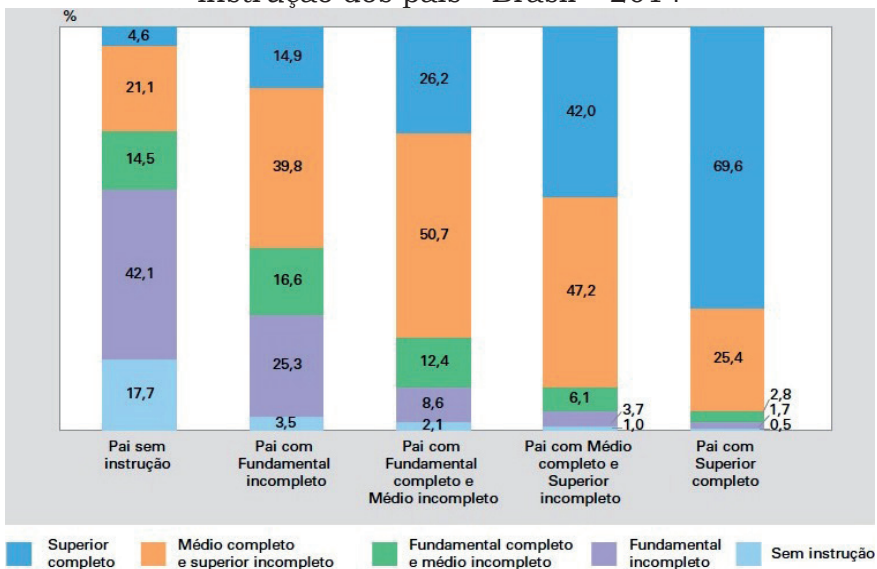
3 ESCOLARIDADE DA MÃE E DO PAI

Não há dúvida de que a origem familiar, especialmente durante a primeira infância (de zero a seis anos de idade) e a segunda infância (de sete a doze anos de idade), exerce uma grande influência na trajetória estudantil e na vida escolar-acadêmica dos indivíduos. Essa influência é exercida notadamente pela escolaridade do pai e da mãe, a qual é decisiva, pois ela determina, em grande medida, as chances e as possibilidades de mobilidade educacional ascendente.

Os estudos sociológicos, tanto aqueles que dispõem de técnicas quantitativas, quanto aqueles que recorrem às técnicas qualitativas, evidenciam que os filhos dos pais mais escolarizados, em regra, também são mais escolarizados. O oposto também é verdadeiro: os filhos dos pais menos escolarizados também se tornam menos escolarizados. Como consequência, os primeiros, uma vez mais escolarizados, têm mais chances de obterem empregos/ocupações que remuneram mais e melhor. Novamente, o oposto é verdadeiro: aqueles com menor escolaridade, em regra, conseguem os empregos/trabalhos que remuneram menos.

A valiosa pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais, publicada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que ocorreu uma grande mobilidade educacional no Brasil nos últimos 40 anos, registrando-se um aumento significativo das chances de mobilidade intergeracionais entre pais e filhos. Mesmo diante dessa realidade contemporânea, a desigualdade de oportunidades educacionais se manteve relativamente alta no Brasil. Para mensurar os efeitos da escolaridade dos pais sobre os filhos, o IBGE separou sete níveis educacionais (1 - sem instrução; 2 - fundamental incompleto; 3 - fundamental completo; 4 - médio incompleto; 5 - médio completo; 6 - superior incompleto; 7 - superior completo) e calculou como se distribui o nível de escolaridade obtido pelos filhos para cada grau de instrução original dos pais. Esse procedimento permitiu evidenciar o movimento intergeracional (pai-filho) de origem e destino educacional.

Gráfico 6 - Distribuição percentual do nível de instrução dos filhos de 25 a 65 anos de idade, segundo o nível de instrução dos pais - Brasil – 2014



Fonte: IBGE, 2017.

O gráfico 6 evidencia que há uma acentuada desigualdade educacional nas chances de mobilidade educacional entre os filhos de pais mais escolarizados e os filhos de pais menos escolarizados. Quanto maior o nível de escolaridade do pai, maior é o percentual de filhos que obtiveram o ensino superior completo. Apenas 4,6% dos filhos cujos pais não possuem qualquer instrução alcançaram o ensino superior completo. Por outro lado, 69,6% dos filhos cujos pais possuíam o ensino superior completo também conseguiram alcançar esse nível de escolaridade, evidenciando um

elevado percentual de reprodução educacional entre pais e filhos no Brasil.

Entre os pais com o ensino fundamental incompleto, apenas 14,9% dos filhos alcançam o ensino superior. Entre os pais com fundamental completo e médio incompleto, esse percentual sobe para 26,2%. Entre os pais com médio completo e superior incompleto, o percentual de filhos com ensino superior completo sobe para 42%. Como se vê, há uma escala bastante clara. Quanto maior a escolaridade de origem (pai), maior a escolaridade de destino (filho). Como assinala o IBGE, esses dados demonstram a existência de uma barreira intergeracional que dificulta ou facilita a elevação da escolaridade, dependendo da educação paterna (IBGE, 2017).

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, do total de estudantes matriculados nas Ifes brasileiras, a maioria absoluta, 69,2%, é de filhos de pais que não possuíam o ensino superior, ou seja, que não tiveram acesso à universidade. Sendo que 34,4% deles são filhos de mães que estão entre não possuir qualquer escolaridade e possuir apenas o ensino médio incompleto. Significa que, uma vez completado o ensino superior, a geração de discentes matriculados hoje nas Ifes do país pode experimentar uma das maiores mobilidades educacionais da história brasileira.

Tabela 6 – Nível de escolaridade da mãe, pai, ou da pessoa responsável pela criação dos (as) graduando (as) (em %) – 2018

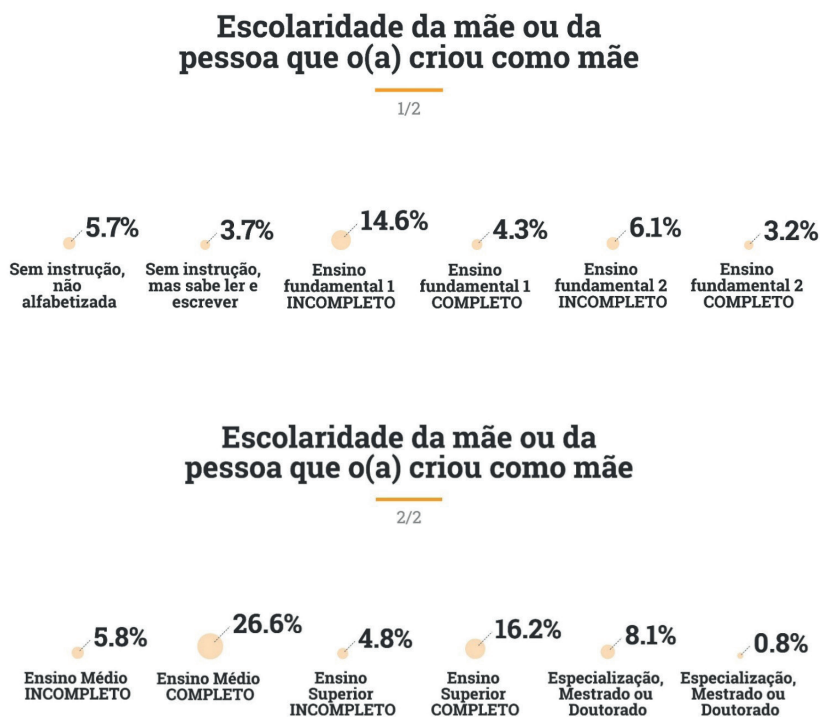
Escolaridade	Mãe ou quem criou como tal	Pai ou quem criou como tal
Sem instrução, não alfabetizada/o	2,5	3,0
Sem instrução, mas sabe ler e escrever	2,2	2,6
Ensino Fundamental 1 incompleto	11,2	12,5
Ensino Fundamental 1 completo	4,0	4,5
Ensino Fundamental 2 incompleto	5,0	7,0
Ensino Fundamental 2 completo	3,1	4,3
Ensino Médio incompleto	6,0	6,1
Ensino Médio completo	28,8	26,2
Ensino Superior incompleto	5,8	5,6
Ensino Superior completo	20,5	16,2
Especialização, mestrado ou doutorado	10,31	7,11
Total	100	100

Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

O nível de escolaridade das mães e dos pais dos estudantes da Ufal é ainda menor do que aqueles registrados na média nacional das 63 Ifes brasileiras (mais o Cefet-MG e o Cefet-RJ), o que revela um desafio ainda maior por parte deles. Se no âmbito nacional, 20,5% das mães dos estudantes das Ifes alcançaram o ensino superior completo, na Ufal esse percentual cai para 16,2%. Se na média nacional, 28,8% das mães dos (as) matriculados (as) alcançaram o ensino médio

completo, entre os que estudam na Ufal esse percentual cai para 26,6%.

Figura 3 – Escolaridade da mãe - Ufal - 2018



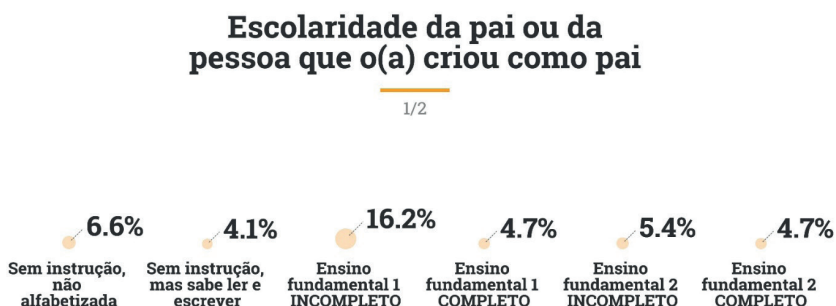
Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Em média, em âmbito nacional, a escolaridade da mãe é maior do que a dos pais dos estudantes das Ifes. Isso se deve ao maior tempo dedicado aos estudos por

parte das mulheres brasileiras nos últimos 40 anos, o que levou a um adiamento do casamento e das funções domésticas. Esse aspecto permitiu às mulheres ingressar no mercado de trabalho mais qualificadas, obtendo maiores e melhores remunerações. Por exemplo, 20,5% das mães dos alunos das Ifes alcançaram o ensino superior completo, ao passo que a taxa entre os pais foi de 16,2%, uma diferença de 4,3%. Essa diferença se repete entre as mães e os pais dos que estudam na Ufal.

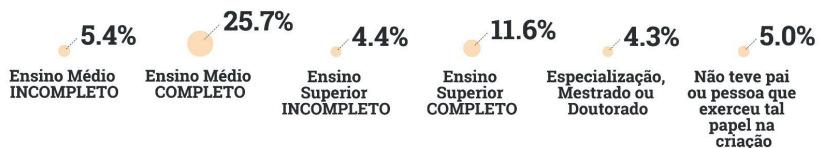
Entre as mães dos(as) estudantes da Ufal, 16,2% alcançaram o ensino superior; já entre os pais, esse percentual cai para 11,6%, bem abaixo do percentual dos pais dos estudantes das demais Ifes, que foi de 16,2%. Significa que, comparativamente, uma vez concluído o ensino superior, os estudantes da Ufal terão alcançado uma mobilidade educacional ascendente ainda mais significativa do que aqueles das demais Ifes brasileiras.

Figura 4 - Escolaridade do pai - Ufal - 2018



Escolaridade da pai ou da pessoa que o(a) criou como pai

2/2



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

4 RENDA FAMILIAR

A renda familiar corresponde a uma variável sociológica estrutural que exerce a maior influência na trajetória acadêmica dos estudantes da Ufal. Segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, 70,2% dos estudantes das Ifes brasileiras pertencem a famílias com renda *per capita* de até um e meio salário mínimo. Entre os discentes da Ufal, esse percentual sobe para 80,2%. Significa que, em 2018, dos 28.994 alunos, nada menos do que 23.195 pertenciam a famílias cuja renda *per capita* era de até um salário mínimo e meio, R\$ 1.567,50, em valores de 2020. No Campus Arapiraca, esse percentual sobe para 94% e no Campus do Sertão esse percentual sobe para 95%. Significa que dos 8.398 matriculados no campus de Arapiraca e do Sertão, a quase totalidade pertencem a famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo e meio. Esses dados não deixam dúvida: os estudantes das Ifes brasileiras pertencem a famílias majoritariamente pobres e, no caso da Ufal, essa assertiva é ainda mais verdadeira.

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que envolve diversos aspectos da trajetória socioeconômica

e cultural dos indivíduos ao longo das suas vidas. Abarca diversas dimensões, como a escolaridade e/ou instrução do núcleo familiar (pai e mãe); a ocupação/profissão do núcleo familiar (pai e mãe); a raça; o gênero; as oportunidades socioeconômicas que o bairro, a cidade, a região e o país oferecem (políticas públicas de saúde, educação, moradia, proteção social, transporte, cultura, comunicação, segurança, etc.); assim como os fatores econômicos conjunturais e estruturais (taxa de juros, crescimento da renda, expansão do crédito, investimento público em capacitação profissional, políticas de transferência de renda, valorização do salário mínimo, entre outros). Esse conjunto de fatores e dimensões decidem, em grande medida, as taxas de desigualdade socioeconômica e as chances de mobilidade social ascendente das pessoas e das famílias nas sociedades contemporâneas.

A pobreza socioeconômica somente pode ser compreendida e explicada mobilizando fatores objetivos e subjetivos. O primeiro decorre da escolaridade e ocupação dos pais, raça, gênero e região de nascimento. Já o segundo, concerne à disciplina e à concentração nos estudos; impacto emocional diante do preconceito racial; impacto psíquico diante da violência de gênero; disposição para conciliar os estudos com longas jornadas de trabalho; impacto físico diante dos longos deslocamentos para a escola e universidade; domínio dos códigos estéticos que favorece o interesse pelo consumo de determinados conteúdos artísticos e culturais; entre outros. No entanto, para os objetivos desta publicação a classificação de pobreza está referida apenas à

dimensão monetária. Logo, seguindo essa dimensão, serão utilizados apenas indicadores monetários, como a renda *per capita*, a linha de extrema pobreza e a linha de pobreza.

A renda *per capita* familiar corresponde à soma do rendimento mensal da família (somatório da renda de todos os membros da família – renda familiar bruta) dividida pelo número de membros (pais, filhos, netos, etc.) residentes em um determinado domicílio. Assim, em uma família que obtém uma renda mensal de dois salários mínimos (R\$ 2.090,00) e possui três membros, a renda *per capita* será de R\$ 692,60. Do mesmo modo, em uma família que obtém dois salários mínimos por mês e possui quatro membros, a renda *per capita* será de R\$ 522,50.

Tabela 7 – Simulação da renda *per capita* familiar

Renda familiar (em salários mínimos e R\$)	Número de membros	Renda familiar <i>per capita</i>
2 S.M = 2.090,00	3	696,66
2 S.M = 2.090,00	4	522,50
3 S.M = 3.135,00	5	627,00
3 S.M = 3.135,00	6	522,50
4 S.M = 3.135,00	7	447,85

Fonte: elaboração própria

Como evidencia a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, 26,6% dos (as) alunos (as) das Ifes pertencem

a famílias com rendas *per capita* de até meio salário mínimo, o que significa mais de 300 mil alunos com renda familiar *per capita* de até R\$ 522,50. Por outro lado, o somatório dos grupos dos estudantes que pertencem a famílias que possuem renda *per capita* de mais de três a vinte salários mínimos perfaz apenas 10,1%.

Tabela 8 - Graduandos (as) por faixa de renda mensal familiar *per capita*

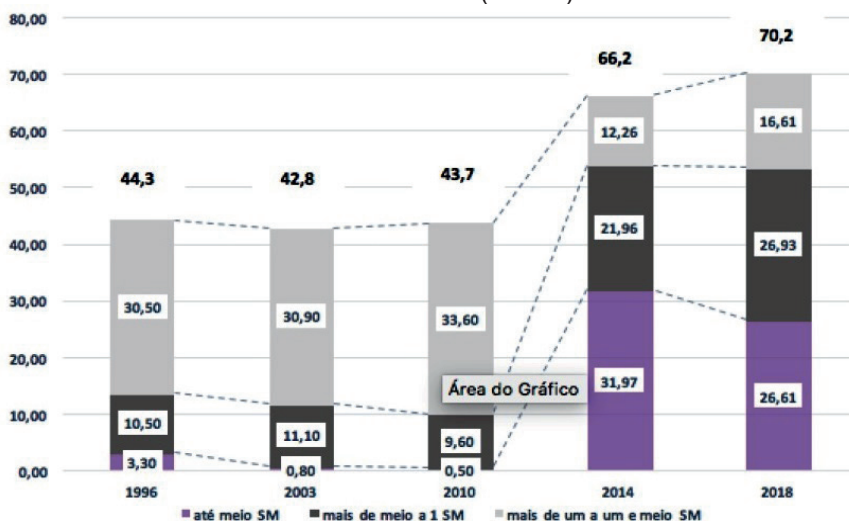
Faixa de renda mensal familiar <i>per capita</i>	%
Até meio SM	26,6
Mais de meio a 1 SM	26,9
Mais de 1 a 1 e meio SM	16,6
SUB-TOTAL ATÉ 1 E MEIO SM	70,2
Mais de 1 e meio a 3 SM	16,7
Mais de 3 a 5 SM	5,9
Mais de 5 a 7 SM	2,8
Mais de 7 a 10 SM	0,8
Mais de 10 a 20 SM	0,6
Mais de 20 SM	0,1
Não respondeu	3,0
TOTAL	100,0

Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

É notável o crescimento do contingente de estudantes matriculados nas Ifes originários de famílias pobres e muito pobres, pois em 1996, apenas 3,3% deles pertenciam a famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Em 2018, esse percentual saltou para 26,6%, um crescimento de pouco mais 800% em 22

anos – um crescimento médio anual de 36,3%. Significa que, nos últimos 22 anos, os estudantes membros de famílias muito pobres ingressaram maciçamente nas universidades federais brasileiras.

Gráfico 7 - Percentual de (as) graduandos (as) das Ifes, segundo faixas de renda mensal familiar *per capita* selecionadas, por ano de realização da Pesquisa de Perfil – 1996 – 2018 (em %)



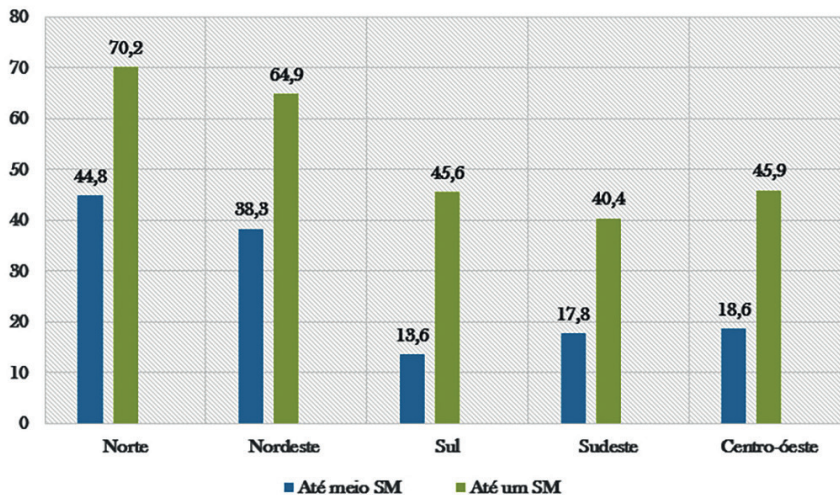
Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

O maior contingente de estudantes membros de famílias pobres e muito pobres está no Norte e no Nordeste. Em 2018, 44,8% dos estudantes matriculados nas universidades federais situadas na região Norte pertenciam a famílias com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo. No Nordeste, esse

percentual era de 38,3%. Já no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, era de 13,6%, 17,8% e 18,6%, respectivamente. Significa que o Norte e o Nordeste têm duas ou três vezes mais muito pobres matriculados nas Ifes do que o Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Essa assimetria se repete, quando o corte se refere aos estudantes que pertencem a famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo. Em 2018, 70,6% dos matriculados nas Ifes situados na região Norte pertenciam a famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo. No Nordeste, esse percentual foi de 64,9%. No Sul, Sudeste e Centro-oeste, por sua vez, os percentuais foram de 40,4%, 45,6% e 45,9%, respectivamente, demonstrando que os alunos das universidades federais do Norte e do Nordeste pertencem a famílias bem mais pobres dos que os matriculados nas universidades federais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Gráfico 8 – Estudantes membros de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo – regiões brasileiras – 2018 (%)



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Uma vez frequentando a universidade, um dos maiores desafios para os estudantes oriundos de famílias pobres ou muito pobres é a permanência nela, sobretudo no Norte e Nordeste. No âmbito das Ifes, perguntados sobre as maiores dificuldades que impactam no desempenho acadêmico, 24,7% responderam as dificuldades financeiras, e 12,6% apontaram a carga horária excessiva de trabalho. Ora, somadas, essas razões, que decorrem de problemas materiais e econômicas familiares, totalizam 37,3%.

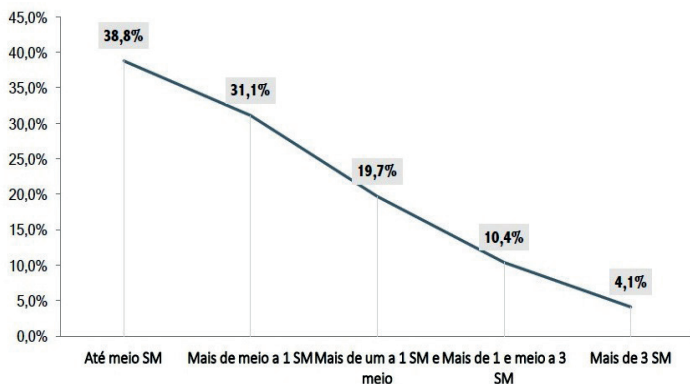
Gráfico 9 - Dificuldades estudiantis que impactam no desempenho acadêmico (em %) – 2018



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Se o percentual de 24,7% daqueles que têm dificuldade de realizar as atividades acadêmicas em razão das dificuldades financeiras for desagregado, de acordo com as clivagens de renda *per capita*, tem-se a confirmação de quanto a renda *per capita* familiar é decisiva para a permanência do estudante na universidade. Dos estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, 38,8% destacaram o aspecto financeiro como uma causa que impacta no desempenho acadêmico. Por outro lado, quanto maior a renda *per capita* familiar, menos o problema financeiro é destacado.

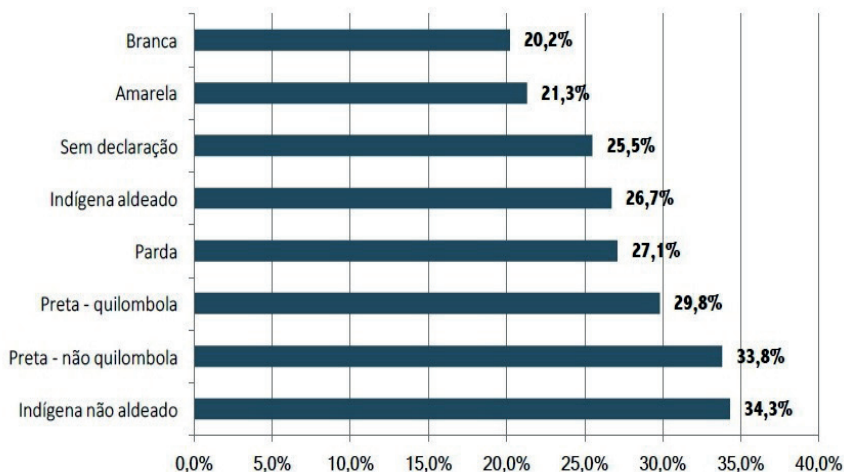
Gráfico 10 - Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade financeira sobre seu rendimento acadêmico por renda *per capita* – 2018 (em %)



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Se a dificuldade financeira for desagregada por raça, o quadro também é nítido. Entre os (as) estudantes brancos, 20,2% destacaram a dificuldade financeira como algo que impacta o desempenho acadêmico; entre os (as) estudantes pardos, esse aspecto subiu para 27,1%, e entre os (as) estudantes pretos(as) não-quilombolas o percentual chega a 33,8%. Os(as) estudantes pardos(as) e pretos(as) sentem mais as dificuldades financeiras e, logo, esse aspecto impacta mais no desempenho acadêmico.

Gráfico 11 - Percentual de discentes que acusam o impacto



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Em 2018, 80,2% dos estudantes da Ufal pertenciam a famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Esse percentual é superior ao percentual nacional (70,2%) e regional (78,3%). Significa que na Ufal há mais pobres e muito pobres do que no Brasil e no Nordeste.

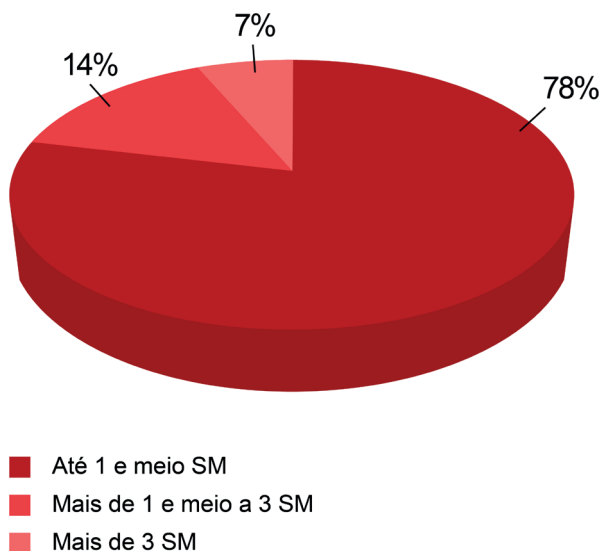
Gráfico 12 – Estudantes da Ufal com renda mensal familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Se o percentual de estudantes pobres da Ufal for desagregado por campus, temos o seguinte cenário: 78% dos (as) matriculados (as) no A.C. Simões pertencem a famílias com renda mensal *per capita* de até um e meio salário mínimo; percentual que sobe para 94% no Campus Arapiraca e 95% no Campus do Sertão.

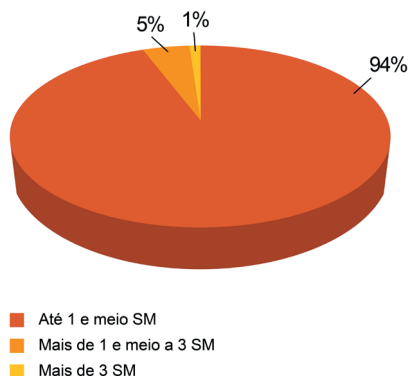
Gráfico 13 – Estudantes matriculados (as) no A.C Simões pertencentes a famílias de acordo com a faixa de renda familiar *per capita*



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Já no Campus Arapiraca, os percentuais de estudantes em relação à renda *per capita* dividem-se da seguinte maneira:

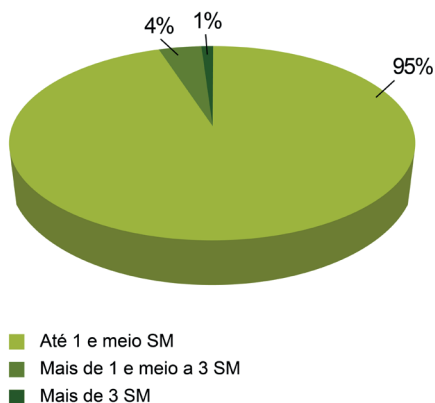
Gráfico 14 – Estudantes matriculados no Campus Arapiraca de acordo com a faixa de renda familiar *per capita*



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Já no Campus do Sertão, os percentuais são os seguintes:

Gráfico 15 – Estudantes matriculados no Campus do Sertão pertencentes a famílias de acordo com a faixa de renda familiar *per capita*



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

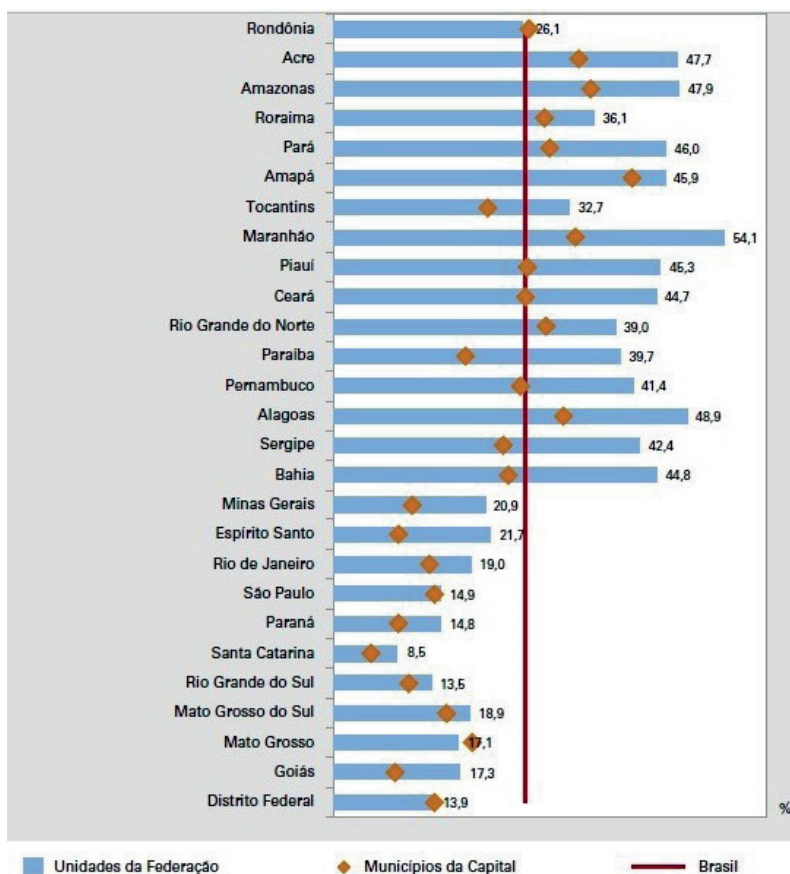
Como assinalado antes, a quase totalidade dos estudantes matriculados nos *campi* de Arapiraca e do Sertão pertencem a famílias pobres ou muito pobres. Essa afirmação pode ser corroborada com auxílio da pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais, publicada pelo IBGE, em 2019. De acordo com o instituto, o Banco Mundial utiliza uma das medidas de aferição da linha de pobreza mais recorrentes no mundo, adotando-se dois cortes. O primeiro refere-se à classificação da linha de extrema pobreza. O valor de US\$ 1,90 diário *per capita* em paridade de poder de compra (PPC) é considerado o limite para a classificação de extrema pobreza. Pela cotação do mês de março de 2020, o valor de US\$ 1,90 diário *per capita* corresponde a uma renda familiar *per capita* de R\$ 300,00.

Segundo o IBGE, em 2016, 6,6% da população brasileira vivia abaixo da extrema pobreza, número que cresceu para 7,4% em 2017, abarcando mais de 15 milhões de pessoas. Depois do Maranhão, Alagoas é o estado brasileiro que possui o maior percentual de habitantes vivendo em extrema pobreza. Em 2015, esse percentual foi de 12,5%, e em 2018 passou para 17,2%, quando dos 3,3 milhões de habitantes do estado, 17,2% viviam abaixo da linha da extrema pobreza, o que representou 567,6 mil habitantes.

Quanto ao critério monetário de classificação da pobreza, o Banco Mundial utiliza o valor de US\$ 5,5 diário *per capita*, que, em valores de março de 2020, correspondeu a quantia de R\$ 825,00 como renda familiar *per capita*. De acordo com o IBGE, em 2018, 26,5% da população brasileira (cerca de 54 milhões de pessoas) viviam abaixo

da linha da pobreza. Novamente, em Alagoas, esse percentual é maior. No total, 48,9% da população de Alagoas vivia abaixo da linha da pobreza (1,6 milhões de pessoas), sendo superado apenas pelo Maranhão (54,1%).

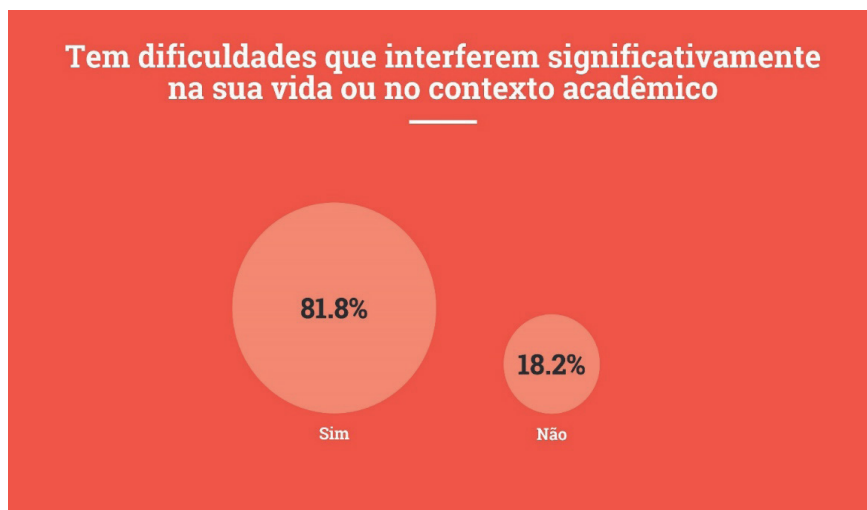
Gráfico 16 – Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento real efetivo domiciliar *per capita* de até US\$ 5,50 diários – Brasil – Unidades Federativas 2017



Fonte: IBGE, 2019.

No âmbito da Ufal, 81,8% dos estudantes assinalaram que têm dificuldades que interferem significativamente na sua vida ou no contexto acadêmico.

Figura 5 - Dificuldades

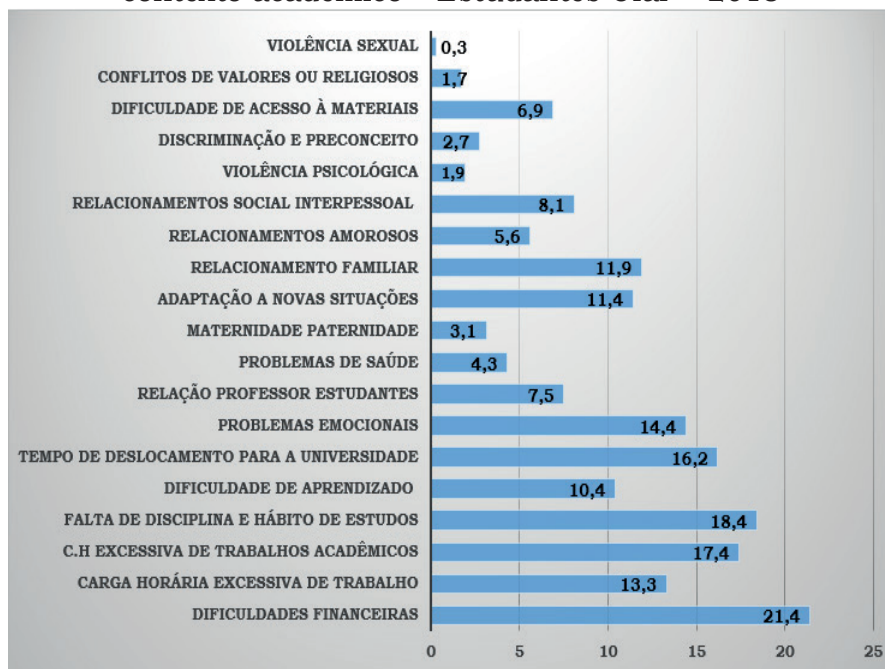


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Desse percentual de 81,8%, 21,4% dos (as) estudantes da Ufal, indagados (as) sobre as dificuldades que interferem na vida ou no contexto acadêmico, responderam como sendo as dificuldades financeiras. Do total, 13,3% responderam que é a carga horária excessiva de trabalho o fator que mais dificulta e interfere na vida ou no contexto acadêmico. Ora, o estudante somente assume uma carga horária de trabalho excessiva, submetendo-se a longas jornadas de trabalho, como será analisado, porque necessita de uma remuneração, uma vez que,

muito provavelmente, pertence a famílias situadas abaixo da linha da extrema pobreza ou da pobreza.

Gráfico 17 – Dificuldades que interferem na vida ou no contexto acadêmico – Estudantes Ufal - 2018

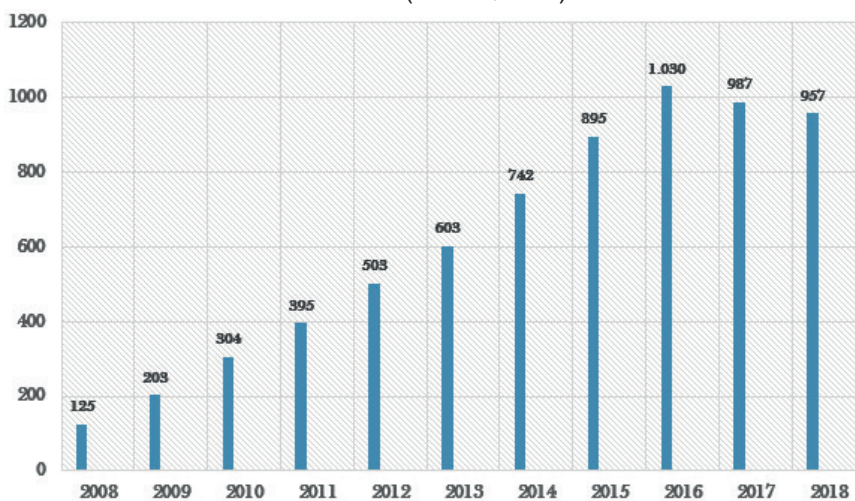


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Os dados e indicadores evidenciam que ocorreu um ingresso acentuado de alunos (as) pobres nas Ifes brasileiras nas últimas duas décadas. Acompanhando esse movimento, felizmente os recursos destinados para assistência estudantil também foram elevados, especialmente entre 2008 e 2016. Em 2008, foi criado e implementado o Plano Nacional de Assistência

Estudantil, destinado a propiciar a permanência de estudantes de baixa renda e em vulnerabilidade socioeconômica matriculados (as) na Ifes. O programa repassa recursos financeiros para viabilizar a moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, cultura, inclusão digital, esporte, creche e apoio pedagógico (MEC, 2018). Em 2010, o plano foi regulamentado e consolidado por meio do Decreto nº 7.234, que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Gráfico 18 – Evolução dos recursos do Pnaes (2008-2018) – Brasil (em R\$ mil)

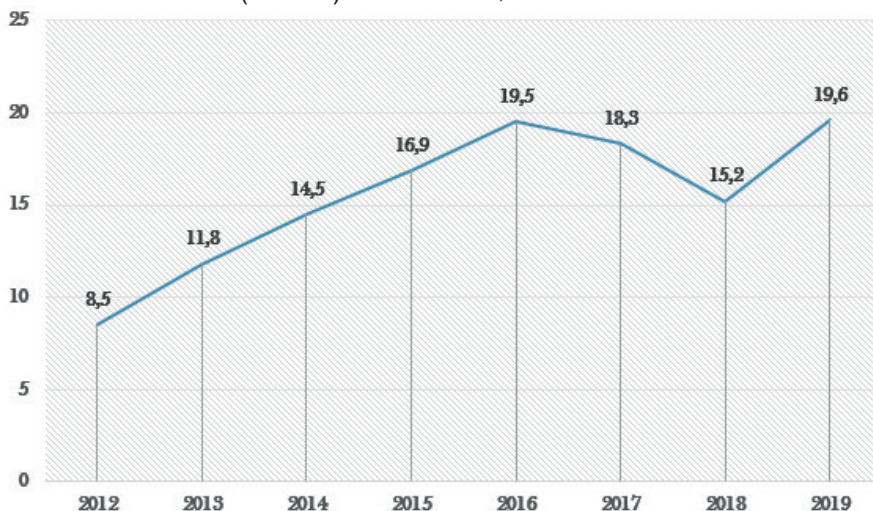


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Em 2016, o recurso nacional destinado ao Pnaes ultrapassou R\$ 1 bilhão. Em uma série histórica de dez anos, os recursos do Pnaes alcançaram um crescimento de mais de 700%. Também ocorreu um crescimento

bastante acentuado do repasse dos recursos do Pnaes para fazer frente às demandas e necessidades estudantis da Ufal. Em 2012, foram efetivamente pagos, em auxílios e bolsas para assistência estudantil, R\$ 8,5 milhões; em 2019, esse montante elevou-se para R\$ 19,6 milhões.

Gráfico 19 - Orçamento da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) Ufal em R\$ milhões - 2012-2017

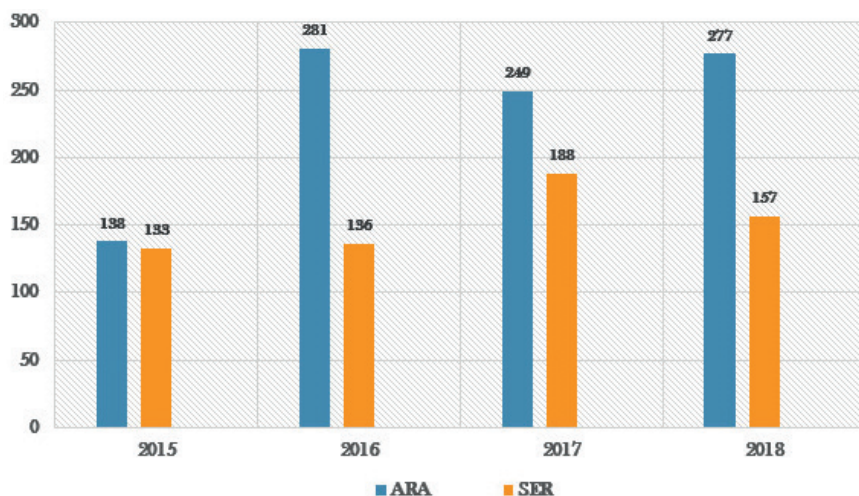


Fonte: Ufal, 2019

Durante as últimas duas décadas, o ingresso de estudantes pobres nas Ifes brasileira foi acompanhado de uma diversificação das modalidades de auxílio estudantil. Na Ufal, não foi diferente. Na instituição, tanto ocorreu uma elevação do número de auxílios

e bolsas destinados à assistência estudantil, quanto ocorreu uma diversificação de ações, como, por exemplo, o auxílio moradia para os(as) estudantes do Campus Arapiraca e do Sertão, que não dispõem de residência universitária.

Gráfico 20 – Auxílio moradia – Campus Arapiraca e Campus do Sertão - Ufal-2015- 2018 – (em número de estudantes)

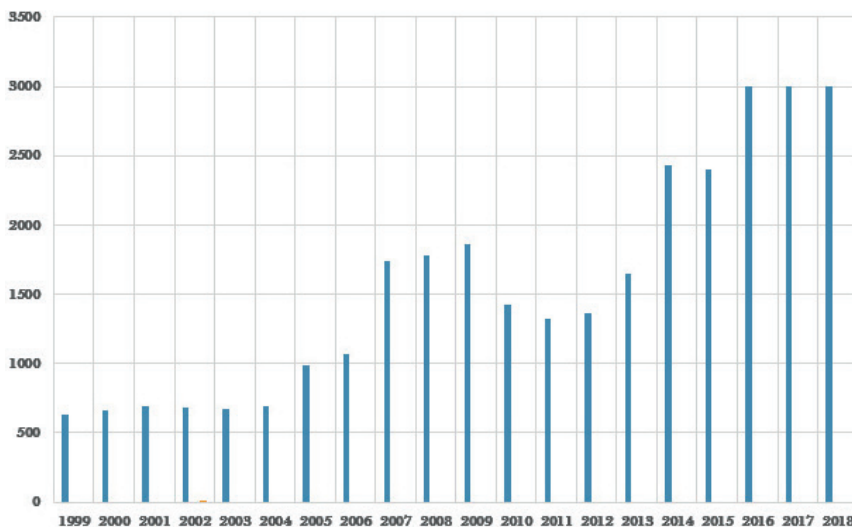


Fonte: Ufal, 2019

Salta aos olhos, em uma longa série histórica (de 1999 a 2018), o crescimento do contingente de estudantes com gratuidade junto ao Restaurante Universitário do Campus A.C. Simões (em Maceió) e do Campus Delza Gitaí (antigo Centro de Ciências Agrárias), em Rio Largo. Em 1999, 631 dispunham desse auxílio, mas em 2018 3 mil estudantes dispunham desse auxílio estudantil

imprescindível, notadamente para os pertencentes a famílias pobres ou muito pobres – classificados como em vulnerabilidade socioeconômica.

Gráfico 21 – Número de estudantes assistidos (as) com gratuidade nos Restaurantes Universitários dos *campi* A. C. Simões e Delza Gitaí – Ufal – 1999-2018

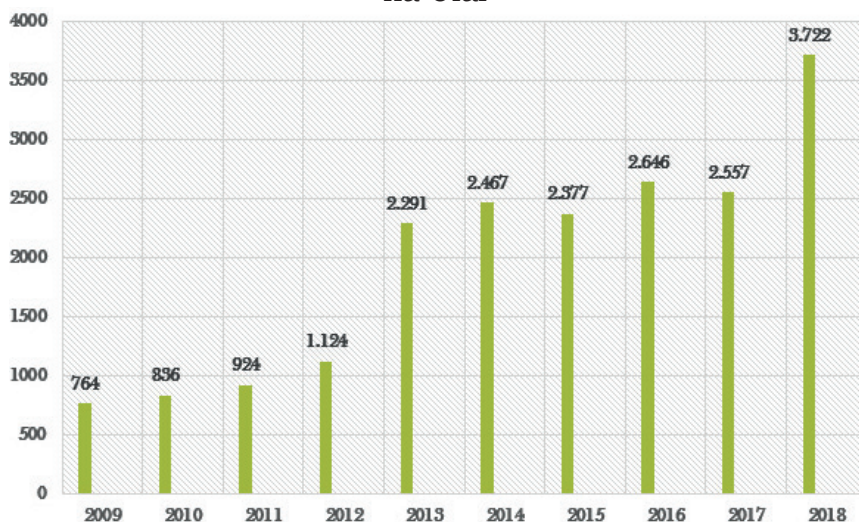


Fonte: Ufal, 2019

O auxílio alimentação na forma de gratuidade para os estudantes em vulnerabilidade não se confunde com o número de refeições ofertadas diariamente nos dois restaurantes universitários para a toda comunidade acadêmica. Em 2018, por exemplo, foram servidas, no total, 781 mil refeições nos três restaurantes universitários do A.C. Simões, do Campus Delza Gitaí e da Unidade Educacional de Viçosa.

Também digno de destaque foi o crescimento das bolsas que objetivam a permanência dos discentes na universidade, nomeadas de Bolsa Permanência ou Bolsa Pró-Graduando, que repassam para os(as) estudantes em vulnerabilidade socioeconômica uma quantia mensal para manutenção das suas atividades acadêmicas. Novamente, em uma significativa série histórica (de 2009 a 2018), ocorreu um crescimento bastante acentuado dessa modalidade de auxílio, saindo de 764 bolsas, em 2009, para 3.722, em 2018, divididas entre os *campi* A. C. Simões, Arapiraca e do Sertão.

Gráfico 22 – Modalidade de bolsa destinada à permanência na Ufal

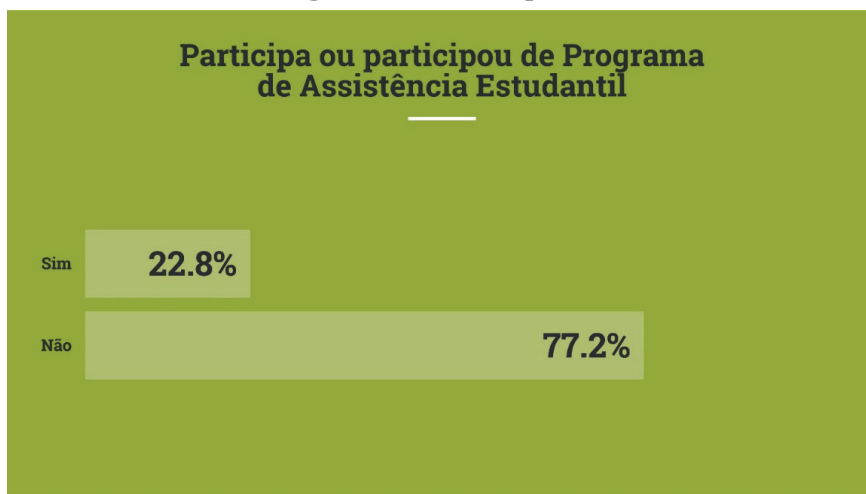


Fonte: Ufal, 2019

Também ocorreu, na série histórica entre 2003 e 2018, um crescimento do número de vagas na Residência

Universitária de Alagoas (RUA), de 83 para 144 vagas. Inaugurada em 2014, a Nova Residência Universitária de Alagoas passou a se localizar no Campus A. C. Simões, contando com nova estrutura predial. O aumento do contingente de estudantes pobres e vulneráveis nas últimas duas décadas levou a uma maior procura pelos serviços de assistência estudantil. Em 2018, 22,8% dos discentes da Ufal afirmaram que participaram ou participam de algum programa de assistência estudantil. Significa que dos 28.998 alunos da Ufal, 6.612 utilizavam e necessitavam de bolsa, auxílios, gratuidades, etc.

Figura 6 - Participação

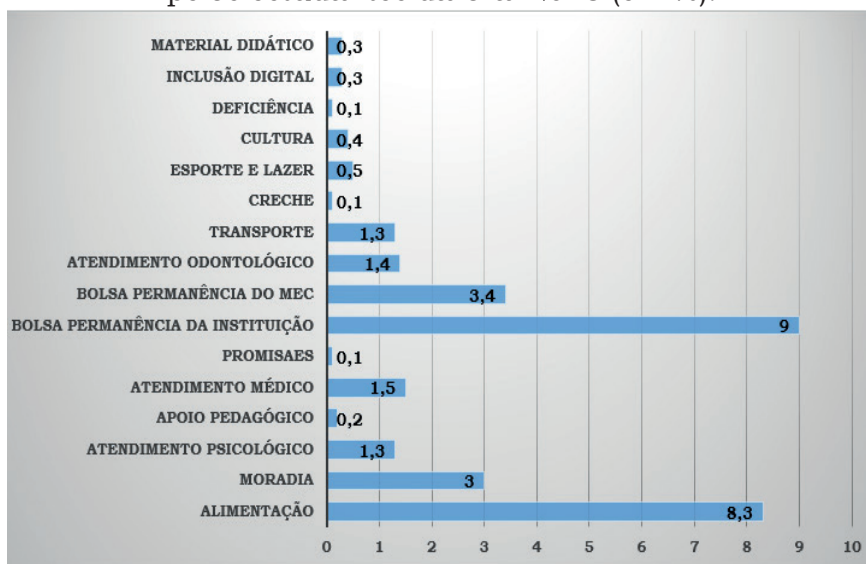


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Dos 6.612 que utilizaram ou utilizavam os serviços de assistência estudantil, 9% obtinham ou obtiveram

bolsa permanência da instituição; 8,3% utilizavam ou utilizaram a oferta de alimentação (gratuidade parcial ou total) e 3,0% utilizavam ou utilizaram os serviços de moradia (residência universitária e auxílio moradia).

Gráfico 23 – Serviços de assistência estudantil utilizados pelos estudantes da Ufal 2018 (em %).



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Mesmo constatando um crescimento dos recursos financeiros para a assistência estudantil no âmbito da Ufal, a composição socioeconômica da sociedade alagoana demonstra que esses recursos ainda são insuficientes.

5 RAÇA

Uma vez que as ciências sociais já demonstraram, desde a década de 1940, que os seres humanos, em suas práticas comportamentais cotidianas, não se diferenciam por componentes biológicos, físicos e/ou raciais, por que então utilizar o conceito de raça? Ora, demonstrou-se que os seres humanos não são condicionados por heranças biológicas de origem física e/ou racial que os tornam mais ou menos superiores – como entre muitas espécies do mundo animal – e sim por aspectos socioculturais e socioeconômicos presentes na formação histórica de cada sociedade. Então, por que mobilizar o conceito de raça como uma variável explicativa?

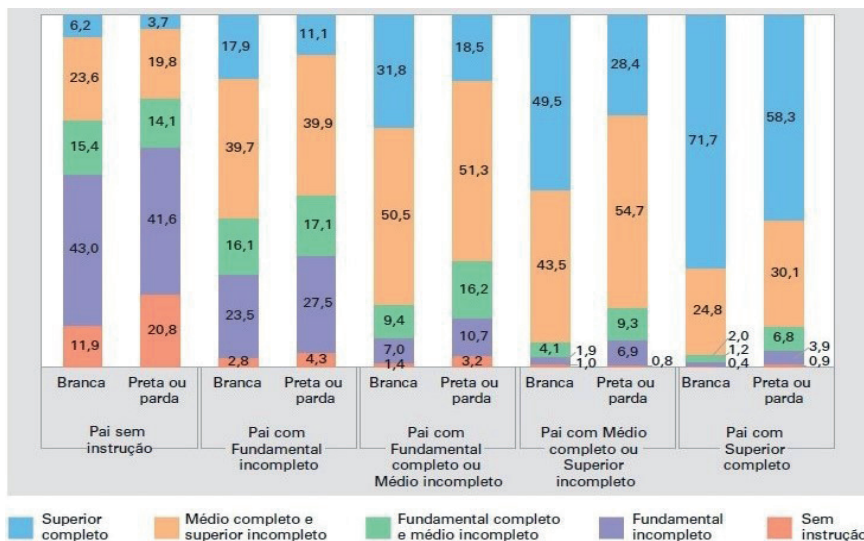
Embora essa descoberta científica seja inteiramente verdadeira, as sociedades que atravessaram longos períodos de escravidão das populações negras originárias do continente africano, como a sociedade brasileira e a norte-americana, discriminam cotidianamente e classificamos indivíduos de acordo com a cor da pele e os traços fenotípicos. Significa que, no seu cotidiano, os indivíduos pretos

e pardos sofrem toda sorte de preconceito étnico-racial, o que dificulta sobremaneira a sua mobilidade socioeconômica e educacional. Essa é outra descoberta científica, também oriunda das ciências sociais.

A variável raça também está inteiramente ligada à renda familiar, estabelecendo um amálgama histórico e estrutural entre raça e classe. A maioria das famílias brasileiras pobres e muito pobres também são compostas por indivíduos pretos e pardos. A raça é, sem dúvida, um fator de obstáculo, ou de facilitação da mobilidade socioeconômica e educacional. Para demonstrar tal assertiva, podemos repetir o exemplo da mobilidade educacional intergeracional (pai e filho) publicado pelo IBGE, utilizando agora o corte raça.

Como demonstra o gráfico 24, entre os filhos de pais brancos os quais não possuíam qualquer instrução, 6,2% alcançaram o ensino superior completo; ao passo que, entre os filhos de pais pretos ou pardos, esse percentual cai para 3,7%. No outro extremo, entre os filhos de brancos que concluíram o ensino superior, 71,7% também obtiveram o ensino superior; ao passo que, entre os filhos de pais pretos ou pardos cujos pais completaram o ensino superior, esse percentual se reduz para 58,3%.

Gráfico 24 - Distribuição percentual do nível de instrução dos filhos de 25 a 65 anos de idade, segundo cor ou raça e o nível de instrução dos genitores - Brasil – 2014



Fonte: IBGE, 2018.

Se no exemplo anterior sobre mobilidade educacional fica clara a existência de uma escala, quanto maior a escolaridade da origem (pais) maiores as chances do destino (filho) alcançar o ensino superior. Essa mesma escala se repete quanto à raça: quanto maior a escolaridade dos pais branco, maiores as chances de o filho alcançar o ensino superior. No caso do pai preto ou pardo, também quanto maior a escolaridade maiores as chances de o filho alcançar o ensino superior completo. No entanto, no caso dos filhos com pais pretos ou pardos as chances gerais

diminuem acentuadamente. Essa redução de chances fica bastante evidente, quando observados os demais graus de escolaridade apresentados no gráfico 24.

Entre os filhos de brancos que concluíram o ensino fundamental ou pararam no ensino médio, 31,8% obtiveram o ensino superior completo. Entre os filhos de pretos e pardos que também concluíram o ensino fundamental ou pararam no ensino médio, esse percentual cai para 18,5%, quase metade. Entre os filhos de pais brancos que concluíram o ensino médio e pararam no ensino superior, 49,5% concluíram o ensino superior. Entre os filhos de pais pretos ou pardos que também concluíram o ensino médio e também pararam no ensino superior, esse percentual se reduz para 28,4%.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018 demonstra que o recorte racial impacta na composição da renda familiar *per capita* dos estudantes das Ifes brasileiras. Estudantes brancos são originários de famílias que possuem uma renda *per capita* de R\$ 1.720,59, ao passo que pardos pertencem a famílias cuja renda domiciliar *per capita* é de R\$ 1.033,03. Já pretos-não quilombolas pertencem às famílias cuja renda familiar *per capita* é de apenas R\$ 912,94 – R\$ 807,65 a menos do que o estudante branco. Ou seja, a renda *per capita* familiar de pretos não-quilombolas corresponde a 53% da renda familiar *per capita* de estudantes brancos.

Tabela 9 - Diferenças relativas ao percentual das rendas familiares *per capita*, de acordo com a cor ou raça dos (as) graduandos (as) – 2018

Cor ou raça	Renda familiar <i>per capita</i> (em R\$)
Amarela	R\$ 1.320,36
Branca	R\$ 1.720,59
Parda	R\$ 1.033,03
Preta-quilombola	R\$ 625,85
Preta-não quilombola	R\$ 912,94
Indígena aldeado	R\$ 414,52
Indígena não aldeado	R\$ 854,02
Sem declaração	R\$ 1.489,77
Média geral	R\$ 1.328,08

Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

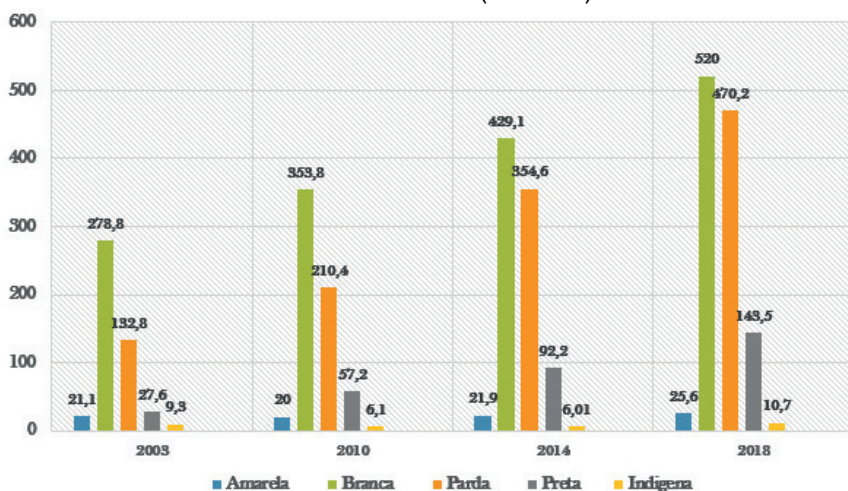
As assimetrias de renda, escolaridade e profissão entre os grupos étnico-raciais vêm sendo explicadas há bastante tempo pela sociologia brasileira (FERNANDES, 2006; HASENBALG; SILVA, 1999; GUIMARÃES, 2003; LIMA, 2012; RIBEIRO, 2007). Um dos conceitos mais reveladores criados por esses estudiosos foi cunhado por Hasenbalg e Silva (1988). De acordo com os autores, pretos e pardos (não-brancos) brasileiros fazem parte de um longo **ciclo cumulativo de desvantagens**. Significa que, ao longo do processo de formação da sociedade brasileira e suas etapas socioeconômicas (sociedade escravocrata colonial; sociedade rural, patriarcal oligárquica; e sociedade urbana-industrial de classes), as gerações de pretos e pardos (os não-brancos) sofreram uma desvantagem competitiva, educacional, profissional e econômica.

Pode ser afirmado que, como resultado da discriminação racial no passado, cada nova geração de não-brancos está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social. [...] os filhos de pais não-brancos acumulam menos recursos competitivos que os filhos de pais brancos – incluindo níveis de habilidade, educação e aspirações. Por outro lado, uma vez que uma geração nova ou coorte de idade inicia o ciclo de vida adulta, o racismo e a discriminação racial continuarão a interferir no processo de mobilidade intrageracional, de tal forma a restringir as realizações dos não-brancos, relativamente aos brancos da mesma origem social. Além dos efeitos diretos do comportamento discriminatório, uma organização social racista limita também a motivação e o nível de aspirações dos não-brancos (HASENBALG, 1979, p. 208-209).

Essas desvantagens histórico-sociais ficaram ainda mais evidenciadas durante o intenso processo de industrialização vivido no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, quando as populações não-brancas sentiram com maior força as desvantagens históricas acumuladas desde o período da escravidão. Sendo netos e bisnetos de escravos e escravas, dispuseram de poucas condições educacionais, técnicas e profissionais, que lhes permitissem obter boas ocupações e os melhores postos de trabalhos, ficando excluídos, em grande medida, dos benefícios do processo de modernização econômica e do processo de mobilidade socioeconômica vividos no Brasil nesse período.

Um fenômeno alentador é que, conforme a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes-2018, a grande elevação do número de vagas nas Ifes nas últimas duas décadas também possibilitou o ingresso de um grande contingente de estudantes pretos (as) e pardos (as). O gráfico 25 evidencia o crescimento, em números absolutos, da população de pretos e pardos nas Ifes brasileiras, durante a série histórica de 2003 a 2018.

Gráfico 25 - Graduandos (as) segundo cor ou raça – 2003 a 2018 – Brasil (em mil)



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Em números absolutos, a população de estudantes pretos matriculada nas Ifes brasileiras saltou de 27,6 mil, em 2003, para 143,5 mil, em 2018 – um crescimento de mais de 400% em 15 anos. Do mesmo modo, o total

de pardos, em 2003, 132,8 mil, saltando para 470,2 mil, em 2018 (um crescimento de mais de 250% em 15 anos). Em 2018, o total de pretos e pardos já era superior ao total de brancos.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), entre 2003 e 2018 ocorreu um aumento significativo dos indivíduos que se declararam pretos e pardos no Brasil. Mesmo diante desse crescimento geral na composição da população brasileira, o aumento percentual dos estudantes das Ifes que se declararam pretos foi superior durante esse período. O mesmo vale para a população indígena.

Em 2003, 52% da população brasileira se autodeclarou branca. Nesse mesmo ano, 59,4% dos matriculados nas Ifes eram brancos. Ou seja, havia um percentual maior de brancos dentro da Ifes, do que no total da sociedade brasileira. Essa relação se inverteu em 2018, quando 43,3% dos brasileiros se autodeclararam brancos e 38,6% dos estudantes matriculados nas Ifes se disseram brancos, equilibrando, portanto, a relação ente a população brasileira e a população matriculada nas Ifes.

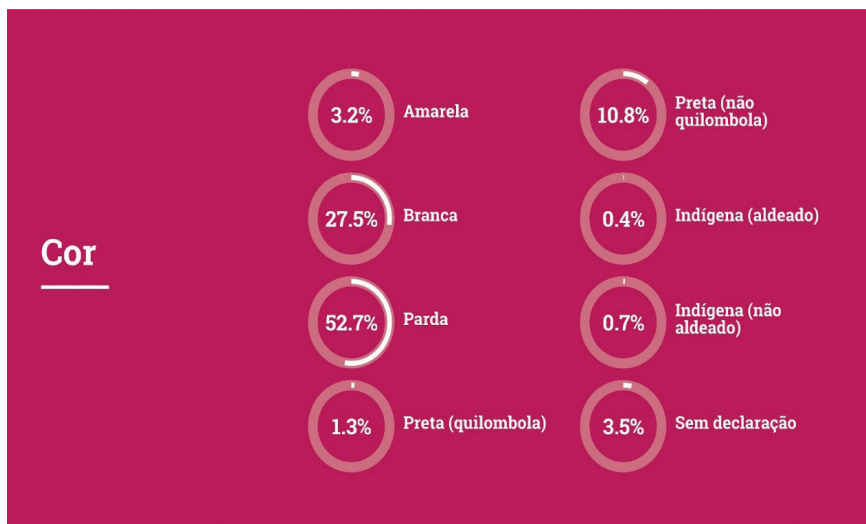
Já entre os pardos, em 2003, 41,5% do total se declararam pardos no país e 28,3% daqueles matriculados nas Ifes, demonstrando um descompasso acentuado entre a população brasileira geral e a população das Ifes. Como ocorreu um crescimento geral do contingente daqueles que se declararam pardos na população brasileira geral e daqueles que se declararam pardos nas Ifes, essa assimetria permaneceu. Em 2018, 52,5% da população brasileira se declarou parda; na

população estudantil das Ifes, esse percentual foi de 39,2%. Já entre os pretos, 5,9% da população brasileira se disse preta, em 2003, mesmo percentual registrado entre os matriculados nas Ifes. Em 2018, 8,1% da população brasileira se declarou preta, ao passo que 12% da população estudantil das Ifes se declarou preta.

Em grande medida, o crescimento da população preta nas Ifes, entre 2003 e 2018, decorreu da implementação das políticas de cotas em algumas universidades federais, especialmente a partir de 2005. Paulatinamente, as Ifes brasileiras foram adotando critérios específicos de cotas étnico-raciais, culminando na formulação, aprovação e implementação do Programa Nacional de Ações Afirmativas, tornado obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012.

Em 2018, 12,1% dos estudantes da Ufal se declararam pretos, entre pretos quilombolas e pretos não-quilombolas, e os pardos constituíam 52,7%. Entre os indígenas eram 1,1%, entre indígenas aldeados e não aldeados. Somados, pretos, pardos e indígenas constituíam 65,9% da população estudantil da Ufal.

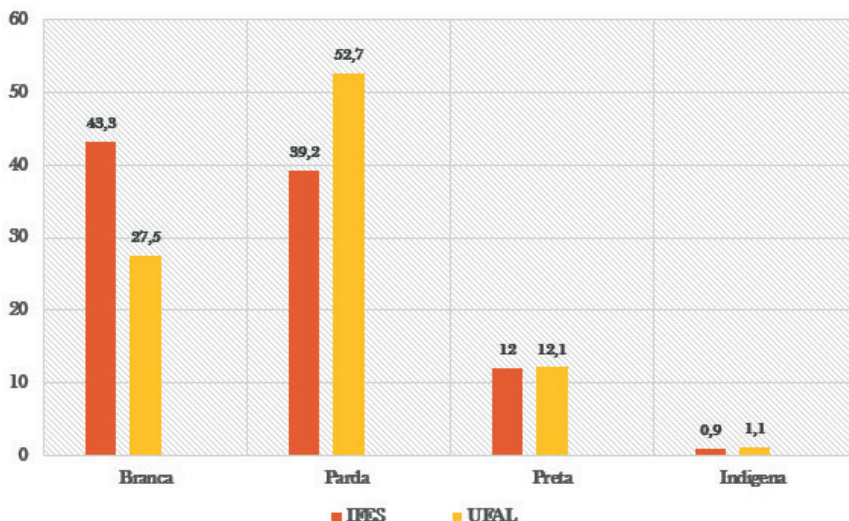
Figura 7 - Raça



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Entre as Ifes brasileiras, em 2018, o total de pardos, pretos e indígenas somava 42,1%, bem inferior ao perfil registrado na Ufal. A maior diferença está no contingente de pardos. Entre as Ifes, esses representaram 39,2% dos estudantes matriculados, ao passo que, na Ufal, esse percentual foi de 52,7%.

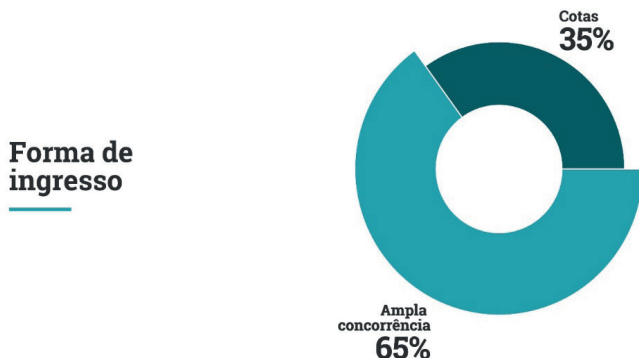
Gráfico 26 – Comparativo entre os estudantes brancos, pretos, pardos e indígenas das Ifes e da Ufal – Brasil, 2018



Fonte: Elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2018.

No âmbito da Ufal, 35% dos estudantes ingressaram a partir de cotas sociais, educacionais e étnico-raciais; percentual bastante significativo.

Gráfico 27 – Formas de ingresso na Ufal (em %)



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Do total dos ingressantes por meio das cotas, 20,7% dos estudantes da Ufal entraram na instituição por meio das cotas étnico-raciais, destinadas para pretos, pardos e indígenas.

Gráfico 28 – Distribuição dos ingressantes por tipo de cota – Ufal – 2018 (em %)



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2018.

Em 2012, ainda antes da implementação da lei de cotas, conforme observa a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes-2018, o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (Gema), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), construiu o Índice de Inclusão Racial (IIR). O IIR consiste em obter a proporção agregada da população de pretos, pardos e indígenas (PPI) entre os estudantes matriculados e dividi-la pela proporção desses mesmos grupos na população geral de cada uma das unidades federativas (DAFLON; JÚNIOR; CAMPOS, 2013). De acordo com os parâmetros estabelecidos, quanto mais próximo de 1 (um), mais significativa é a inclusão racial. Aplicados os parâmetros do IIR, os índices estavam assim distribuídos nos anos de 2012 e 2014 por região brasileira.

Tabela 10 – Distribuição do Indicador de Inclusão Racial (IIR) por região brasileira – 2012-2014

Região	IIR em 2012	IIR 2014
Norte	0,18	0,37
Nordeste	0,19	0,38
Sul	0,48	0,70
Sudeste	0,09	0,47
Centro-oeste	0,14	0,44

Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2018.

De 2014 a 2018, de acordo com o método de cálculo do Índice de Inclusão Racial (IIR), o indicador alcançou um aumento significativo. Conforme assinala a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018: “É notável o fato de que o Índice de Inclusão Racial flutue em torno de 1 na maioria das unidades da Federação, ou seja, o perfil racial dos estudantes das Ifes se aproxima bastante daquele da população”. Como evidencia a tabela 11, Alagoas obteve um IIR de 0,99, situando o estado na 10ª colocação com melhor IIR. Essa posição de destaque se deve, em grande medida, ao crescimento dos grupos de pretos, pardos e indígenas na instituição nos últimos 20 anos, evidenciando o êxito das políticas de cotas, especialmente as étnico-raciais.

Tabela 11 – Índice de Inclusão Racial (IIR) - Graduandos (as) por raça, segundo as unidades da Federação – 2018 (em %)

Posição	UF	Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela	% Pop. Geral	IIR
1°	RS	78,8	11,4	6,6	0,4	0,5	16,4	1,11
1°	RO	25,7	54,6	11,7	4,2	1,9	63,3	1,11
2°	TO	16,2	54,9	23,7	2,0	2,3	73,2	1,10
3°	SE	18,8	60,4	16,2	0,5	2,6	70,5	1,09
4°	AC	15,7	66,8	11,6	1,1	3,0	74,3	1,07
5°	RR	15,9	55,1	6,1	20,8	1,1	63,3	1,05
6°	BA	18,0	46,7	30,5	1,1	1,3	76,7	1,02
6°	PB	34,5	50,5	8,6	1,2	3,4	58,9	1,02
8°	PA	17,7	62,4	14,8	1,5	2,1	77,6	1,01
9°	AP	21,9	59,21	14,5	1,5	1,6	75,0	1,00
10°	CE	29,2	56,4	9,1	1,0	2,0	66,8	0,99
10°	AL	27,0	53,2	12,4	0,8	3,3	67,2	0,99
10°	PI	22,0	58,5	14,6	0,3	2,7	73,5	0,99
10°	MT	43,6	45,2	14,3	1,3	2,5	61,4	0,99
11°	AM	20,4	65,6	5,3	3,6	2,9	77,9	0,95
11°	GO	40,8	43,4	10,4	0,4	2,3	56,7	0,95
11°	MA	21,8	53,7	18,6	1,2	2,3	76,7	0,95
12°	PE	35,5	45,7	11,6	1,4	2,7	62,4	0,94
12°	SP	61,0	24,2	8,2	0,3	3,8	34,7	0,94
13°	MS	47,1	38,5	7,1	2,4	3,1	51,5	0,93
14°	DF	41,8	39,4	12,0	0,5	2,1	56,2	0,92
15°	RN	42,9	44,8	8,0	0,3	2,0	57,8	0,91
16°	RJ	49,1	31,4	14,9	0,4	1,3	51,8	0,90
17°	MG	47,1	37,3	10,7	0,2	1,6	53,7	0,89
18°	ES	47,5	37,0	11,2	0,5	1,3	57,2	0,85
19°	SC	85,0	9,0	2,7	0,4	0,8	25,6	0,77
20°	PR	74,1	17,6	3,6	0,2	2,7	28,5	0,74

Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2018.

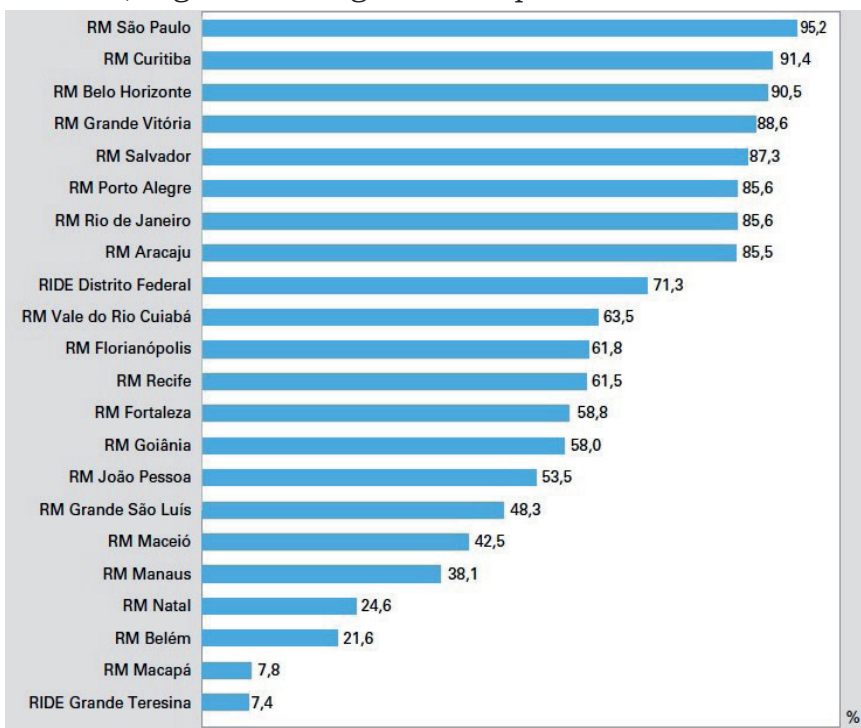
6 MORADIA

A variável moradia está diretamente ligada às principais variáveis sociológicas estruturais que envolvem a família do estudante – escolaridade dos pais, renda *per capita*, raça e gênero. A variável moradia, de acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico dos (as) Graduandos (as) das Ifes 2018, abarca cinco aspectos: 1) local de residência; 2) tipo da moradia; 3) meio de transporte; 4) tempo de deslocamento; e 5) distância do trajeto até a universidade.

Apenas para fazer uso de um indicador nacional e cruzá-lo com a realidade do estado de Alagoas, podemos utilizar o seguinte exemplo. De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais, IBGE-2018, as condições básicas de moradia podem ser divididas em três aspectos, que devem estar disponíveis simultaneamente nos domicílios: 1) coleta (direta ou indireta) de lixo; 2) abastecimento de água potável por rede; 3) esgotamento por rede coletora ou pluvial. Como demonstra o gráfico 29, por exemplo, apenas 42,5% da população residente na região metropolitana (RM) de Maceió (cidade que

abriga o principal campus da Ufal) dispõe dos serviços de coleta (direta ou indireta) de lixo, de abastecimento de água potável por rede e de esgotamento por rede coletora ou pluvial simultaneamente. Residir em um domicílio que não dispõe de um dos serviços de coleta (direta ou indireta) de lixo, de abastecimento de água potável por rede e/ou esgotamento por rede coletora ou pluvial dificulta em demasia o desempenho acadêmico dos(as) estudantes e a qualidade de vida de modo geral.

Gráfico 29 - Proporção de pessoas residentes em domicílios com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, segundo as Regiões Metropolitanas Brasil – 2016



Fonte: IBGE, 2019.

De acordo com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, 77,2% dos estudantes das Ifes residem no mesmo município onde realizam a graduação, e 22,8% realizam a migração pendular para estudar – ou seja, deslocam-se diariamente para frequentar a universidade. Na Ufal, 70,1% dos graduandos (as) residem no mesmo município onde realizam a graduação e outros 29,9% realizam a migração pendular todos os dias.

Figura 8 - Residência



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Praticamente 30% dos estudantes da Ufal realizam diariamente a migração pendular, a qual produz um custo na vida acadêmica e estudantil dos (as) graduandos (as), como, por exemplo, o cansaço do deslocamento

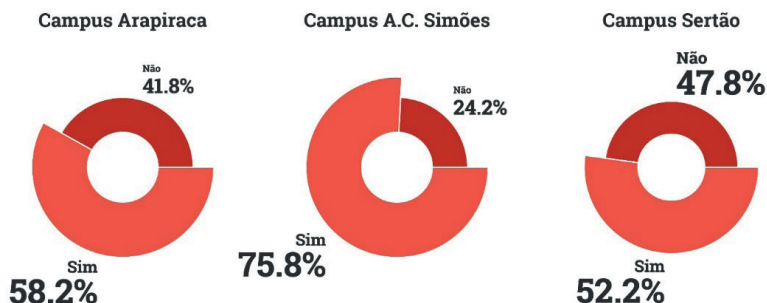
cotidiano, o risco de exposição, intercorrências e acidentes durante os trajetos.

Conforme destaca a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, os estudantes que dispõem de menor renda familiar *per capita* são aqueles que mais realizam a migração pendular. Dos que pertencem a famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, 24,8% não residem no município onde o seu curso se localiza.

Por outro lado, entre os estudantes que possuem renda *per capita* entre mais de um salário mínimo e meio e três salários, esse percentual cai para 19,4%. E entre aqueles que pertencem a famílias com renda *per capita* de mais de três salários mínimos, apenas 14,8% não residem no município de oferta do curso. Não por acaso, 41,8% dos matriculados no Campus Arapiraca, e 47,8% dos que são do Campus do Sertão não residem nos municípios onde estudam. Como restou demonstrado antes, 94% dos estudantes do Campus Arapiraca e 95% dos estudantes do Sertão pertencem a famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Gráfico 30 - Residência

Residência no município onde cursa graduação (por campus)



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Os dados apresentados atestam a necessidade de investimentos por parte do governo federal que permitam a construção, instalação e funcionamento de residências universitárias no Campus Arapiraca e no Campus do Sertão, contribuindo, assim, diretamente para a fixação dos (as) estudantes nos locais de estudo, promovendo a redução da mobilidade pendular dos mais pobres e vulneráveis. Como demonstra a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, a situação específica de moradia entre os estudantes das Ifes estava distribuída da seguinte maneira.

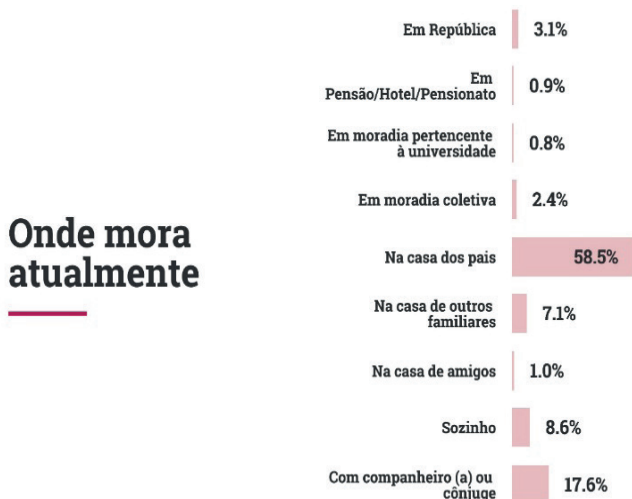
Tabela 12 – Graduandos (as), segundo a situação da moradia em 2014 e 2018 (em %)

Situação da moradia	2014	2018
Na casa dos pais	46,8	49,0
Com companheiro/a ou cônjuge	12,6	12,7
Sozinho	11,2	11,3
Em república	13,7	9,9
Na casa de outros familiares	6,4	6,3
Em moradia coletiva	1,0	4,6
Em pensão/hotel/pensionato	2,6	2,2
Na casa de amigos	3,2	2,1
Em moradia pertencente à universidade	2,6	1,8
Total	100	100

Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Já no caso da Ufal, a situação específica de moradia dos estudantes estava assim distribuída.

Gráfico 31 – Situação de moradia entre os estudantes da Ufal



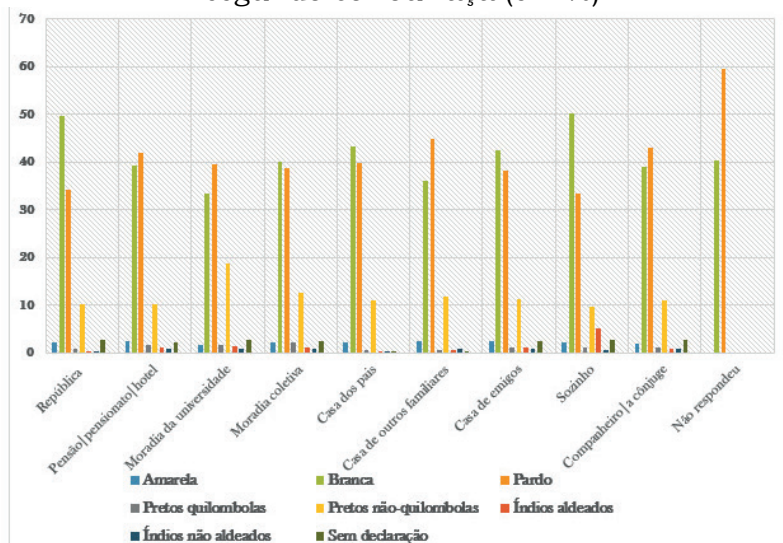
Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Dois aspectos saltam aos olhos na comparação da situação de moradia entre os estudantes das Ifes e os da Ufal. Primeiro, o percentual de estudantes que residem com os pais entre os que estudam na universidade alagoana é maior, revelando a dependência que têm dos pais, o que torna ainda mais evidente a influência da renda *per capita* familiar. Segundo, o percentual de estudantes da Ufal que moram com companheiro (a) ou cônjuge também é maior, pois, como será apresentado, o contingente de casados na Ufal é superior ao percentual de casados entre as Ifes.

A renda familiar *per capita* ainda impacta diretamente nas nove situações de moradia tipificadas na V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018. Quanto menor a renda *per capita* familiar, maior o percentual dos que residem em repúblicas, pensões, moradias coletivas e moradias estudantis. Por outro lado, quanto maior a renda familiar *per capita*, maior o contingente de estudantes que residem na casa dos pais, sozinhos e com companheiro (as) ou cônjuge.

A variável raça também impacta diretamente na situação de moradia dos estudantes das Ifes: 50,2% dos (as) estudantes brancos moram sozinhos (as), ao passo que entre os pardos esse percentual cai para 33,3%. Entre os pretos não-quilombolas, cai para apenas 9,6%, uma diferença bastante expressiva em relação aos(as) estudantes brancos(as). Em relação às repúblicas, 49,6% dos estudantes brancos das Ifes residem nessa situação; já entre os pardos, esse percentual cai para 34,1%, reduzindo-se ainda mais entre os pretos não-quilombolas, 10,2%.

Gráfico 32 – Situação de moradia de estudantes das Ifes, segundo cor ou raça (em %)



Fonte: elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2019.

Um dos aspectos mais relevantes inscritos na variável moradia diz respeito ao meio de transporte utilizado para chegar à universidade. A tabela 13 apresenta uma comparação entre os meios de transportes mais utilizados pelos estudantes das Ifes entre 2014 e 2018.

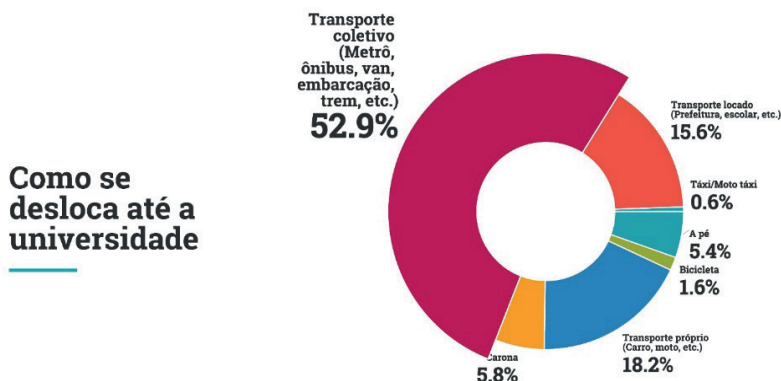
Tabela 13 - Graduandos (as), segundo o meio de transporte utilizado – 2014 e 2018 (em %)

Meio de transporte	2014	2018
Transporte coletivo	53,8	51,4
Transporte próprio	20,1	20,3
A pé	15,4	16,1
Bicicleta	2,9	3,9
Carona	3,5	3,9
Transporte locado	3,6	3,8
Táxi	0,6	0,6
Total	100	100

Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

O meio de transporte utilizado para chegar até a universidade pode gerar diversos obstáculos e/ou facilidades. Um e outro interferem no desempenho acadêmico dos estudantes e na qualidade de vida em geral. Como se pode constatar, entre estudantes das Ifes o comparativo entre 2014 e 2018 demonstra que os deslocamentos utilizando o transporte coletivo, o transporte próprio e a pé se mantiveram praticamente os mesmos. Chama atenção o percentual de deslocamento a pé, 16,1%, em 2018. Esse percentual revela que um contingente significativo de estudantes reside bem próximos ou relativamente próximos da universidade. Aplicados esses aspectos à Ufal, tem-se um quadro diferente.

Gráfico 33 – Deslocamento para a universidade – Ufal – 2018

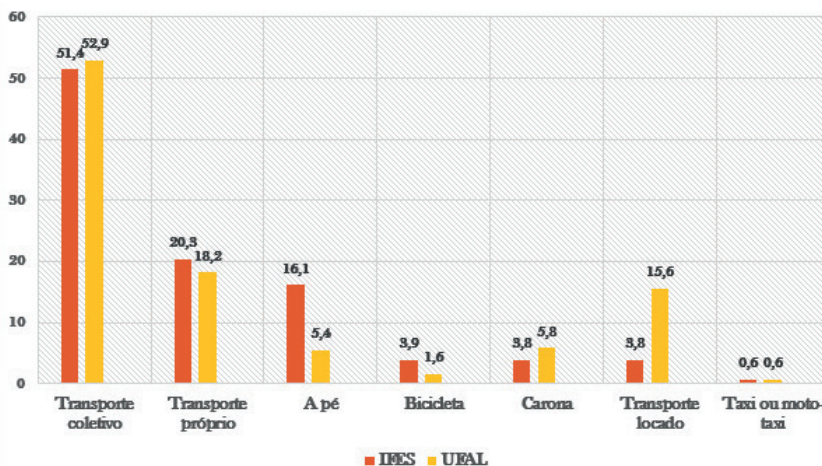


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019

Como se pode notar, os(as) estudantes da Ufal se deslocam bem menos a pé dos que os das demais Ifes. Esse aspecto ocorre por duas razões. Primeiro, porque a migração pendular entre os(as) discentes da Ufal é bem maior; segundo, porque a localização do principal campus da Ufal (A. C. Simões) dificulta, em certa medida, o deslocamento a pé, uma vez que o campus se situa em uma região distante de muitos dos bairros onde residem os estudantes. Por fim, há outro aspecto que salta aos olhos, que é o percentual de transporte locado junto a prefeituras, escolas, etc. Na Ufal, esse percentual é de 15,6%; nas Ifes é de apenas 3,8%. Essa discrepância revela como é forte a migração pendular entre os(as) estudantes da Ufal e também como é grande a dependência do transporte locado (principalmente pelas prefeituras), e como esse aspecto pode impactar

no desempenho acadêmico e na qualidade de vida de modo geral.

Gráfico 34 – Comparativo entre meios de transporte utilizados para chegar à universidade – Ufal e Ifes – 2018

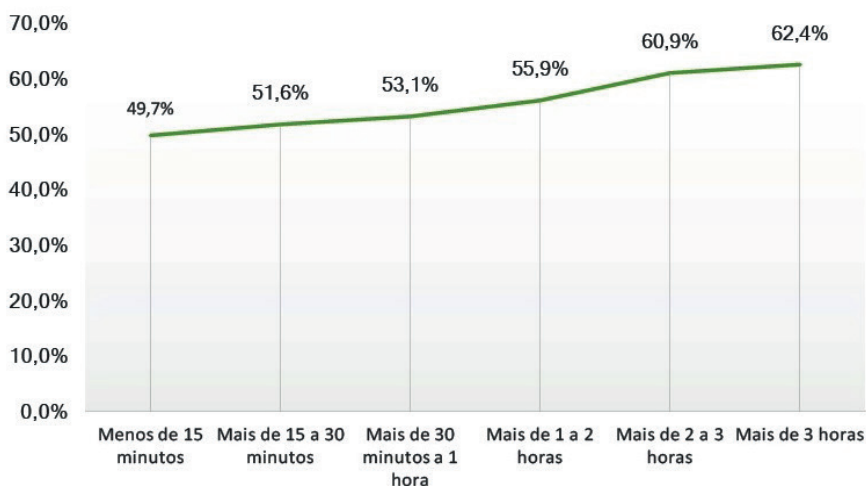


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Outro aspecto de grande relevância concerne ao tempo gasto no deslocamento até a universidade. Esse é um fato bastante preocupante, pois produz muito desgaste físico, cansaço e constrangimento, principalmente para as estudantes, em razão do excesso de passageiros nos transportes públicos, das demoras nos pontos de ônibus, da escassez de linhas diretas para os campi e, como consequência, do longo tempo em que permanecem no transporte no trajeto para a universidade. Não por acaso, no âmbito das Ifes, os(as) estudantes atribuem à demora no deslocamento

para a universidade um dos fatores que os levaram e os levam a pensar em abandonar o curso. Quanto mais demorado é o trajeto, maior o percentual dos que pensaram nessa possibilidade.

Gráfico 35 – Graduandos (as) que já pensaram em abandonar o curso, segundo o tempo de deslocamento até a universidade – Ifes – (em %) – 2018

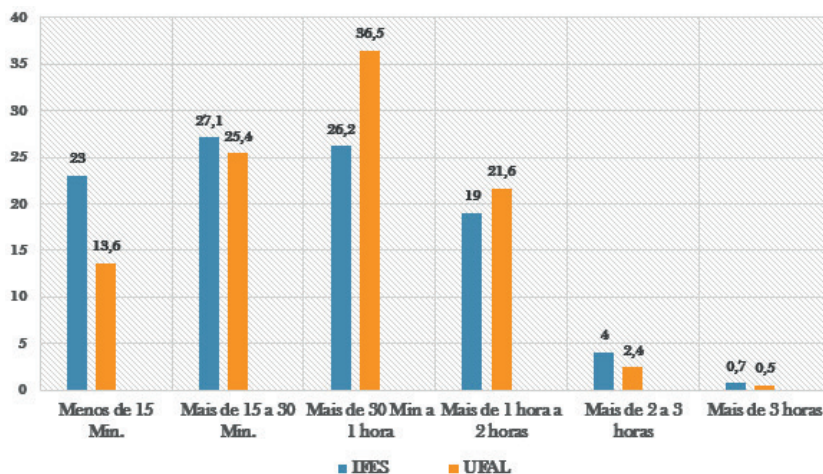


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Na Ufal, 16% dos(as) discentes afirmaram que o tempo de deslocamento é um dos problemas que mais interferem diretamente na vida ou no contexto acadêmico. Mais uma vez, torna-se elucidativa a comparação entre o conjunto das Ifes e a Ufal. Entre os(as) estudantes das Ifes, 23% conseguem chegar à universidade em menos de 15 minutos. Entre os discentes da Ufal, esse

percentual cai para 13,6%. Entre os discentes das Ifes, 26,2% gastam mais de 30 minutos e até 1 hora para chegar à universidade. Entre os(as) estudantes da Ufal, esse percentual sobe para 36,5%.

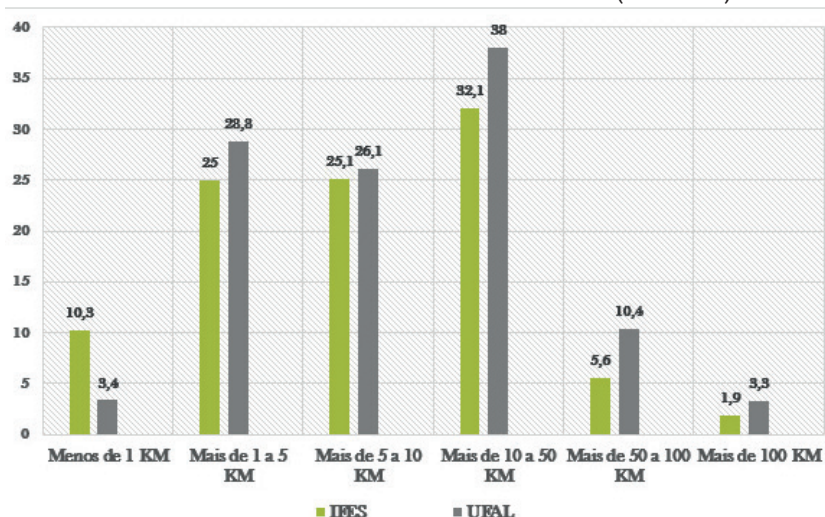
Gráfico 36 – Comparativo do tempo gasto para chegar à universidade – Ufal e Ifes – 2018



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Não menos relevante é a distância percorrida pelo estudante para chegar à universidade. Entre os(as) discentes das Ifes, 10% percorrem menos de um quilômetro; entre os(as) discentes da Ufal, esse percentual cai para 3,4%. Entre os(as) estudantes das Ifes, 5,6% percorrem uma distância de mais de 50 até 100 quilômetros para chegar até a universidade; entre os(as) discentes da Ufal, esse percentual sobe para 10,4%.

Gráfico 37 – Comparativo distância percorrida para chegar a universidade – Ufal e Ifes – 2018 (em KM)



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Os dados mobilizados permitem inferir que, comparados aos discentes das Ifes, os(as) estudantes da Ufal percorrem distâncias superiores e gastam mais tempo para chegar à universidade, além de que realizam mais a migração pendular. Também pertencem a famílias cuja renda familiar *per capita* não lhes permite melhores condições de moradia.

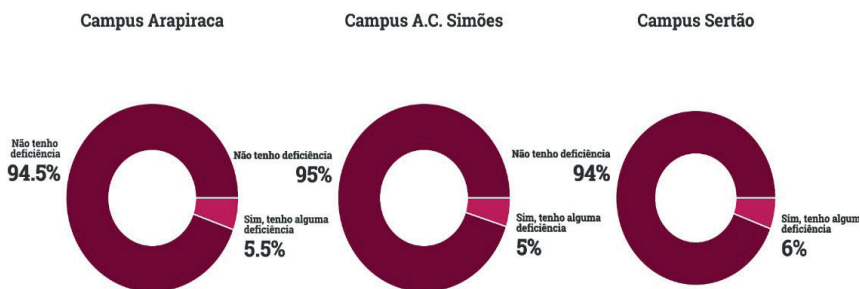
7 DEFICIÊNCIA

As dificuldades de se lidar com deficiências podem ser ainda mais severas no espaço acadêmico, dado o grau de exigência, a carga de estudos e as rotinas de concentração intelectual. No entanto, dependendo da rede de cuidados, da proteção familiar e das políticas de mobilidade e bem-estar promovidas pelas universidades, essas dificuldades podem ser mitigadas. A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018 utilizou a variável **deficiência** para mensurar o contingente de estudantes que apresentam alguma deficiência. Os indicadores acerca dessa população específica, notadamente no espaço acadêmico, são extremamente úteis para o desenho de novas políticas de acesso, mobilidade, bem-estar acadêmico e qualidade de vida desse grupo. É preciso olhar, cada vez mais, para a potencialidade desse grupo, para a promoção de bem-estar e dignidade que a universidade pode e deve promover.

Em 2018, 55.847 estudantes com algum tipo de deficiência estavam matriculados nas Ifes, o que representou um aumento de 78,8% em relação a 2014.

Essa significativa elevação pode ser atribuída à Lei nº 13.409/2016, que passou a acrescentar pessoas com deficiência aos sistemas de cotas das Ifes. No total, 5% disseram apresentar algum tipo de deficiência; na Ufal esse percentual foi de 5%. Desagregando por campus, o Campus do Sertão apresenta o maior percentual de discentes que se declararam deficientes, 6%.

Gráfico 38 – Deficiência
Deficiência (por campus)



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Em números absolutos, a Ufal registrou os seguintes números por tipos de deficiência.

Tabela 14 – Tipo de deficiência – Ufal – 2018

Tipo de deficiência	Quantidade
Baixa visão ou visão subnormal	1.078
Cegueira	21
Auditiva	87
Surdez	43
Surdocegueira	10
Física	130
Intelectual	50
Deficiência múltipla	8
Transtorno global do desenvolvimento	21
Altas habilidade\superdotação	64
Total	1.512

Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

8 SEXO, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Os aspectos relacionados ao sexo, gênero e orientação sexual constituem uma variável bastante singular e relevante. Condensados em torno do gênero, da construção da sexualidade e da afirmação de novas identidades sexuais, essa variável revela um forte grau de determinação que incide sobre o gênero. Os dados e indicadores nacionais, como também os dados envolvendo as Ifes e os (as) estudantes da Ufal, demonstram que, assim como a raça, o gênero é um fator decisivo que pode facilitar ou dificultar a mobilidade educacional, o desempenho acadêmico e o bem-estar em geral.

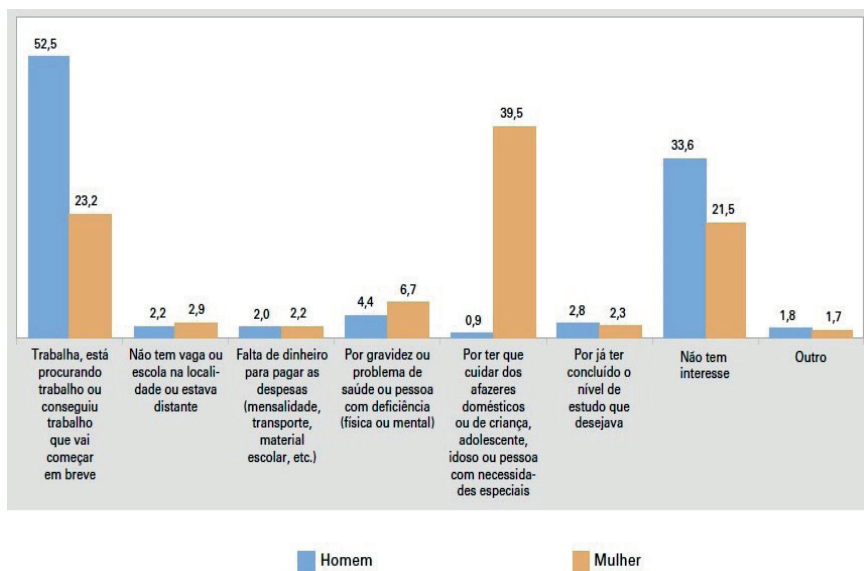
É útil mobilizar um indicador sociológico nacional para evidenciar parte das determinações do gênero. Trata-se, mais uma vez, da síntese dos indicadores sociais, publicada pelo IBGE, em 2019. O instituto investigou as razões pelas quais jovens deixam de estudar, separando um grupo etário dos 18 aos 29 anos e cruzou com dois grupos educacionais: 1) grupo que não havia concluído o ensino médio e não estava, portanto, formalmente habilitado para ingressar no

ensino superior; 2) grupo que havia concluído o ensino médio, mas que, no entanto, não havia completado o ensino superior. Os dois segmentos foram submetidos ao corte de sexo/gênero.

Para o primeiro grupo, 52,5% dos homens disseram não ter concluído o ensino médio, porque trabalham, estão procurando trabalho ou conseguiram ocupação que vai começar em breve; 33,6% deles responderam ainda não ter interesse. Por sua vez, 23,2% das mulheres disseram não ter concluído o ensino médio, porque trabalham, estão procurando ocupação, ou conseguiram trabalho que vai começar em breve; 21,5% delas disseram ainda não ter interesse. Chama atenção o fato de que a segunda maior razão de não conclusão do ensino médio foi ter que cuidar dos afazeres domésticos, de crianças, adolescentes, idosos, ou pessoas com necessidades especiais. Essa razão foi apontada por 39,5% das mulheres, e apenas 0,9% dos homens.

Ora, fica demonstrado que há três grandes causas para que as mulheres e os homens brasileiros não concluam o ensino médio: 1) trabalho; 2) cuidados domésticos; 3) falta de interesse. No entanto, as duas primeiras causas incidem fortemente sobre as mulheres, somando 62,7%, ao passo que somente a primeira incide sobre os homens. Significa que, de acordo com a divisão do trabalho social existente entre homens e mulheres na sociedade brasileira, elas abandonam os estudos no nível do ensino médio tanto por razões vinculadas ao trabalho, quanto por causa dos afazeres domésticos – que constituem outra modalidade de trabalho.

Gráfico 39 - Distribuição percentual da população de 18 a 29 anos que não estudava, nem havia concluído o ensino médio por motivo principal de não estudar, segundo o sexo - Brasil - 2017



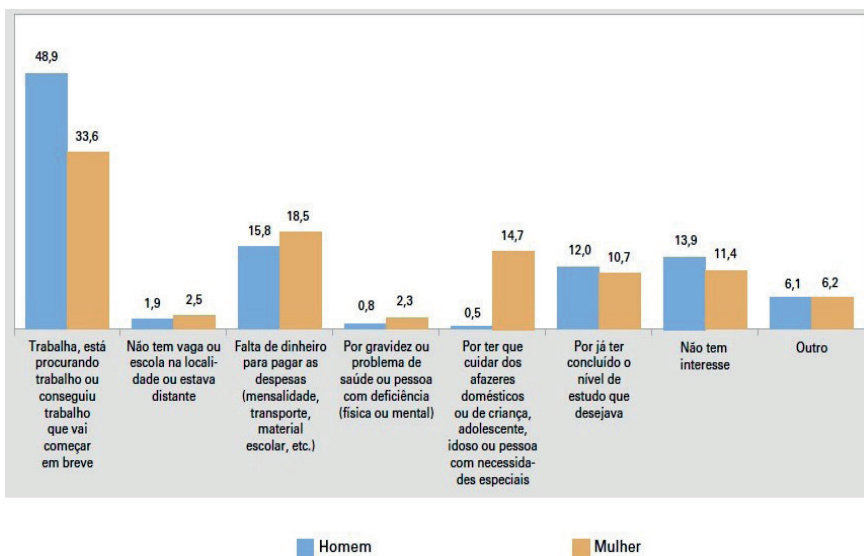
Fonte: IBGE, 2019.

Algo semelhante acontece com os homens e mulheres que não concluíram o ensino superior. O IBGE utilizou a mesma metodologia: separou um grupo etário (18 a 29 anos) e identificou as razões pelas quais homens e mulheres não concluíram o ensino superior. O resultado é um pouco distinto, mais matizado, mas novamente desvantajoso para as mulheres. Entre os homens, 48,9% responderam que não concluíram o ensino superior porque trabalham, estão procurando, ou conseguiram trabalho que vai começar em breve.

Entre as mulheres, esse percentual foi de 33,6%. Ainda entre os homens, 15,8% afirmaram ter abandonado o ensino superior por falta de dinheiro para arcar com as despesas da faculdade (mensalidade, transporte, material acadêmico, etc.). Entre as mulheres, esse percentual sobe para 18,5%. Ainda sobre os homens, 13,9% explicaram que abandonaram por falta de interesse; sobre as mulheres, esse percentual caiu para 11,4%. Por fim, dentre as principais causas, 0,5% dos homens disseram que abandonaram o ensino superior por ter que cuidar dos afazeres domésticos. Entre as mulheres, esse percentual é de 14,7%.

Há quatro principais razões para que homens e mulheres não concluam o ensino superior no Brasil: 1) trabalho; 2) ausência de recursos financeiros; 3) necessidade de cuidar dos afazeres domésticos e 4) desinteresse. Ora, novamente os percentuais discrepam entre homens e mulheres. As quatro razões incidem sobre as mulheres, e para os homens apenas três: trabalho, falta de recursos financeiros e desinteresse. Ora, as mulheres abandonam o ensino superior por razões ligadas ao trabalho, por falta de recursos financeiros, por terem que assumir funções domésticas (outra modalidade de trabalho) e por eventual desinteresse. Embora os percentuais não sejam tão contundentes quanto as razões para o abandono do ensino médio, fica evidente que a divisão social do trabalho entre homens e mulheres dificulta muito mais a conclusão do ensino superior entre elas do que entre eles.

Gráfico 40 - Distribuição percentual da população de 18 a 29 anos que não estudava, havia concluído o ensino médio, mas não havia concluído o ensino superior por motivo principal de não estudar, segundo o sexo – Brasil – 2017

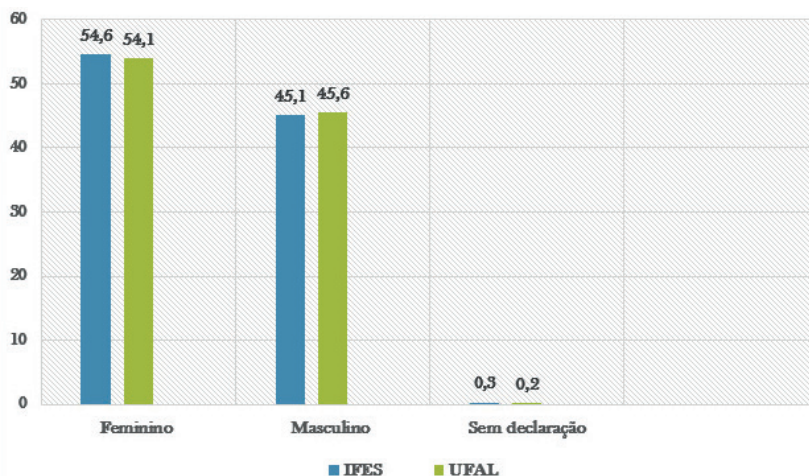


Fonte: IBGE, 2019

A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018 demonstra que, na série histórica de 1996 a 2018, o percentual de estudantes do sexo feminino saltou de 51,4% para 54,6%, acompanhando, em linhas gerais, o crescimento da população feminina na sociedade brasileira, registrado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Atestou que, em 1996, as mulheres representavam 51,2% da população brasileira, permanecendo praticamente o mesmo em 2018, 51,2%.

Como consequência, os estudantes do sexo masculino representavam 48,6% das matrículas nas Ifes em 1996, caindo para 45,1%, em 2018. Do mesmo modo, a população masculina representava 48,8% da sociedade brasileira em 1996, permanecendo praticamente o mesmo em 2018, 48,9%. Os percentuais entre discentes do sexo feminino e do sexo masculino também são bastante próximos entre as Ifes e a Ufal.

Gráfico 41 – Sexo feminino e masculino – Comparativo Ifes e Ufal – 2018

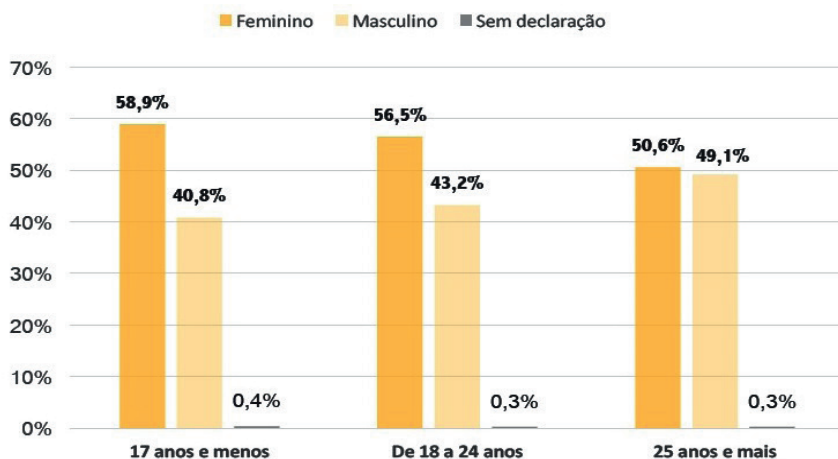


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

A superioridade quantitativa das estudantes em comparação aos estudantes se consolida ainda mais, quando se relaciona o sexo com os cortes de faixa-etária. No agregado geral, há bem mais mulheres (54,6%) do que homens (45,1) matriculadas nas Ifes brasileiras.

Quando se desagrega pelas três principais faixas-etárias estudantis, essa diferença se acentua. Entre discentes de 17 anos e menos, 58,9% são do sexo feminino e 40,8% do sexo masculino, enquanto que entre os de 18 a 24 anos, 56,5% são do sexo feminino e 43,2% do sexo masculino. Estudantes do sexo feminino com 25 anos ou mais são 50,6%, e 49,1% do sexo masculino. Como assinala a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, o equilíbrio nessa última faixa-etária provavelmente se deve ao fato de que, nessa altura da vida, as mulheres interrompem ou abandonam o ensino superior em razão dos afazeres domésticos, especialmente o cuidado dos filhos.

Gráfico 42 - Graduandos (as) por sexo, segundo faixa etária (em %) – 2018

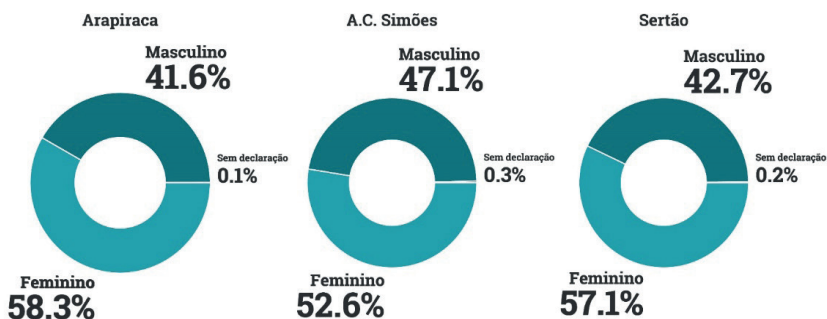


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

No âmbito da Ufal, a divisão de sexo em cada um dos *campi* da instituição é bastante assimétrica, especialmente no Campus Arapiraca e do Sertão. No primeiro, 58,3% dos estudantes são do sexo feminino e 41,6% do sexo masculino. Já no campus do Sertão, são do sexo feminino 57,1% e do sexo masculino 42,7% dos(as) discentes. Como as mulheres são maioria nos três *campi*, e também há uma grande migração pendular diária daqueles que fazem uso massivo do transporte coletivo ou locado, há sempre a ameaça de constrangimentos e assédio sexual nesses espaços. Esse é sempre um fator de preocupação e aflição por parte das estudantes e suas famílias.

Gráfico 43 – Sexo

Sexo (por campus)



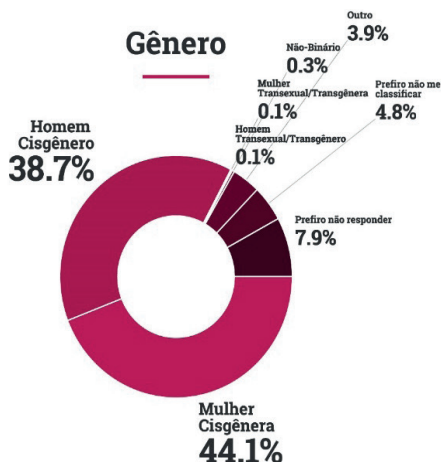
Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

O gênero é uma construção sociocultural bastante complexa, permeada por fatores objetivos e subjetivos.

Nas últimas duas décadas, uma série de mudanças intersubjetivas produziram novas identidades de gênero, novas práticas e vínculos amorosos, assim como novas demandas por reconhecimento. Aliado à emergência desses novos aspectos, consolidou-se um movimento global, nacional, regional, estadual e local em defesa da diversidade sexual, acompanhado de uma contundente denúncia das assimetrias e da violência de gênero.

No âmbito da Ufal, 44,1% das estudantes se disseram mulheres cisgênero e 38,7% se disseram homens cisgênero. Cisgênero é uma palavra contemporânea designada para identificar o gênero com o qual o indivíduo se identifica, é a pessoa que se identifica com o sexo biológico de nascimento. Por exemplo, uma pessoa que nasceu com a genitália feminina, foi socializada de acordo com os padrões socioculturais femininos da sua sociedade, incorporou e adotou traços físicos e comportamentais de “mulher”, como vestimentas, gestualidade, voz, cabelo, entre outros, é uma pessoa cisgênero. Já o indivíduo transgênero se refere a uma pessoa que não se identifica com o sexo biológico de nascimento. Por exemplo, o indivíduo nasceu com a genitália masculina, foi socializado de acordo com os padrões socioculturais de masculinidade da sua sociedade, lidou com a carga específica dos hormônios masculinos, mas se identifica com o tipo físico feminino e com a feminilidade.

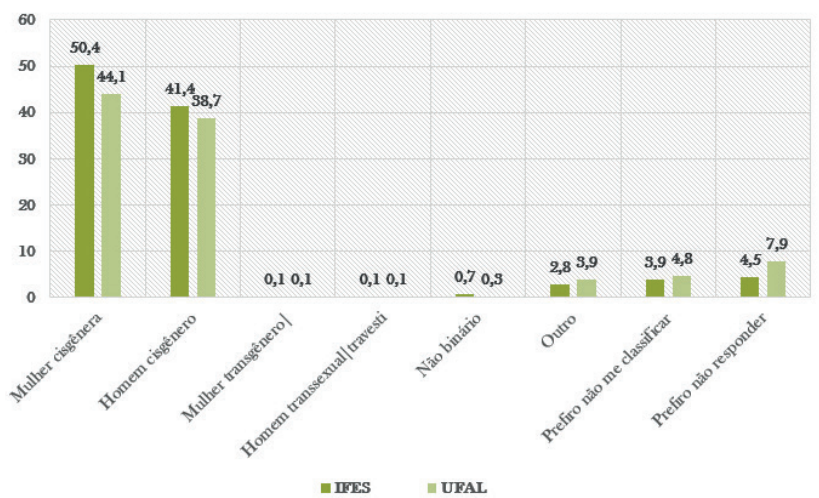
Gráfico 44 – Mulher



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Comparando-se as identificações de gêneros entre os(as) estudantes das Ifes e da Ufal, há algumas diferenças relevantes. Existe um percentual menor de cisgênero na Ufal do que nas Ifes. Nessas, há um percentual de 50,4% de mulheres cisgênero, quando na Ufal temos 44,1%. Nas Ifes, 41,4% se identificaram como homens cisgênero, ao passo que na Ufal 38,7% é o percentual.

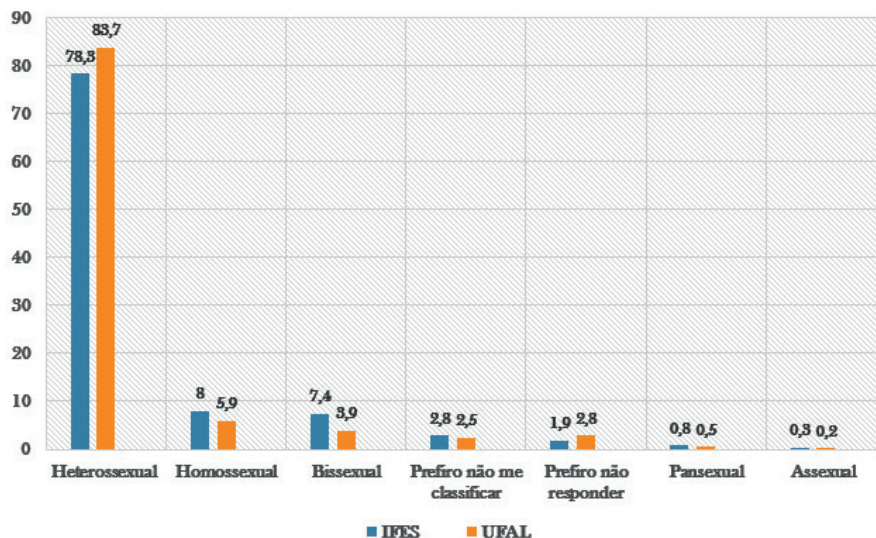
Gráfico 45 – Comparativo de gênero – Ifes e Ufal – 2018



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

No que se refere à orientação sexual no âmbito das Ifes, o percentual de homossexuais masculino é superior ao de homossexuais femininos, 11,9% e 4,2%, respectivamente. Por outro lado, como assinala a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, o percentual de discentes do sexo feminino que se disseram bissexual é maior do que a proporção daqueles do sexo masculino que se declararam bissexuais, 10,5% e 4,4%, respectivamente. No que se refere à orientação sexual, a Ufal apresenta percentuais maiores quanto aos estudantes heterossexuais e menores quanto aos homossexuais, comparando-se com as Ifes.

Gráfico 46 - Graduandos (as) por orientação sexual – Ifes e Ufal - 2018



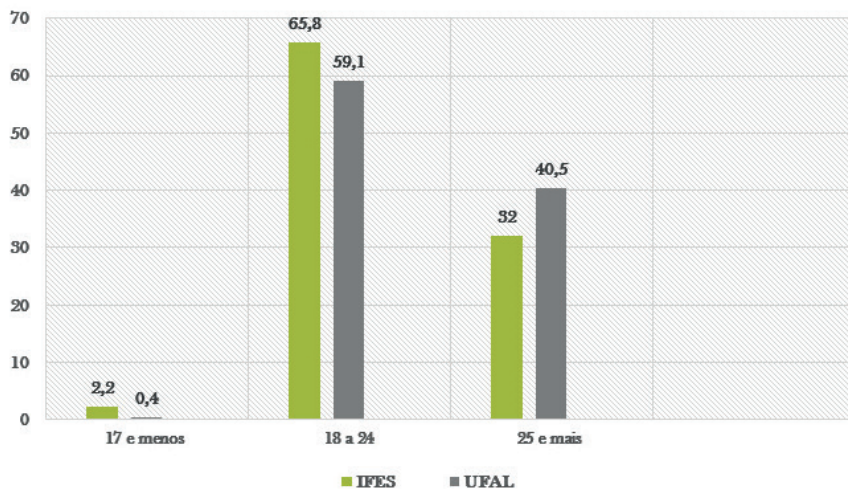
Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

9 FAIXA ETÁRIA

As variáveis faixa etária, situação conjugal e trabalho estão muito próximas, avizinham-se e relacionam-se mutuamente. Quanto menos jovens os estudantes ingressam na universidade, maiores as possibilidades de já terem se casado e assumido maternidade ou paternidade, e, por conseguinte, a necessidade de dispor de um trabalho.

A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018 definiu três grupos etários entre os matriculados: 17 anos e menos; de 18 a 24 anos; e mais de 25 anos. A comparação desses três grupos etários entre Ifes e Ufal, demonstra que o percentual de estudantes muito jovens (17 anos e menos) na Ufal é menor do que nas Ifes, assim como é bem maior a proporção de discentes da Ufal com mais de 25 anos. Nas Ifes, os(as) estudantes com 25 anos e mais representam 32%, ao passo que na Ufal esse percentual é de 40,4%.

Gráfico 47 – Graduandos(as), segundo a faixa etária – Comparativo Ifes e Ufal – 2018

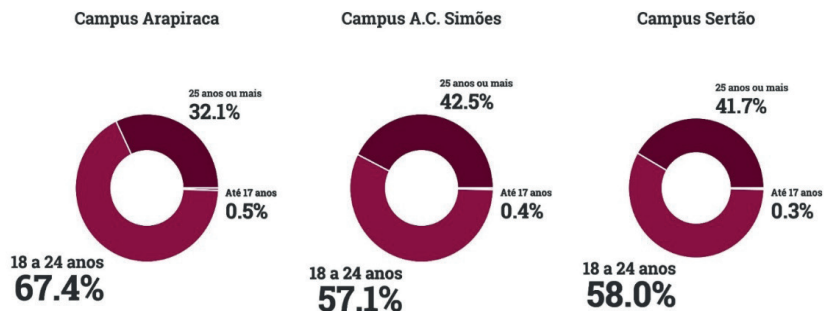


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Quando se desagrega por campus, a tendência de estudantes menos jovens permanece, mas agora com uma especificidade. No campus A.C. Simões, o percentual de graduandos (as) com 25 anos e mais de idade, 42,4%, é bem superior a essa faixa etária no Campus Arapiraca, 32,1%, e bem próximo ao percentual do Campus do Sertão, 41,7%. Os dados sugerem que, tanto os estudantes do Campus A. C. Simões, quanto os do Campus do Sertão são menos jovens, porque trabalham e também já assumiram compromissos conjugais e familiares.

Gráfico 48 – Faixa de idade

Faixas de Idade (por campus)

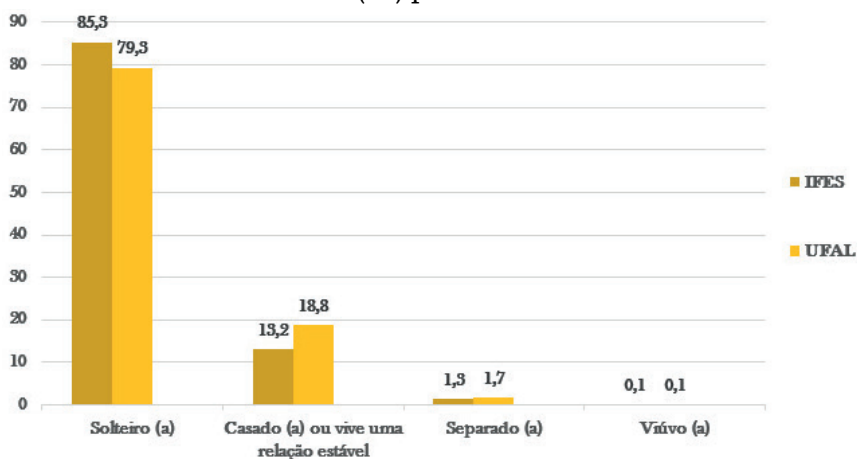


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

10 SITUAÇÃO CONJUGAL

O percentual de estudantes solteiros (as) na Ufal é menor do que no restante das Ifes. Por conseguinte, a universidade alagoana apresenta uma taxa maior de casados (as) ou em relação estável, pois sua taxa de casado (a) ou em relação estável é de 18,8% e já no restante das Ifes é de 13,2%. Significa que 5.433 estudantes da Ufal são casados (as) ou mantém relação estável.

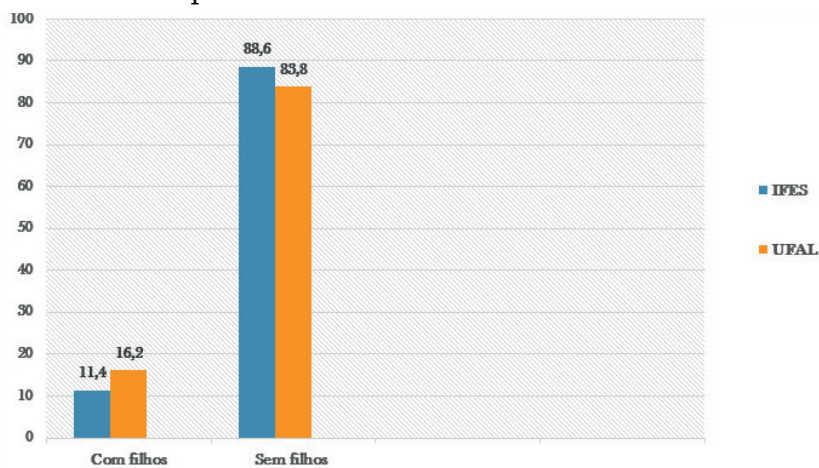
Gráfico 49 - Graduandos (as) por estado civil – Ifes e Ufal – 2018



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Não por acaso, o percentual de estudantes que já são pais e mães na Ufal (16,2%) é superior ao restante das Ifes (11,4%), ou seja, 4.681 deles são pais e mães. E mais, a proporção daqueles que têm mais de um (a) filho (a) também é maior entre os matriculados na instituição. A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018 destaca que 6,4% dos discentes das Ifes têm apenas um filho; na Ufal, esse percentual sobe para 9,7%. Entre os(as) estudantes das Ifes, 3,3% têm dois filhos e 4,7% é o percentual da Ufal. Por fim, nas Ifes 1,2% tem três filhos e na Ufal o percentual é de 1,4%.

Gráfico 50 – Graduandos (as) por maternidade e paternidade – Ifes e Ufal – 2018



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Estudantes mães e pais têm um duplo desafio: conciliar estudos com a maternidade e a paternidade. Para os casados, ou que vivem uma relação estável, esse desafio é bem presente no cotidiano, mas para solteiros (as) que têm filhos, o desafio é ainda maior. Conforme salienta a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, 68,5% dos estudantes solteiros com filhos são do sexo feminino. Parte desse elevado percentual se deve à maior proporção de mulheres na população brasileira em geral, mas se deve, sobretudo, ao fato de que as mulheres assumem os afazeres domésticos e afetivo-emocionais muito mais do que os homens, liderando um número bastante significativo de famílias monoparentais na sociedade brasileira contemporânea.

Entre as Ifes, 85,3% dos estudantes moram com os filhos; na Ufal, são 89,1%. Quando perguntados com quem ficam os filhos menores de 5 anos, os (as) estudantes das Ifes afirmaram que 66,2% deixam com os familiares; na Ufal esse percentual sobe para 75,9%, demonstrando que necessitam mais da rede familiar de apoio afetivo-emocional para cuidar dos filhos durante o horário dos estudos do que os demais estudantes das Ifes. Nessas, 11,3% afirmaram que deixam os filhos em instituições de ensino privadas, ao passo que na Ufal esse percentual é de 9,8%.

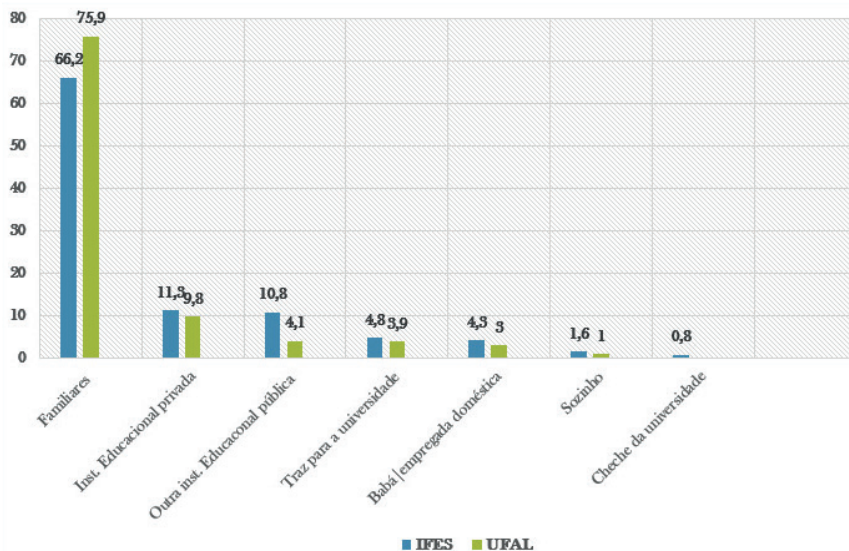
Digno de destaque é o fato de que, entre discentes das Ifes, 10,8% deixam os filhos aos cuidados de outras instituições educacionais públicas e na Ufal somente 4% o fazem. Como se pode inferir, esses últimos dispõem de uma oferta menor de instituições educacionais

para deixar os filhos. Chama atenção também a importância das creches das próprias universidades federais: entre as Ifes, 0,8% utilizam esse serviço, já entre os (as) estudantes da Ufal esse percentual é de 2,2%.

É revelador também o fato de que entre os (as) discentes das Ifes, 4,8% levam os filhos para a universidade, e 3,9% fazem o mesmo na Ufal. Essa é uma mudança que impacta o cotidiano das aulas e das atividades acadêmicas de modo geral, exigindo das Ifes, em particular dos(das) docentes, novas estratégias didáticas para lidar com a presença de crianças em espaços acadêmico-científicos. Trata-se de uma oportunidade alvissareira para a construção de novas metodologias e inovações didáticas.

É preocupante o fato de que 1,6% dos (as) estudantes das Ifes e 1% dos (as) da Ufal informarem que deixam os filhos menores de cinco anos sozinhos. Ora, é mais aconselhável para o bem-estar das crianças que os responsáveis as levem para a universidade, ao invés de permanecerem sozinhas. Do mesmo modo, é muito mais fecundo para o desenvolvimento e o aprendizado dos (as) estudantes mães e pais que os filhos estejam consigo nas aulas, ao invés de permanecerem a sós. Certamente, a presença dos filhos deixa pais e mães mais serenos (as), seguros (as) e concentrados (as) no aprendizado dos conteúdos científicos.

Gráfico 51 – Com quem ficam os filhos menores de 5 anos dos (as) estudantes das Ifes que possuem pelo menos uma criança nessa faixa etária



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

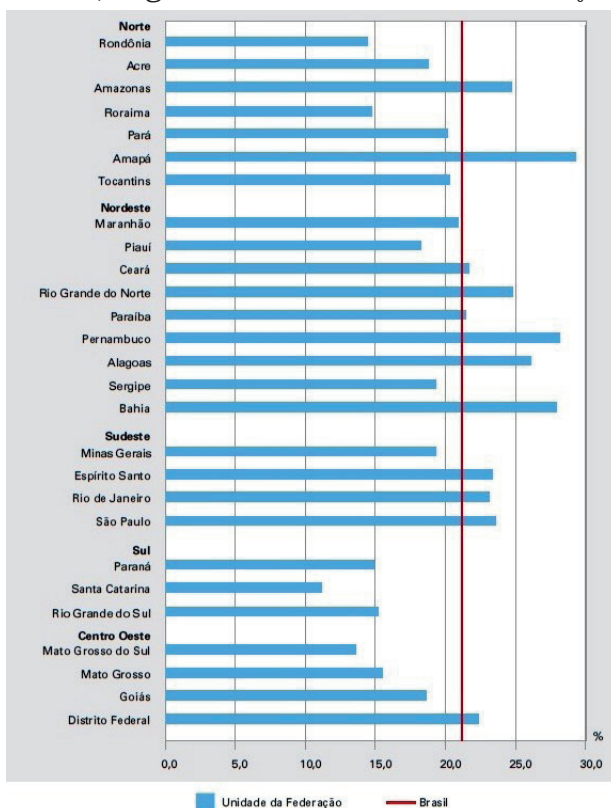
11 TRABALHO E RENDA

A variável **trabalho/renda** é extremamente reveladora acerca da estrutura socioeconômica dos discentes da Ufal. Em 2018, do total de estudantes das Ifes, 29,9% trabalhavam; já na Ufal os estudantes trabalhadores correspondiam a 36%. Tanto o trabalho quanto a ausência dele têm implicações. Os que estudam e são pais e mães, em geral, precisam trabalhar, assim como aqueles oriundos das famílias com menor renda *per capita*. O trabalho pode facilitar o desempenho acadêmico, assim como pode sobrecarregar e comprometer o seu desempenho. Para compreender esses aspectos, é preciso aumentar a escala de análise empírica do trabalho entre as populações jovens no Brasil, porque somente assim é possível chegar às especificidades do trabalho entre os (as) matriculados (as) na Ufal.

É preciso assinalar que o desemprego tem sido um fenômeno recorrente entre os jovens brasileiros, crescendo nos últimos anos. De acordo com o IBGE, em 2016, de toda a população brasileira desocupada, 54,9% eram pessoas entre 16 e 29 anos de idade, revelando que, entre todos os grupos etários, a desocupação era maior entre os jovens. Utilizando outro parâmetro, a

taxa de desocupação das pessoas entre 16 e 29 anos de idade por unidade federativa, o instituto constatou que a maioria das unidades federativas apresenta elevadas taxas de desocupação para os indivíduos de 16 a 29 anos de idade, acima da média nacional. A maioria dos estados do Nordeste apresentaram elevadas taxas de desocupação para esse grupo etário. No caso de Alagoas, a taxa de desocupação foi de 26,4%.

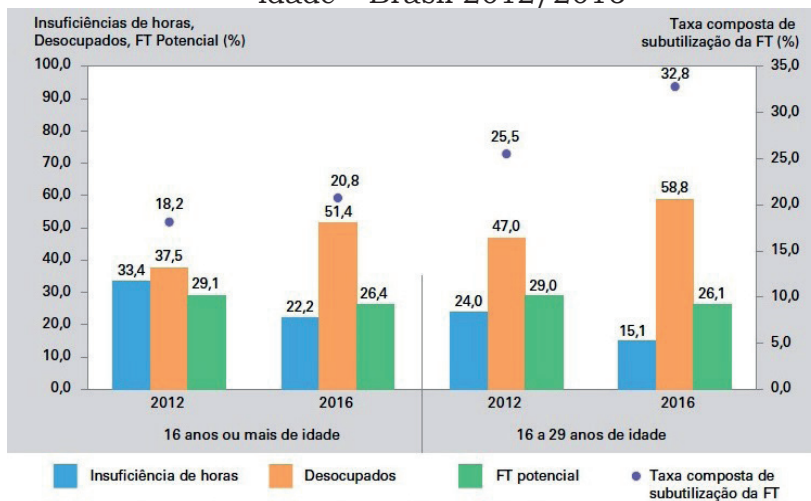
Gráfico 52 – Taxa de desocupação das pessoas de 16 a 29 anos de idade, segundo as Unidades da Federação – 2016



Fonte: IBGE, 2019.

Na análise ampla sobre o mercado de trabalho brasileiro, o IBGE lança mão de um indicador bastante específico e valioso, a taxa composta da subutilização da força de trabalho. Esse indicador é composto por três componentes: 1) desocupação; 2) insuficiência de horas trabalhadas; 3) e força de trabalho potencial. Utilizado esse indicador para os diferentes grupos etários, a taxa composta de subutilização da força de trabalho entre os jovens foi de 32,8%, em 2016. Ou seja, conforme pontua o instituto, de cada três jovens brasileiros que faziam parte da força de trabalho, um tinha a sua força de trabalho subutilizada. O principal componente do indicador taxa de subutilização da força de trabalho é a desocupação. Nesse item, como se vê, entre os jovens, o percentual saiu de 47%, em 2012, para 58,8%, em 2016.

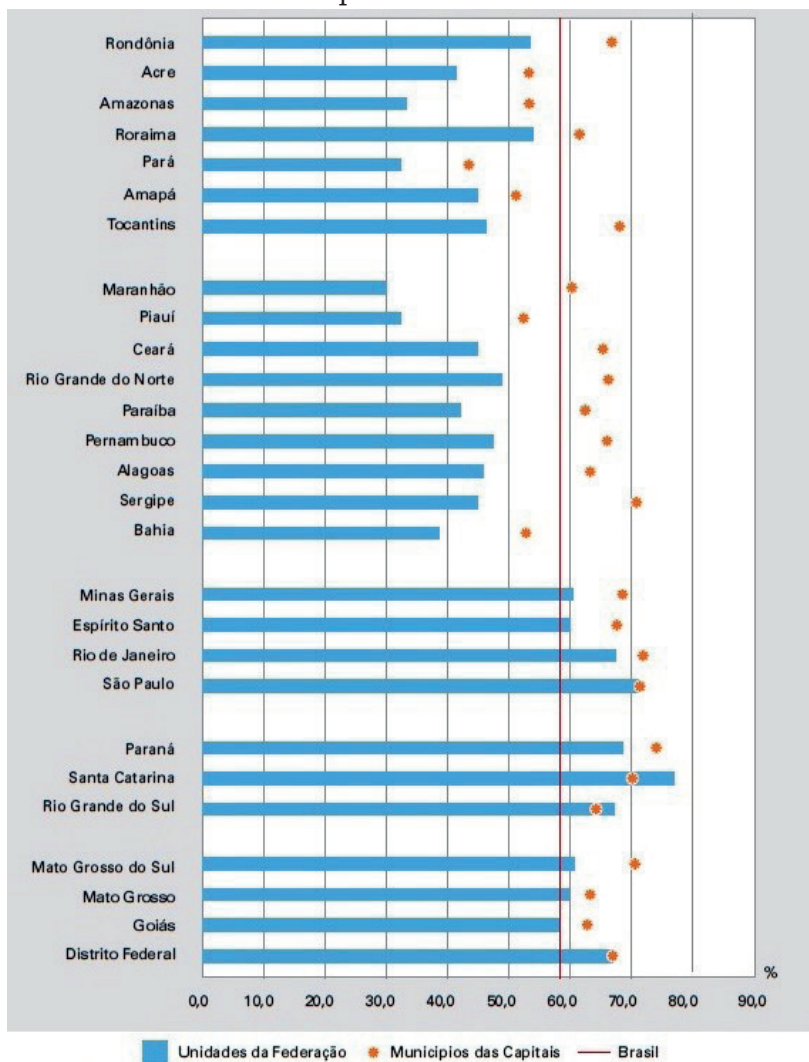
Gráfico 53 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho e distribuição percentual em componentes, das pessoas de 16 anos ou mais de idade e de 16 a 29 anos de idade – Brasil 2012/2016



Fonte: IBGE, 2019.

O contrário da desocupação é a ocupação. Esse indicador é bastante utilizado para aferir e analisar a dinâmica do mercado de trabalho e, de acordo com o IBGE, esse indicador apresenta muitas assimetrias regionais. Em 2016, em âmbito nacional, esse indicador registrou a taxa de ocupação de 58,4% para os jovens (de 16 a 29 anos) em trabalhos formais. No entanto, todos os estados do Norte e Nordeste registraram uma taxa de ocupação inferior a nacional, sendo o estado com menor taxa o Maranhão, com apenas 30,1%. Alagoas registrou uma taxa de ocupação para os jovens de 45,2%.

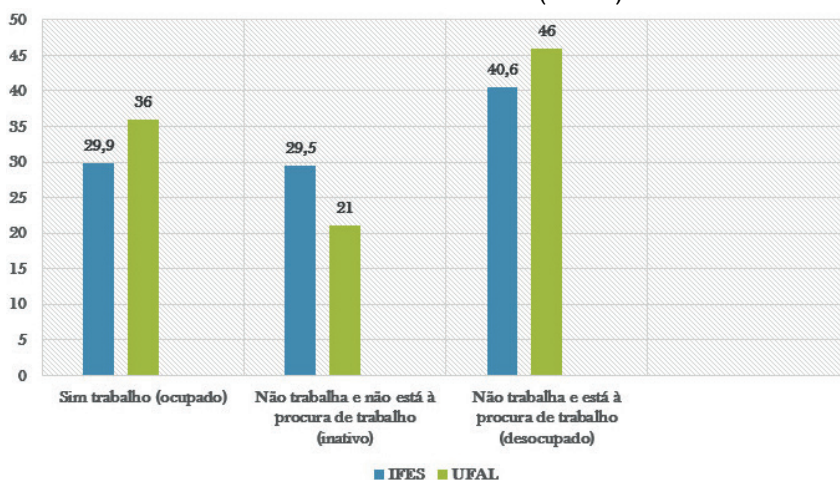
Gráfico 54 – Proporção de pessoas de 16 a 29 anos de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos formais, segundo as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais – 2016



Fonte: IBGE, 2019.

Conforme destaca a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e cultural dos Graduandos (as) das Ifes – 2018, 40,6% dos estudantes das instituições federais estavam desocupados. Esses aspectos evidenciam a competição e a dificuldade de ocupação junto ao mercado de trabalho por parte dos que têm entre 16 e 29 anos de idade. Para ficar clara a situação de trabalho dos alunos da Ufal, podemos compará-la com as Ifes, destacando três componentes: 1) trabalha (ocupado); 2) não trabalha e não está à procura de trabalho (inativo); 3) não trabalha e está à procura de trabalho (desocupado).

Gráfico 55 – Graduandos (as), segundo a situação de trabalho – Ifes e Ufal (em%)



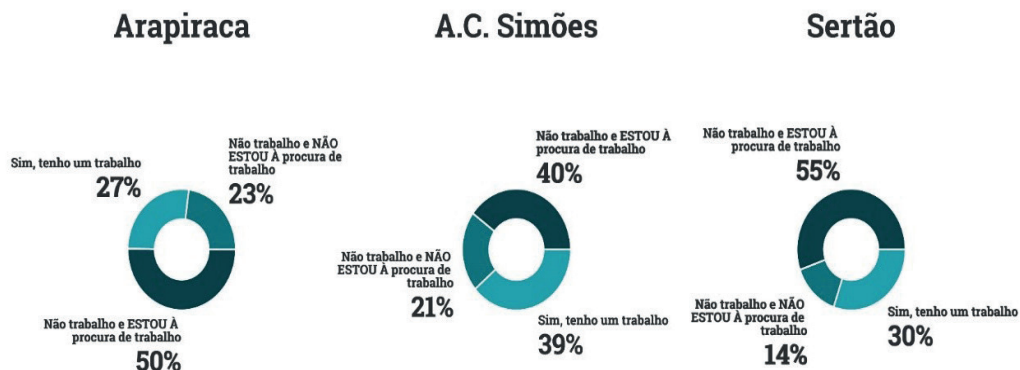
Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

É possível depreender dois aspectos. Primeiro, estudantes da Ufal trabalham mais dos que os das Ifes, porque são menos jovens, têm filhos e pertencem às famílias com menor renda *per capita*. Segundo, eles (elas) apresentam uma taxa de desocupação (46%) superior à taxa das Ifes (40,65), pois necessitam mais e estão mais à procura de trabalho. Significa que temos uma comunidade discente composta por muitos trabalhadores e trabalhadoras ocupados e ocupadas, e também muitos trabalhadores e trabalhadoras desocupados e desocupadas, à procura de trabalho.

Esses aspectos podem ser reforçados com a desagregação do trabalho por campus. Como se pode constatar, o maior percentual de trabalhadores (as) está no Campus A. C. Simões: 39%. Isso ocorre porque a região metropolitana de Maceió reúne o maior número de empresas, de atividades produtivas e de atividades de serviços, além de serviços públicos estadual e federal, concentrando grande parte da riqueza produzida no estado, responsável por 41% do Produto Interno Bruto (PIB) de Alagoas (IBGE, 2019). Outro fator de destaque é o elevado percentual de estudantes à procura de trabalho nos campi de Arapiraca e do Sertão, com taxas de 50% e 55%, respectivamente.

Gráfico 56 – Trabalho

Trabalho (por campus)



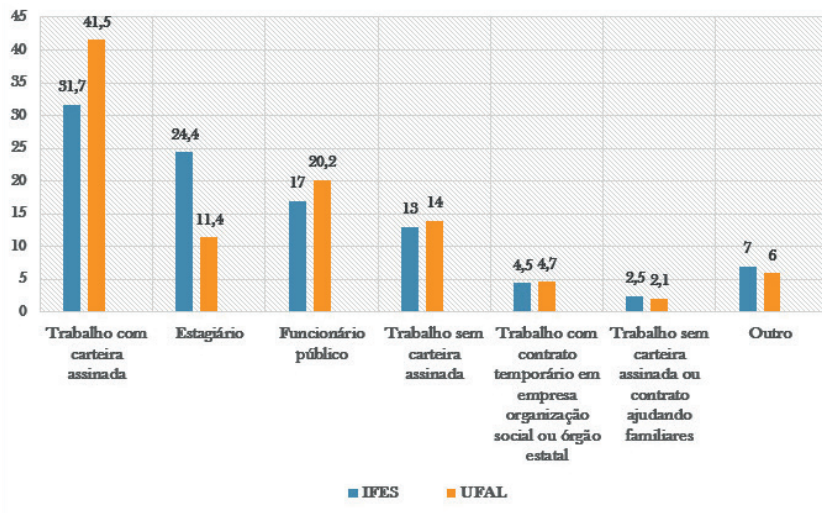
Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Os percentuais relacionados aos vínculos de trabalho mantidos pelos estudantes das Ifes fornecem uma medida valiosa e permitem estabelecer novamente uma comparação segura entre as Ifes e a Ufal. No âmbito das Ifes, 31,7% dos(as) discentes que trabalham possuem vínculos empregatícios por meio de carteira de trabalho formalmente assinada. Na Ufal, esse percentual sobe para 41,5%. Significa, como restou demonstrado antes, que esse elevado percentual se deve menos às oportunidades de oferta de trabalho existentes na economia alagoana e mais à busca e à necessidade permanente por parte dos (as) estudantes. No âmbito das Ifes, 17% daqueles (as) que trabalham são funcionários públicos, percentual que, na

Ufal, sobe para 20,2%. Esse dado sugere que, como são menos jovens, os estudantes da instituição alagoana já realizaram concurso público para cargos cuja exigência formal foi apenas o ensino médio.

Chama atenção, por seu turno, o reduzido percentual de vínculo empregatício mediante estágio na Ufal (11,4%) em relação às Ifes (24,4%). Como o estágio é um campo de trabalho bastante promissor, essa relação de trabalho pode ser expandida e aprimorada. Por fim, o percentual de estudantes que trabalha sem carteira assinada é expressivo, tanto nas Ifes, quanto na Ufal, 13% e 14%, respectivamente, revelando um alto grau de precarização.

Gráfico 57 – Vínculo no trabalho dos (as) estudantes ocupados (as) – Ifes e Ufal (em %)

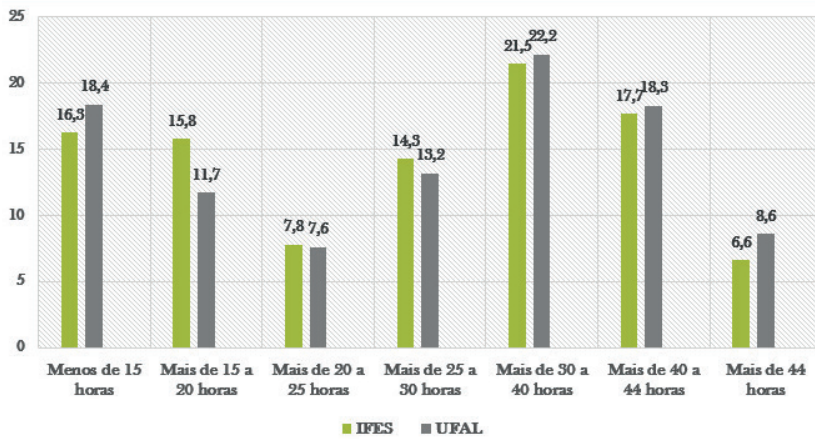


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Por fim, vale a pena passar em revista os aspectos relativos à jornada de trabalho. A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e cultural dos Graduandos (as) das Ifes – 2018 tipificou sete jornadas semanais de trabalho: menos de 15 horas; mais de 15 a 20 horas; mais de 20 a 25 horas; mais de 25 a 30 horas; mais de 30 a 40 horas; mais de 40 a 44 horas; mais de 44 horas.

No âmbito das Ifes, 21,5% dos estudantes realizam uma jornada de trabalho de 30 a 40 horas semanais e outros 17,7% têm jornada de 40 a 44 horas. Na Ufal, esses percentuais sobem para 22,2% e 18,3%, respectivamente. Comparando-se as jornadas de trabalho entre estudantes das Ifes e da Ufal, os percentuais são semelhantes. Salta aos olhos, no caso da Ufal, que 8,6% realizam mais de 44 horas semanais de trabalho, quando entre as Ifes esse percentual é de 6,6%. Os que realizam longas e excessivas jornadas de trabalho, acima de 40 horas semanais, que é a realidade de 26,9% dos (as) estudantes trabalhadores da Ufal, têm muitas dificuldades de manter, de maneira saudável e proveitosa, a rotina dos estudos e das atividades acadêmicas. Por outro lado, é o salário e a renda mensal decorrentes dessas longas e extenuantes jornadas de trabalho que permitem a manutenção material da família e dos (as) próprios (as) estudantes.

Gráfico 58 - Graduandos (as) ocupados (as), segundo jornada de trabalho – Ifes e Ufal – 2018



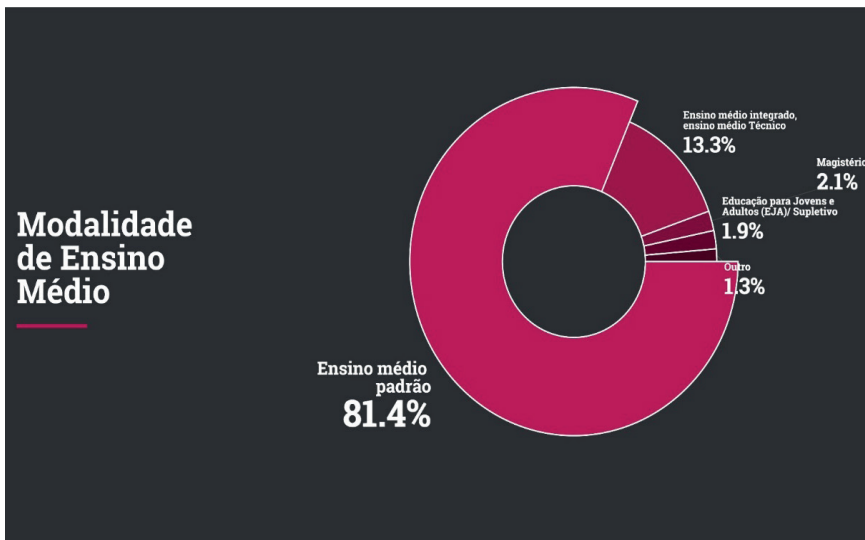
Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

12 TRAJETÓRIA ESCOLAR

As quatro próximas variáveis – trajetória escolar, vida acadêmica, saúde e qualidade de vida e cultura – constituem uma unidade relacional. A trajetória escolar e as relações familiares com a dimensão escolar e intelectual marcam bastante os estudantes ao longo do ensino fundamental, médio e durante a vida acadêmica no ensino superior. Do mesmo modo, por passarem bastante tempo na universidade, vivendo as rotinas acadêmicas, especialmente os (as) que ingressam em atividades de pesquisa, a saúde e a qualidade de vida passam a depender bastante das vivências acadêmicas. Por conseguinte, tudo isso repercute nas práticas culturais, no acesso e consumo de conteúdos de arte, entretenimento e cultura.

De acordo com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes – 2018, 81,1% dos (as) estudantes matriculados (as) realizaram o ensino médio padrão e outros 14,2%, o ensino médio integrado ao ensino técnico. Na Ufal, esses percentuais são de 81,4% e 13,3%, respectivamente.

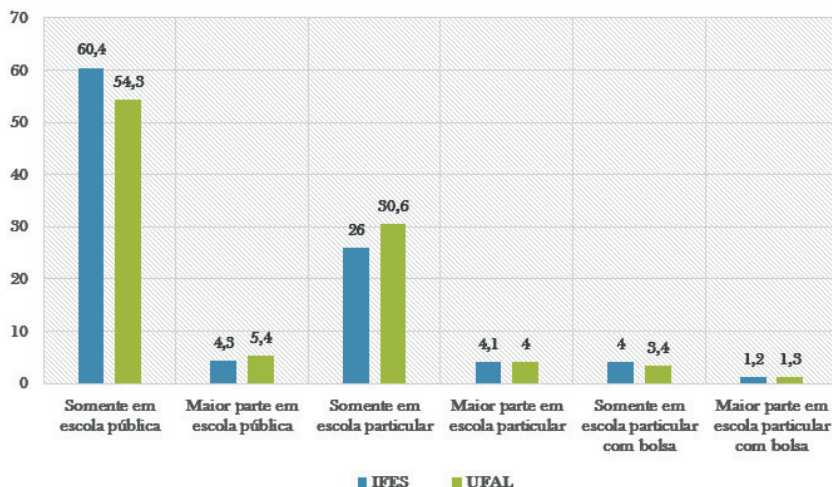
Gráfico 59 – Modalidades de ensino médio



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Do total de estudantes matriculados na Ufal em 2018, 80,7% ingressaram por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (MEC/Sisu), a grande maioria é egressa da escola pública. No âmbito das Ifes, 60,4% são egressos da escola pública; na Ufal, são 54,3%. Uma comparação entre a Ifes e a Ufal permite evidenciar a relevância da escola pública.

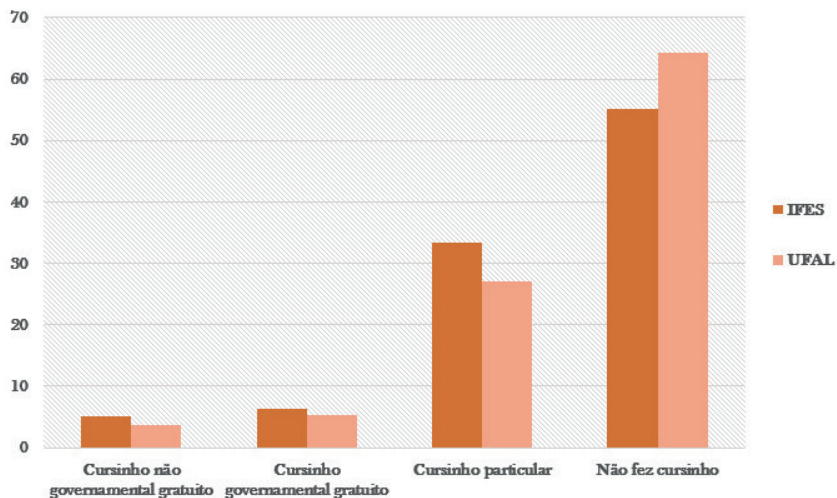
Gráfico 60 – Tipo de escola de ensino médio cursada – Ifes e Ufal



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Antes de ingressar na universidade, muitos estudantes passaram pelos cursinhos preparatórios. Embora significativos, é notável que, tanto nas Ifes, quanto na Ufal, a maioria dos(as) estudantes não precisou recorrer aos cursinhos para assegurar a sua vaga no ensino superior público. Esse aspecto se deve, como assinalado antes, à grande expansão do número de vagas nas Ifes nos últimos 20 anos.

Gráfico 61 – Graduandos (as) que frequentaram cursinhos preparatórios – Ifes e Ufal – 2018 (%).



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

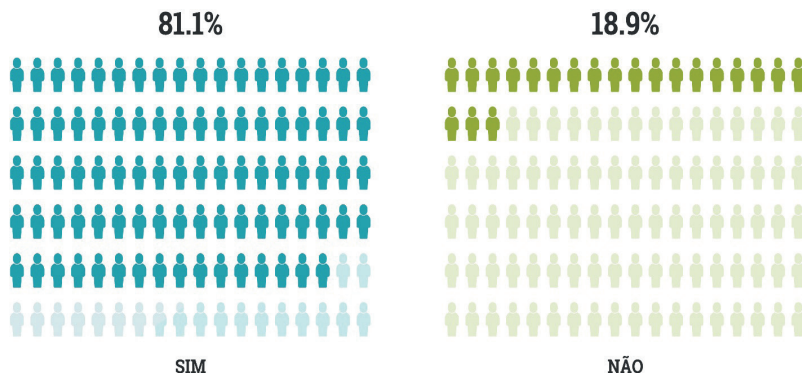
13 VIDA ACADÊMICA

Esta é uma variável que traz dados e indicadores extremamente relevantes para o planejamento das ações e políticas acadêmicas da universidade, pois abarca a intensidade e frequência dos estudos, as dificuldades pedagógicas, as dificuldades para estudar, determinados tipos de violência, assédio moral, além da adesão aos cursos e inserção nas rotinas acadêmicas.

Em 2018, do total de estudantes matriculados na Ufal, 81% ingressaram na instituição por meio da primeira opção de curso, o que revela uma forte convicção da primeira opção previamente definida.

Figura 9 – Ingressos

Ingresso em primeira opção de curso

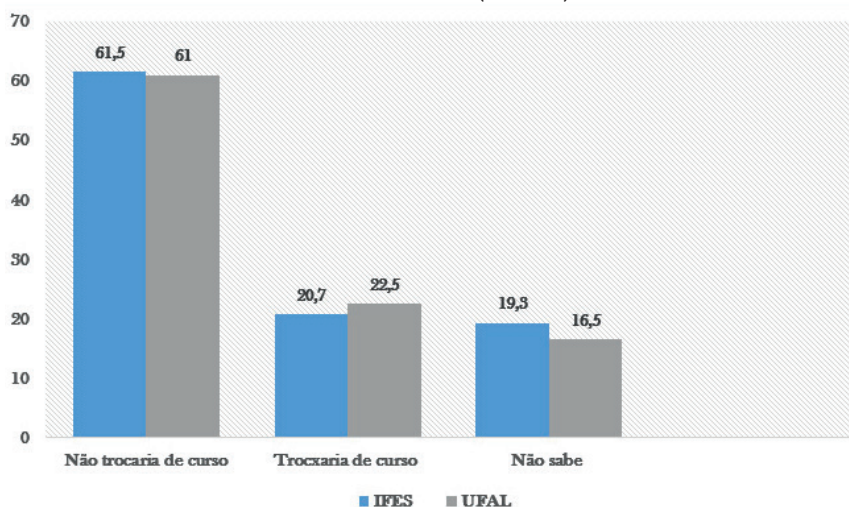


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Por outro lado, também é relativamente alto o percentual de estudantes que afirmaram que trocariam de curso. No âmbito das Ifes, 60,1% afirmaram que não trocariam de curso e outros 20,7% destacaram que sim, e 19,3% não souberam responder. No âmbito da Ufal, 61% não trocariam de curso, 22,5% afirmaram que trocariam e 16,5% não souberam responder. A intenção e/ou o projeto de troca de curso decorre de vários fatores: 1) dificuldades de inserção no mercado de trabalho, após a conclusão do curso; 2) dificuldade de compreensão e aplicação dos conteúdos; 3) dificuldades com o corpo docente; 4) falta de clareza quanto às atribuições e competência do futuro profissional, entre

outros. De todo modo, o comparativo entre as Ifes e a Ufal mostra que o percentual daqueles que trocariam de curso é relativamente alto, exigindo das coordenações dos cursos e das políticas de acompanhamento pedagógico por parte da Ifes o refinamento de pesquisas que permitam mapear e compreender as causas que conduzem a mudanças e trocas de cursos.

Gráfico 62 – Estudantes que trocariam de curso – Ifes e Ufal – 2018 (em %)

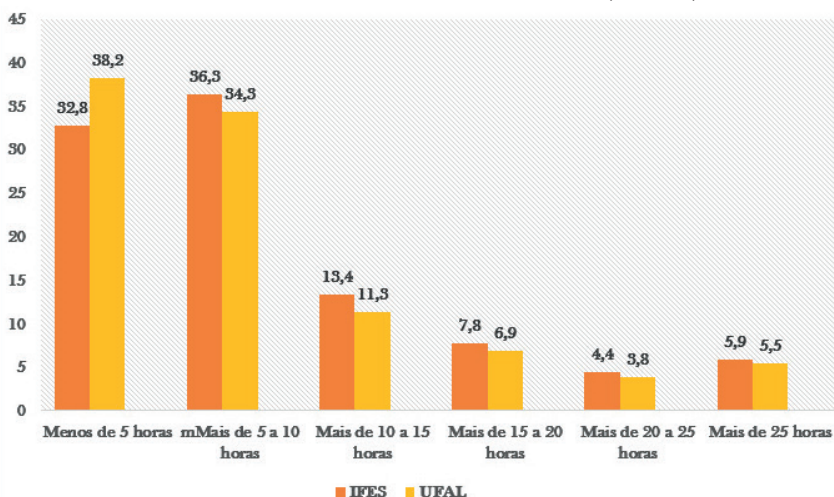


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

No escopo da vida acadêmica, um indicador bastante relevante é o tempo médio que discentes se dedicam aos estudos semanalmente, fora da sala de aula. Entre as Ifes, 32,2% dedicaram-se menos de 5 horas semanalmente aos estudos; em seguida, 36,3% disseram que se dedicam

entre 5 e 10 horas semanais; os que assinalaram mais de 10 a 15 horas foram 13,4%. Na Ufal, 38,2% afirmaram se dedicar menos de 5 horas semanais, 34,3% mais de 5 a dez 10, e se dedicam mais de 10 a 15 horas 11,2% dos(as) pesquisados. Neste indicador, o comparativo entre as Ifes e a Ufal permite constatar que os(as) discentes estudam menos ou se dedicam menos aos estudos fora da sala de aula. Esse aspecto se deve ao fato, como demonstrado antes, que os(as) discentes da Ufal trabalham mais e possuem mais vínculos conjugais e familiares, restando muito menos tempo livre para os estudos.

Gráfico 63 – Tempo médio dedicado aos estudos fora da sala de aula – Ifes e Ufal – 2018 (em %).



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Ifes – 2018 desagregou o

tempo semanal gasto com os estudos fora da sala de aula de acordo com as oito grandes áreas do conhecimento tipificadas pelo CNPq, incluída também a área multidisciplinar. De fato, como sugerem outras pesquisas, os estudantes da área de Saúde são os que dedicam mais tempo semanal aos estudos fora da sala de aula: 9,5% dos estudantes da área dedicam mais de 25 horas semanais aos estudos fora da sala de aula.

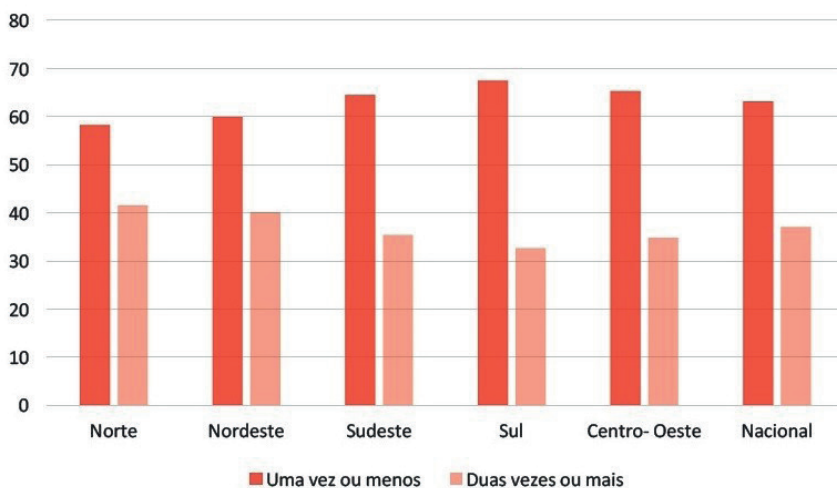
Tabela 15 – Graduandos (as) segundo a área de conhecimento do curso em que estão matriculados e tempo médio semanal de estudos – 2018 (em %)

Área do conhecimento	Menos de 5 horas	Mais de 5 a 10 horas	Mais de 10 a 15 horas	Mais de 15 a 20 horas	Mais de 20 a 25 horas	Mais de 25 horas
Ciências da terra	32,0	35,7	13,81	7,9	4,5	6,0
Ciências biológicas	33,0	38,9	12,8	7,5	3,8	4,0
Engenharias	23,4	35,6	16,7	10,2	6,0	8,0
Ciências da saúde	23,9	35,5	15,5	9,6	6,1	9,5
Ciências agrárias	30,9	40,0	14,1	7,1	3,5	4,3
Ciências sociais aplicadas	40,8	34,1	10,6	6,3	3,5	4,7
Ciências humanas	35,9	38,0	12,1	6,7	3,5	3,7
Linguística, letras e artes	37,7	37,8	11,3	6,2	3,1	4,0
Multidisciplinar	39,1	36,6	11,5	6,1	2,8	3,7
Total	32,2	36,3	13,4	7,8	4,4	5,9

Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace | Andifes.

Mais um indicador pode elucidar as especificidades acadêmicas entre as Ifes e a Ufal. Dessa vez, o indicador é a frequência de uso da biblioteca durante a semana. Entre os estudantes das Ifes, 21,6% assinalaram que não frequentam a biblioteca, outros 23,2% disseram que menos de uma vez; 18,3% responderam que apenas uma vez e 26,7% assinalaram duas ou três vezes. É possível verificar também a frequência semanal da biblioteca por região do país.

Gráfico 64 – Graduandos (as) por frequência de uso do espaço físico da biblioteca, segundo região geográfica de campus (em %) – 2018

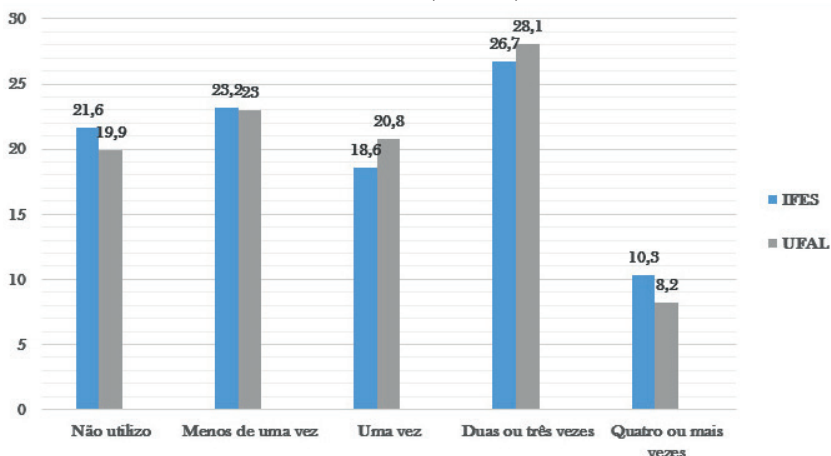


Fonte: Andifes/Fonaprace, 2019.

Na Ufal, os percentuais de utilização semanal da biblioteca são os seguintes: 19% não utilizam; 23% utilizam menos de uma vez; 20,8% disseram utilizar uma vez e 28,1% afirmaram utilizar duas ou três vezes. No comparativo desse indicador entre as Ifes e a Ufal, é alentador constatar que os(as) discentes da instituição estão utilizando a biblioteca nos parâmetros de regularidade semelhantes aos nacionais.

É preciso lembrar ainda que a biblioteca é mais do que um local de estudo, pesquisa e aprendizado acadêmico-científico. Mais do que frequentar pontualmente ou assiduamente a biblioteca, a frequência e uso da dela revela práticas mais ampliadas ou menos ampliadas de sociabilidade e socialização acadêmica entre os(as) estudantes, que, muitas vezes, têm na biblioteca um ponto de encontros, acolhimento, lazer e descanso. Como a Ufal possui uma forte migração pendular (29,9%) e um contingente elevado de estudantes trabalhadores, além daqueles oriundos de famílias pobres e muito pobres, a biblioteca (central e setoriais) é também um espaço de permanência, encontros e acolhimento.

Gráfico 65 – Frequência semanal da biblioteca – Ifes e Ufal
– 2018 (em %)



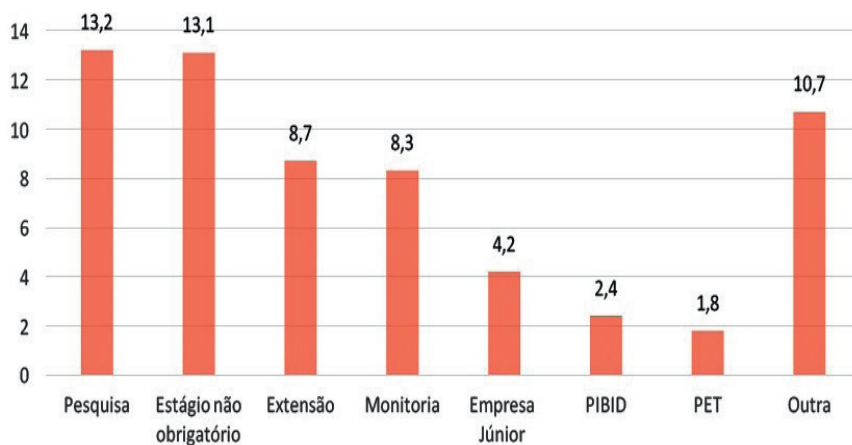
Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Tão relevante quanto os indicadores anteriores, é o indicador de participação em atividades ou programas acadêmicos. Esse indicador é uma bússola valiosa, pois permite mensurar e analisar o grau de adesão, engajamento e fixação dos (as) estudantes em atividades e programas imprescindíveis para a formação acadêmica e intelectual, tais quais: 1) empresas juniores; 2) monitorias em disciplinas; 3) Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência); 4) estágios não obrigatórios extracurriculares; 5) atividades de extensão, pesquisa; e 6) Programas de Educação Tutorial (PET); 7) Pibic (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica).

Em âmbito nacional, o destaque é para pesquisa e estágio não obrigatório, com 13,2% e 13,1% dos estudantes

participando dessas atividades, respectivamente. Ainda em âmbito nacional, 37,8% não participam de atividade ou programa acadêmico.

Gráfico 66 – Participação em atividades ou programas acadêmicos (em %) – 2018



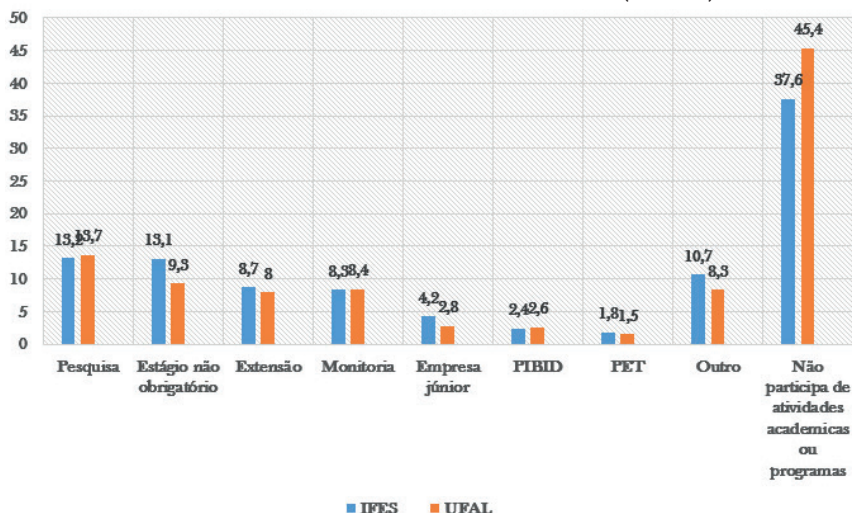
Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

No que tange ao indicador de participação em atividades ou programas acadêmicos, a Ufal apresenta um quadro que pode e deve ser melhorado. Não é fácil, dada estrutura socioeconômica da sociedade local e, por conseguinte, dos (as) estudantes da Ufal, mas é possível. No total, 45,4% dos (as) estudantes não participam de atividades ou programas acadêmicos. Esse percentual discrepa da média das Ifes nacionais, que é de 37,6% – uma diferença de 7,8%, que certamente ocorre, mais uma vez, em razão do elevado percentual dos que

realizam a migração pendular, do alto índice dos que são trabalhadores e trabalhadoras, e também do fato de que um percentual elevado já são pais e mães.

Todos esses aspectos concorrem para dificultar que os(as) discentes se dediquem às atividades de monitoria, empresa júnior, ensino (Pibid e PLI), Programa de Educação Tutorial (PET), pesquisa (Pibic e Pibit), extensão, estágio não obrigatório, entre outros, atividades que exigem tempo livre disponível para permanecer na universidade durante boa parte do dia, alguns dias da semana.

Gráfico 67 – Participação em atividades ou programas acadêmicos – Ifes e Ufal – 2018 (em %)

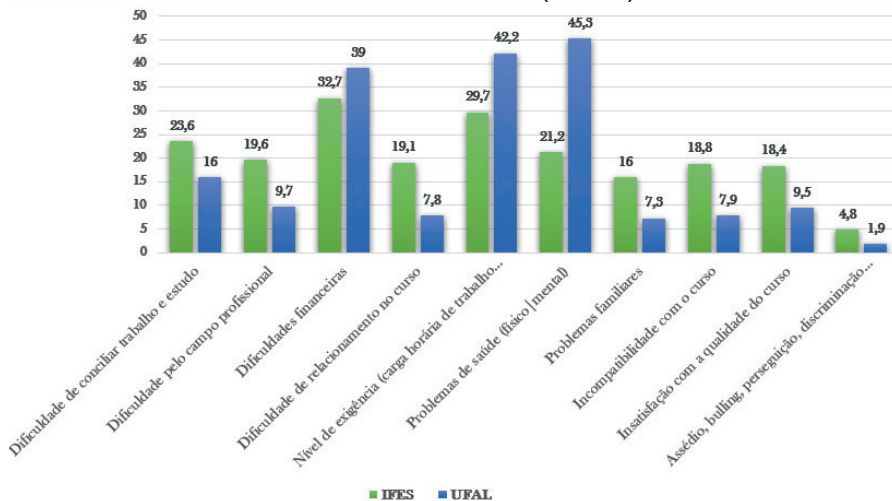


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Ainda inscritos na variável vida acadêmica, dois itens se destacam e trazem, mais uma vez, subsídios imprescindíveis. Esses itens correspondem à evasão e ao trancamento. De acordo com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduando (as) das Ifes 2018, há um consenso na literatura especializada acerca da definição de evasão. Compreende-se a evasão como sendo a perda do vínculo junto a instituição e ao curso, voluntário ou não. Perguntados se já haviam pensados em abandonar o curso, 52,8% dos (as) estudantes das Ifes afirmaram que sim. Na Ufal, esse percentual é um pouco superior, 54,7%.

Indagados sobre as razões pelas quais pensaram em abandonar os cursos, os (as) estudantes responderam de acordo com algumas causas apresentadas. Comparando as respostas das Ifes e da Ufal, de acordo com as causas específicas, vê-se que as principais razões são de ordem financeira, o nível de exigência do curso e ainda a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, tanto nas Ifes, quanto na Ufal. Nessa última se destaca também os problemas de saúde.

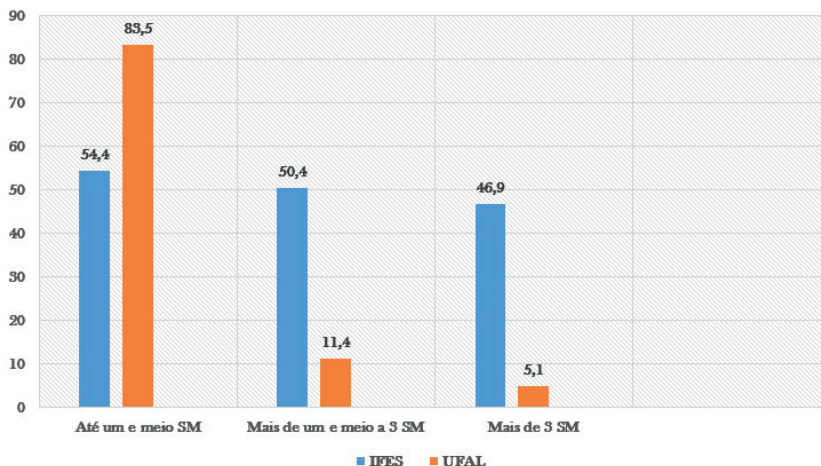
Gráfico 68 – Percentual de discentes que pensaram em abandonar o curso, segundo motivo para abandonar o curso – Ifes e Ufal – 2018 (em %).



Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2019.

Buscando refinar os dados, a supracitada pesquisa cruzou a intenção de abandonar o curso por parte dos estudantes com os estratos de renda dos (as) estudantes por renda mensal familiar *per capita*. O cruzamento dessas duas variáveis e o cotejamento entre as Ifes e a Ufal, evidencia que 83,5% dos (as) estudantes da Ufal com renda familiar mensal *per capita* de até um e meio salário mínimo já pensaram em abandonar o curso. Percentual bem superior ao das Ifes, nessa mesma faixa de renda, que foi de 54,4%.

Gráfico 69 – Percentual de discentes que pensaram em abandonar o curso por faixa de renda familiar mensal *per capita* – Ifes e Ufal – 2018 (em).



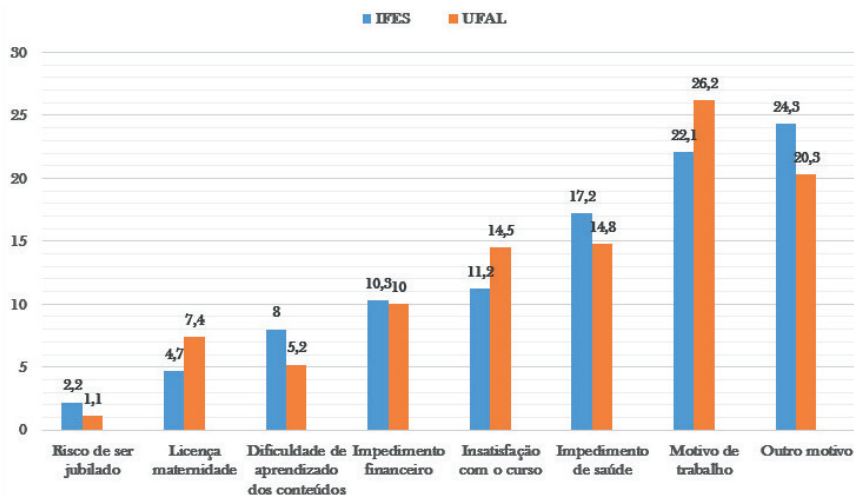
Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2019.

Passando das intenções ao ato prático e formal de realizar o trancamento geral da matrícula junto ao curso, os (as) estudantes das Ifes assinalaram que, no total, 14,3% de fato trancaram o curso. Há, portanto, uma longa distância entre pensar em trancar o curso e, de fato, fazê-lo. Na Ufal, o percentual é de 14,6%. Quanto às razões dos trancamentos, foram tipificadas oito razões: 1) risco de jubilação; 2) licença maternidade; 3) dificuldades de compreender os conteúdos das disciplinas; 4) impedimento financeiro; 5) insatisfação com o curso; 6) impedimento de saúde; 7) motivo de trabalho; 8) e outro motivo. Comparando a incidência dos percentuais, de acordo com cada causa, entre Ifes e

Ufal, destaca-se o impedimento financeiro, a insatisfação com o curso, os impedimentos de saúde e o motivo de trabalho, além do item outros.

Três aspectos chamam atenção no comparativo entre Ifes e Ufal. O primeiro diz respeito ao percentual de licença maternidade. Nas Ifes, 4,7% das estudantes trancam o curso em razão da maternidade; já na Ufal esse percentual é de 7,4%. Essa discrepância demonstra, como destacado antes, que há um grande contingente de estudantes mães na Ufal. Esse fator deve ser levado em conta, principalmente por parte das coordenações dos cursos, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e Pró-Reitoria Estudantil (Proest), no momento de construção de novas políticas e planos de ação com vistas a permanência das estudantes mães na instituição. O segundo aspecto concerne ao impedimento financeiro. Novamente, se somarmos o impedimento financeiro com os motivos de trabalho, temos 36,2% dos (as) estudantes que trancaram o curso pela combinatória dessas duas razões. Entre as Ifes, esse percentual é de 32,4%. Por fim, chama atenção ainda o percentual de trancamentos em decorrência da insatisfação com o curso, 14,5%, o que sugere problemas de ordem pedagógica, acadêmica e organizacional. Entre as Ifes, esse percentual cai para 11,2%.

Gráfico 70 – Percentual de discentes que fizeram trancamentos gerais de matrícula, segundo motivo de trancamento – Ifes e Ufal 2018 (em).

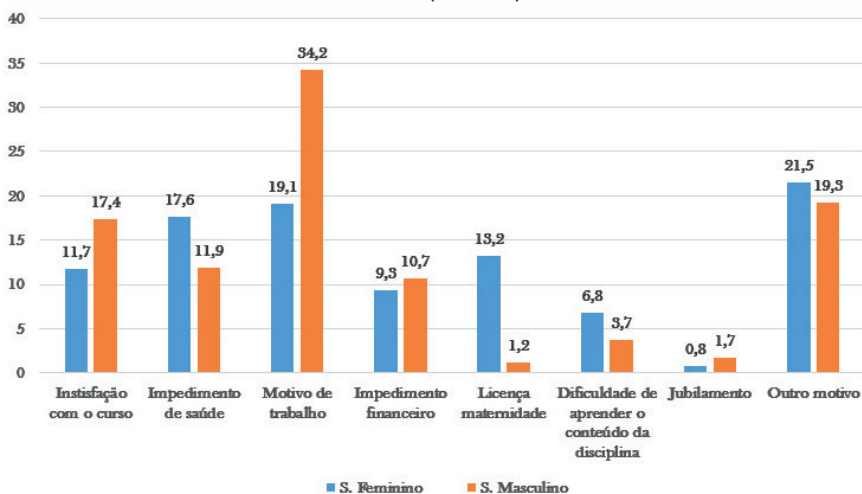


Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2019.

No âmbito da Ufal, se impõe um cotejamento entre as razões que levaram os(as) estudantes a realizarem o trancamento geral do curso de acordo com o sexo. Essa comparação revela algumas nuances. Entre os 4.257 estudantes que efetuaram o trancamento geral da matrícula na Ufal, 51,6% são do sexo feminino e 48,4% do sexo masculino. As estudantes do sexo feminino realizam mais o trancamento geral da matrícula mais em razão de impedimentos de saúde e de licença maternidade. O destaque constatado quanto ao impedimento de saúde, por parte das estudantes do sexo feminino, exige um cuidado especial à saúde desse grupo específico. Além desse aspecto, o fator

maternidade, cujo o percentual é elevado entre as estudantes da Ufal, como se viu, exige um conjunto de ações específicas. Por outro lado, o motivo de trabalho é, de longe, a causa que mais leva os estudantes do sexo masculino a efetuarem o trancamento geral do curso. É preciso destacar ainda que o elevado percentual do item outros demonstra a necessidade de refinamento da pergunta e do instrumento de coleta do dado.

Gráfico 71 – Percentual de discentes do sexo feminino e do masculino da Ufal para cada motivo de trancamento – 2018 (em %).

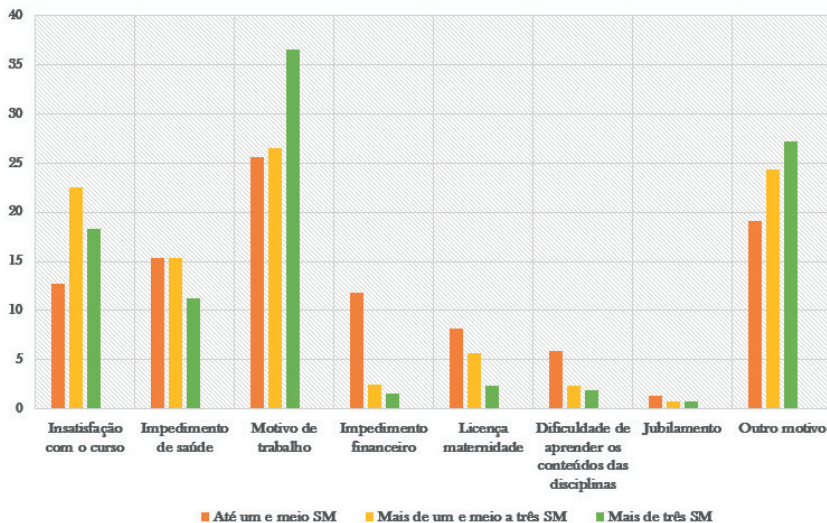


Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2019.

Por fim, podemos alcançar um bom grau de refinamento desagregando os motivos de trancamento geral do curso de acordo com as faixas de renda familiar *per capita* dos (as) estudantes. Realizando esse procedimento, vê-se um fenômeno digno de nota. Entre os (as) estudantes com renda *per capita* familiar de até um e meio salário mínimo, uma das principais causas para o trancamento geral do curso é o impedimento financeiro. Esse aspecto ocorre porque os estudantes dessa faixa de renda dispõem de poucos recursos para fazer frente às despesas cotidianas, transporte, alimentação, materiais acadêmicos, entre outros.

O motivo de trabalho também é outro forte fator que leva os (as) estudantes dessa faixa de renda a efetuem o trancamento geral do curso. Por outro lado, o motivo trabalho é a causa que mais incide sobre o grupo de estudantes que dispõem de maior renda *per capita* domiciliar - mais de três salários mínimos. Ora, esse aspecto ocorre porque, neste caso, o (a) estudante realiza o trancamento geral do curso pois precisa se dedicar integralmente à sua atividade laboral. Nesse caso, o (a) estudante que dispõe de maior renda *per capita* precisa efetivar o trancamento geral do curso para que o curso não “comprometa” ou “dificulte” o desempenho do seu trabalho. Ou seja, ele precisa efetivar o trancamento geral para que continue obtendo uma renda *per capita* familiar minimamente satisfatória. Cabe destacar também que o (a) estudante que possui maior renda *per capita* também é aquele que apresenta maior insatisfação com o curso.

Gráfico 72 – Percentual de discentes da Ufal, segundo faixa de Renda mensal *per capita* por razões para trancamento geral de matrícula – 2018 (em %).

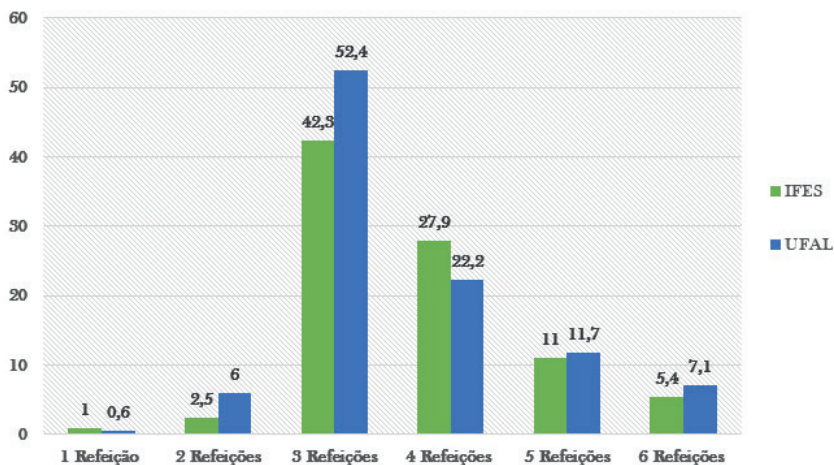


Fonte: Elaborado a partir de Fonaprace/Andifes, 2019.

14 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

A saúde e a qualidade de vida abarcam aspectos como saúde física e mental, cuidados médicos, odontológicos, acesso aos serviços psicológicos, bem-estar, alimentação saudável e apropriada, entre outros. O fator alimentação, por exemplo, foi investigado pela V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Ifes – 2018, revelando aspectos bastante relevantes. Os dados das Ifes e os dados desagregados da Ufal permitem uma comparação acerca dos percentuais de quantidade de refeições realizadas por dia pelos discentes. Nota-se que 6% dos (as) estudantes da Ufal realizam apenas duas refeições por dia, seja por excesso de atividades (trabalho, aulas, provas, seminários, etc.), seja por carência material, essa escassez de refeições pode prejudicar a saúde dos (as) mesmos (as).

Gráfico 73 – Número de refeições realizadas habitualmente por dia – Ifes e Ufal – 2018

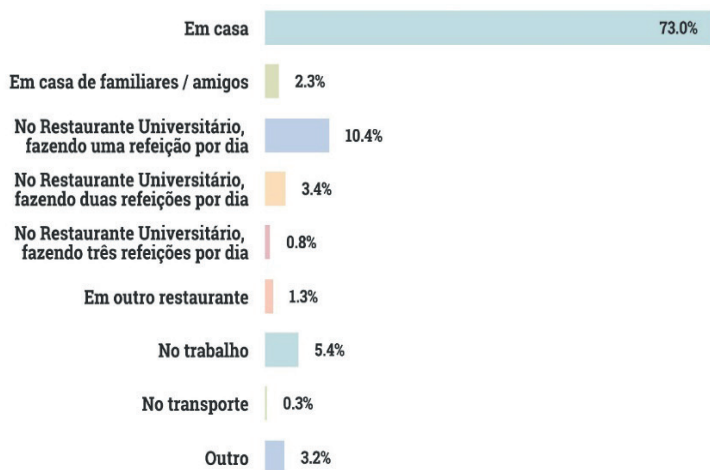


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Desagregando o local onde os (as) estudantes da Ufal realizam as suas refeições, nota-se a relevância dos restaurantes universitários, onde 13,8% deles realizam uma ou duas refeições diárias, presentes hoje no Campos A.C. Simões, no Campus Delza Gitaí e na Unidade de Ensino de Viçosa. Percebe-se também um percentual de destaque para os que realizam as refeições em suas próprias residências.

Gráfico 74 – Refeições

Onde faz suas principais refeições

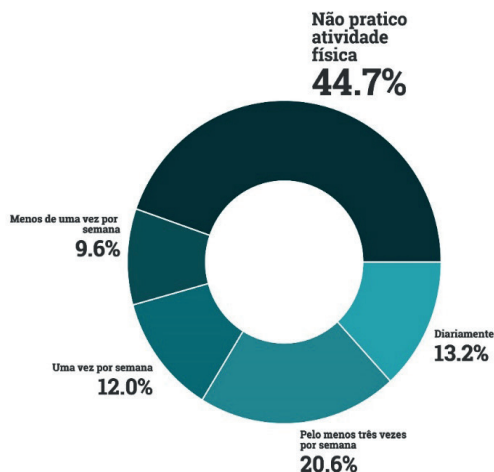


Fonte: Andifes/Fonaprace, 2019.

Uma vez que as atividades acadêmicas exigem muito da atividade mental e intelectual, uma das práticas que mais contribuem para a manutenção da saúde e do bem-estar dos (as) estudantes é a prática regular de atividades físicas. Em âmbito nacional, 39,9% informaram que não praticam nenhuma atividade física. No âmbito da Ufal, 44,7% dos (as) discentes não praticam nenhum tipo de atividade física. Trata-se de um hábito que precisa ser estimulado, por ser outro fator que pode comprometer a saúde da comunidade estudantil.

Gráfico 75 – Frequência

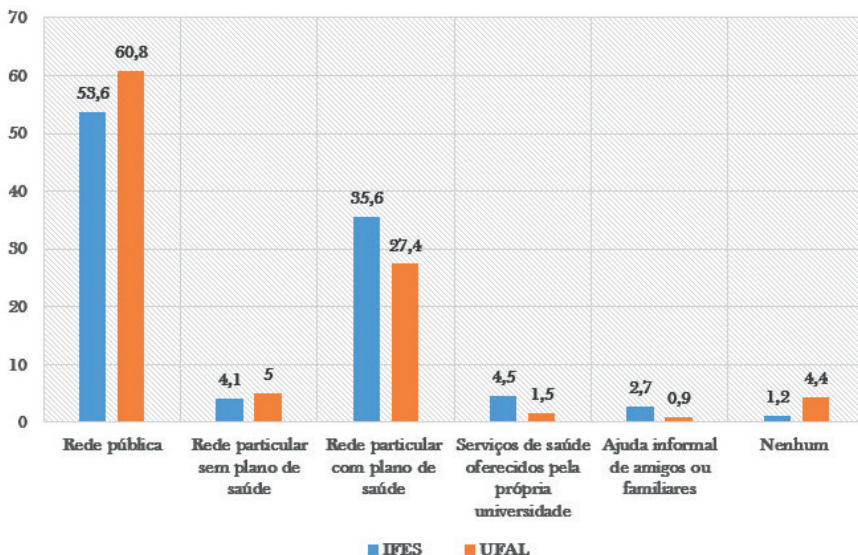
Frequência em que pratica atividade física



Fonte: Andifes/Fonaprace, 2019.

A frequência e a modalidade de auxílios aos serviços médicos são fatores importantes do bem-estar e das possibilidades de promoção à saúde dos (as) discentes. A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Ifes – 2018 destacou seis modalidades de acesso a serviços de saúde. Comparando-se essas seis modalidades entre as Ifes e a Ufal, temos:

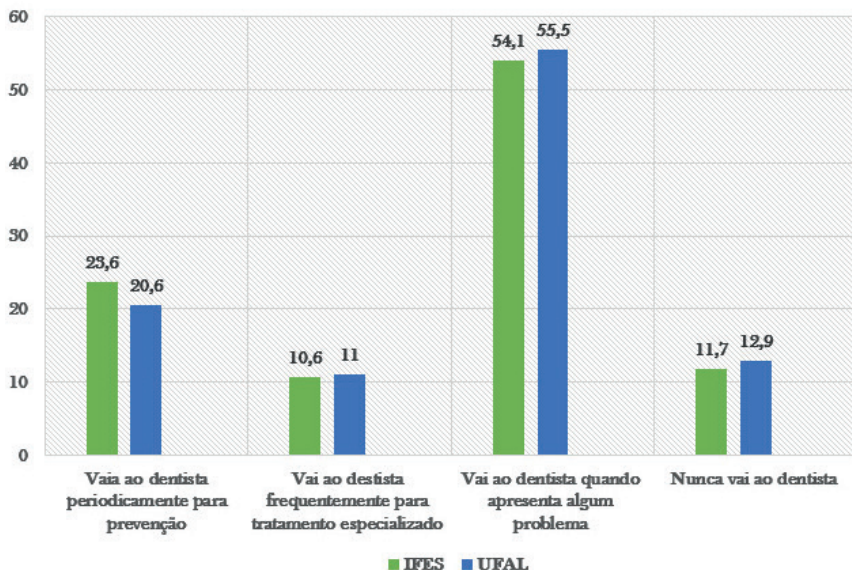
Gráfico 76 – Rede em que procura por atendimento médico



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

A saúde bucal é outro aspecto que foi aferido pela V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Ifes – 2018. A pesquisa destacou quatro modalidades: 1) vai ao dentista quando se manifesta algum problema; 2) vai periodicamente ao dentista, para fins de prevenção; 3) vai ao dentista para tratamento especializado; 4) nunca vai ao dentista. Novamente, a comparação entre as Ifes e a Ufal é elucidativa.

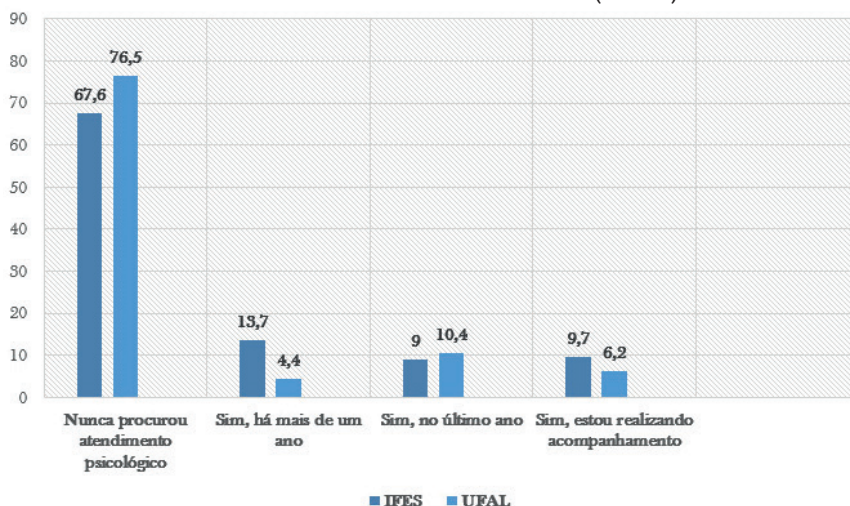
Gráfico 77 – Cuidados dentários – Ifes e Ufal – 2018 (em %)



Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

A saúde psicológica foi outro fator destacado na supracitada pesquisa. Em âmbito nacional, 67,6% dos (as) estudantes afirmaram que nunca procuraram auxílio psicológico, 13% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9% procuraram atendimento e 9,7% informaram que estavam realizando acompanhamento psicológico. Comparando os resultados nacionais com a Ufal, temos o seguinte quadro:

Gráfico 78 – Procurou atendimento psicológico alguma vez na vida – Ifes e Ufal – 2018 (em%)



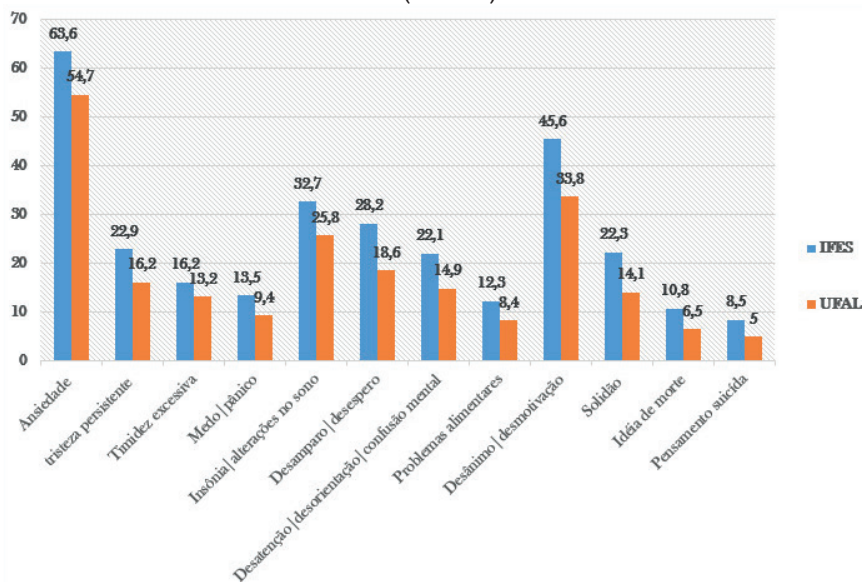
Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Na supracitada pesquisa, também foi perguntado acerca do uso de medicação psiquiátrica, mesmo que utilizada durante pouco tempo. No escopo nacional, 83,7% afirmaram que nunca tomaram qualquer medicação psiquiátrica; 9,8% haviam tomado e parado, e 6,5% faziam uso regular. Na Ufal, esses percentuais foram, de 89%, 7% e 4%, respectivamente.

Em âmbito nacional, 83,5% dos estudantes das Ifes disseram que sofrem ou já sofreram alguma dificuldade emocional e que essa interferiu no desempenho acadêmico e nos estudos. Na Ufal, esse percentual caiu para 77,7%. Entre os tipos de dificuldades emocionais mais citadas, destaca-se ansiedade; insônia ou alteração

significativa do sono; sensação de desamparo, desespero e desesperança; tristeza persistente e desânimo; e falta de vontade de fazer as coisas. Comparando os percentuais específicos de cada tipo de dificuldade emocional entre Ifes e Ufal, temos

Gráfico 79 – Dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica nos últimos doze meses – Ifes e Ufal – 2018 – (em %)

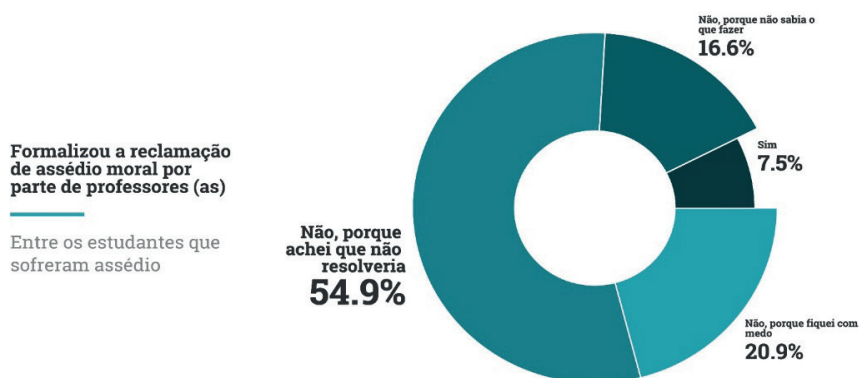


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Outro aspecto relevante quanto às dificuldades emocionais diz respeito ao assédio moral, notadamente aquele exercido por docentes. Em âmbito nacional, 16,8% dos(as) discentes disseram que já haviam sofrido assédio moral; na Ufal, foram 14,1%. Perguntados se

havia formalizado a reclamação por assédio moral, 54,9% disseram que não, pois acreditaram que não resultaria em nada; e 20,9% disseram que não o fizeram por medo; outros 16,6% disseram não ter feito por não saber como; e 7,5% formalizaram a reclamação.

Gráfico 80 – Formalização



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

O percentual de consumo de três substâncias foi aferido na pesquisa: álcool, tabaco e drogas não lícitas. No âmbito da Ufal, 93% dos (as) estudantes assinalaram nunca ter utilizado tabaco. Quanto ao uso de drogas não lícitas, 95,2% disseram que nunca utilizaram. Ainda, 2,8% mencionaram que menos de uma vez por semana e 0,9% declaram utilizar nos finais de semana. Quanto ao uso de álcool, o resultado foi o seguinte:

Gráfico 81 – Bebidas alcoólicas



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

15 CULTURA

A última variável desta publicação refere-se ao consumo de conteúdos de arte, cultura, entretenimento, informação e a realização de atividades políticas. O consumo do conteúdo de atividades artísticas e cultural (filmes, séries, livros, músicas, shows, espetáculos, entre outros) facilita a compreensão dos conteúdos científicos, potencializa a imaginação intelectual e fomenta a criatividade de um modo geral.

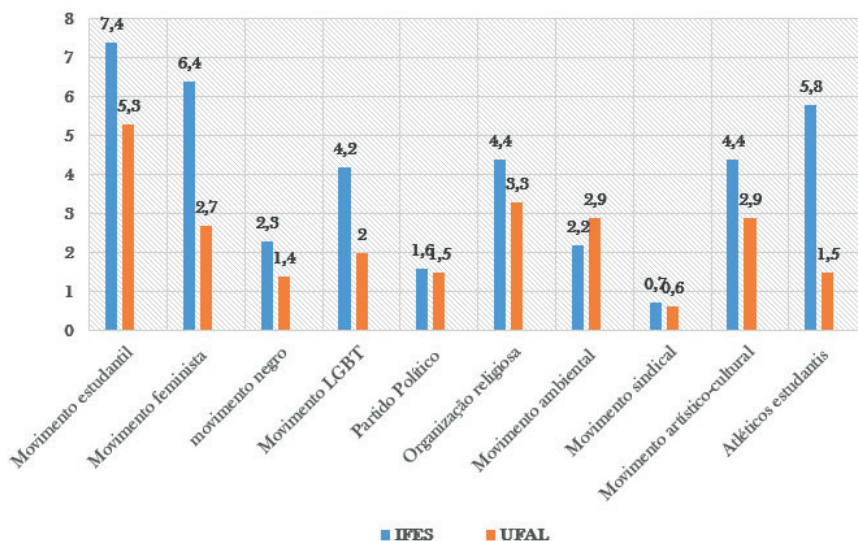
A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Ifes – 2018, cita diretamente um conceito cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2001) e que ficou conhecido em diversas áreas do conhecimento: **o capital cultural**. O conceito de capital cultural foi criado para traduzir uma das formas de dominação mais recorrente nas sociedades contemporâneas: a dominação cultural. A categoria foi desenvolvida para se referir ao domínio de conteúdos escolares, artísticos, culturais e acadêmicos por parte de determinados indivíduos, instituições e classes sociais. Evoca desde a posse de um diploma de curso superior obtido em uma instituição de prestígio até os modos de falar, vestir, andar, se alimentar e

consumir dos indivíduos. Dependendo de como são realizadas todas essas práticas, e qual o conteúdo das mesmas, os indivíduos se classificam e são classificados como mais cultos, superiores, criativos, capazes e competentes, dotados de um volume maior ou menor de capital cultural.

Uma das maiores transformações culturais e políticas que ocorrem na vida dos indivíduos é o ingresso na universidade, uma vez que durante quatro ou cinco anos (às vezes até mais) um conjunto de novas relações, percepções, valores, conteúdos culturais e científicos são internalizados e incorporados (BOURDIEU, 1999). Como consequência, a universidade transforma inteiramente as vidas dos seus membros, desencadeando novas percepções, juízos, ideologias, novos hábitos, práticas e predileções estéticas e culturais antes inexistentes.

De acordo com a supracitada pesquisa, há um aumento de 40,4% na participação política de estudantes, após o ingresso na universidade. Perguntados sobre as atividades políticas e as práticas de ativismo político, 28% dos (das) estudantes das Ifes afirmaram realizar alguma dessas atividades. Na Ufal, esse percentual cai um pouco, ficando em 24,1%. São bastante multifacetadas as atividades políticas e de militância social, nas quais os (as) estudantes se engajam: movimento feminista; movimento LGBT; movimento sindicalista; partido político; atletas estudantis; movimento artístico-cultural; movimento ambiental; movimento estudantil; movimento negro e organização religiosa. Mais uma vez, a comparação entre Ifes e Ufal é bastante oportuna.

Gráfico 82 – Participação em movimentos civis organizados
– Ifes e Ufal – 2018

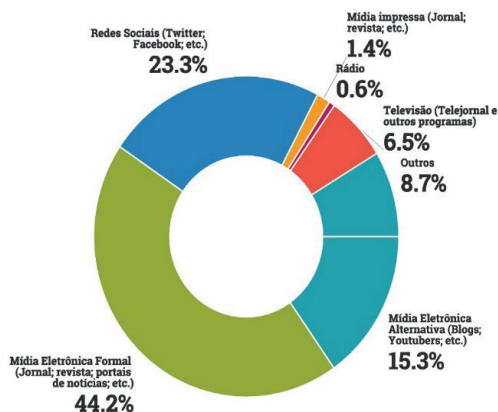


Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Nos últimos dez anos, a sociedade brasileira se digitalizou e as práticas de informação e comunicação se alteraram bastante. Das variadas fontes de informação utilizadas, 38,8% já correspondem às informações e notícias presentes nas redes sociais, canais digitais, blogs, etc. E mais 44,2% são fontes hospedadas na internet, obtidas e consumidas junto a jornais, revistas, plataformas de comunicação, etc., ou seja, o espaço digital corresponde a 83% das fontes de informação dos (as) estudantes da Ufal.

Gráfico 83 - Informações

Principal fonte de informação



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

O domínio das funcionalidades do computador também foi aferido pela supracitada pesquisa. Entre os(as) estudantes das Ifes, 80% afirmaram ter muita experiência ou ter experiência no uso do computador. Na Ufal, esse percentual foi de 74,3%.

Outro aspecto extremamente relevante mensurado na pesquisa foi o domínio de idiomas, algo inteiramente necessário para o desempenho de muitas atividades profissionais e corporativas, assim como para quem pretende continuar os estudos nos níveis de mestrado e doutorado. Dessa vez, a comparação entre as Ifes e a Ufal é ainda mais fecunda. Para fins comparativos, basta cotejar apenas as duas línguas mais utilizadas dos livros, periódicos e trabalhos científicos de modo geral, o inglês e o espanhol – com destaque para o primeiro. O quadro comparativo

revela um déficit no domínio de idiomas estratégico, notadamente no quesito bom para a língua inglesa.

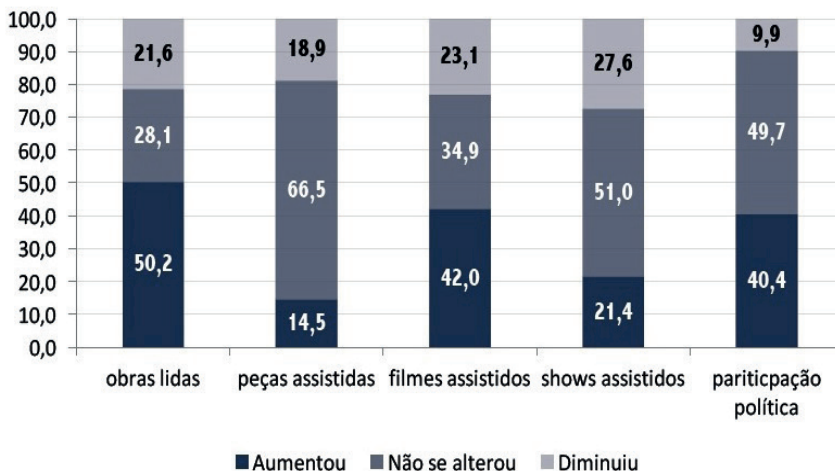
Tabela 16 - Domínio de línguas estrangeiras, segundo idiomas – Ifes e Ufal – 2018 (em %).

Idioma	Ifes			Ufal		
	Bom	Regular	Nenhum	Bom	Regular	Nenhum
INGLÊS	33,2	40,1	26,7	19,7	40,6	39,7
ESPANHOL	10,9	45,8	43,3	9,0	45	46

Fonte: elaborado a partir Fonaprace/Andifes, 2019.

Digno de nota ainda é o impacto que as relações acadêmicas e intelectuais produzem nas práticas e hábitos de consumo artístico-culturais dos(as) estudantes, após o ingresso na universidade. Diversas pesquisas ao redor do mundo evidenciam tal impacto, registrando-se uma elevação no número de livros lidos, filmes assistidos, peças de teatro, shows frequentados, entre outros. No Brasil, no âmbito das Ifes, o aumento no número de obras lidas chegou a 50,2%; o número de filmes assistidos foi a 42%; e a participação política chegou a 40,4%. Embora tenha também ocorrido redução, notadamente no número de peças e shows assistidos, o impacto dos filmes, livros e participação política é bastante significativo.

Gráfico 84 – Percentual de discentes que percebem a frequência de livros lidos, filmes e shows assistidos e de participação política – 2018

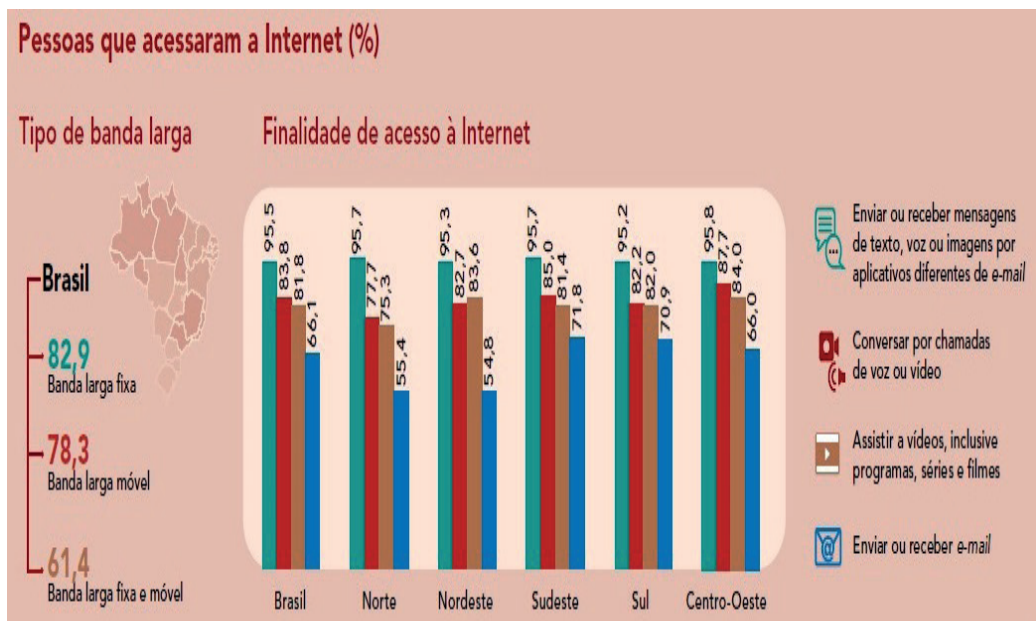


Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

Importa assinalar, ainda, que não foram aferidas as práticas e consumo cultural dos conteúdos audiovisuais (filmes, séries, documentários e músicas) mediante os serviços digitais de *streaming*. É importante lembrar que, como informa o *Global Digital Yearbook* (2019), o Brasil apresenta a segunda maior média mundial de horas diárias gastas na internet, nove horas e vinte nove minutos, superado apenas pela Filipinas. Desse total, os brasileiros usam em média quatro horas e quarenta e cinco minutos por dia acessando a internet por meio dos dispositivos digitais móveis, principalmente os *smartphones*, situando o Brasil na terceira maior média de tempo de uso da internet móvel.

De acordo com o IBGE, em 2017, 75% dos domicílios permanentes no Brasil dispunham de acesso regular à internet. Nesse mesmo ano, de todo o universo da população brasileira entre dez anos ou mais de idade (181 milhões de pessoas), 70% utilizaram regularmente a internet, crescimento significativo comparado com o ano anterior, que foi de 64,7% (Pnad/IBGE, 2019), predominando o uso do *smartphone*. Salta aos olhos que 81,8% de toda população brasileira, com dez ou mais anos de idade que utilizou a internet, o fez para assistir a vídeos, séries e filmes.

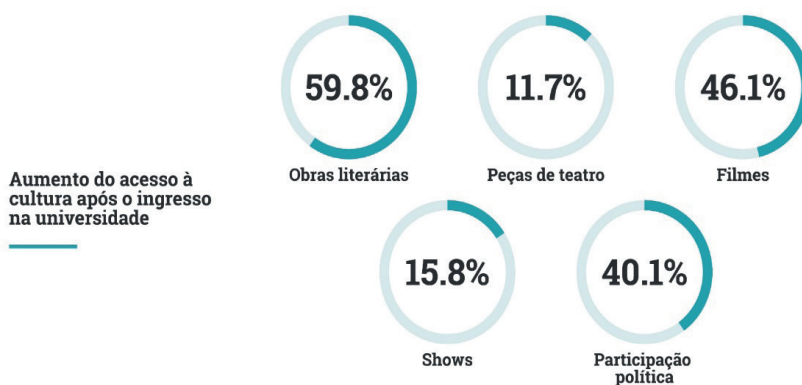
Gráfico 85 – Acesso à internet



Fonte: IBGE, 2018.

Já no âmbito da Ufal, é notável o aumento nas práticas de consumo artístico-culturais por parte dos (as) estudantes após o ingresso no ensino superior. O aumento do consumo de obras literárias chegou a 59,8%, assim como o consumo de filmes, que alcançou o percentual de 46,1%.

Gráfico 86 – Elevação do acesso à conteúdos culturais



Fonte: Fonaprace/Andifes, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida que os dados apresentados neste trabalho podem ser de grande valia para a condução do planejamento a curto, médio e longo prazo no âmbito da Ufal. Temos agora um grande desafio: fazer este material chegar às diversas instâncias decisórias da universidade, tornando-se regular a consulta a este material, fazendo de tais dados e análises uma bússola empírica que pode e deve nortear as reflexões, as discussões, o planejamento, as ações e as decisões envolvendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além de se fazer conhecer, este material necessita ser incorporado, utilizado e consultado pelos três segmentos que compõem a comunidade acadêmica: docentes, técnico-administrativos e estudantes. Para que esse uso seja difundido e utilizado cotidianamente é necessário, todavia, que ações propriamente didáticas e pedagógicas (seminários, cursos, minicursos, palestras, disciplinas, entre outros) acerca deste conteúdo sejam criadas e voltadas para os três segmentos.

Somente assim, se poderá conhecer cientificamente, com o rigor e a precisão necessários, a

comunidade estudantil da Ufal, tornando esse exercício cada vez mais frequente, estimulando a realização de pesquisas, investigações, mapeamentos, diagnósticos e prognósticos inspirados por esta publicação.

Resta agora, a partir desta primeira experiência, atualizar os dados no curto e médio prazo, publicando novamente novos dados e análises acerca do perfil socioeconômico e cultural dos (as) estudantes da Ufal, publicando, no futuro, sucessivas edições deste livro.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **Os herdeiros:** os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** Rio de Janeiro: Globo, 2006.

GODDARD, J.; KEMPTON, L. Connecting universities to regional growth: a practical guide. **Brussels**, EU, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo, Editora 34, 1999.

HASENBALG, C.; SILVA, N. **Estrutura social, mobilidade e raça.** Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

HASENBALG, C.; SILVA, N.; LIMA, M. **Cor e estratificação social.** Rio de Janeiro, Contracapa, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior:** INEP, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais.** Brasília: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Brasília: IBGE, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduando (as) das Ifes – 2018. Vitória: Ifes, 2018.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2007.

SCALON, C. Ensaio de estratificação. **Argumentvm**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://datareportal.com/global-digital-yearbook>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SALATA, André. **Ensino superior no Brasil nas últimas décadas**: redução nas desigualdades de acesso? Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n2/1809-4554-ts-30-02-219.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano de desenvolvimento Institucional**, PDI-2019-2020. Maceió: Ufal, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão**: Ufal/2002. Maceió: Ufal, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão**: Ufal/2003. Maceió: Ufal, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão**: Ufal/2004. Maceió: Ufal, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2007. Maceió: Ufal, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2008. Maceió: Ufal, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2009. Maceió: Ufal, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2010. Maceió: Ufal, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2011. Maceió: Ufal, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2012. Maceió: Ufal, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2013. Maceió: Ufal, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2014. Maceió: Ufal, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2015. Maceió: Ufal, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2016. Maceió: Ufal, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2017. Maceió: Ufal, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão:** Ufal/2018. Maceió: Ufal, 2018.

Coleção

*Ufal e Políticas
Públicas de Gestão
na Educação Superior*

O livro Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Estudantes da Ufal é o primeiro produto editorial da Coleção *Ufal e Políticas Públicas de Gestão na Educação Superior*. Esta é uma coleção que tem como objetivo divulgar os dados, os indicadores, os impactos e as análises das principais políticas públicas formuladas e implementadas pela instituição. Como instituição pública de ensino superior, a Ufal tem como missão oferecer, de forma gratuita e de qualidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades, no entanto, estabelecem interfaces com outros serviços, igualmente gratuitos, prestados pela instituição, tais quais os serviços de saúde (realizados no Hospital Universitário - HU), os serviços jurídicos (realizados pelo Escritório Modelo, da Faculdade de Direito - FDA) e os serviços de assistência estudantil, implementados pela Pró-Reitoria Estudantil (Proest). Nem sempre os impactos dessas políticas têm a devida visibilidade por parte da comunidade acadêmica e por parte da sociedade em geral. Para tornar tais impactos mais conhecidos, esta coleção foi criada.

ISBN: 978-65-5624-001-5

